

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Vinícius Silva Alves

COMPORTAMENTO ELEITORAL, COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA E EFEITO
COATTAILS NO BRASIL: COMO AS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO
INFLUENCIAM O VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL?

Brasília 2019

Vinicius Silva Alves

**COMPORTAMENTO ELEITORAL, COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA E
EFEITO *COATTAILS* NO BRASIL: COMO AS ELEIÇÕES PARA O
EXECUTIVO INFLUENCIAM O VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Borges de Carvalho

**Brasília
2019**

Vinicius Silva Alves

**COMPORTAMENTO ELEITORAL, COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA E
EFEITO *COATTAILS* NO BRASIL: COMO AS ELEIÇÕES PARA O
EXECUTIVO INFLUENCIAM O VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL?**

Tese apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciência Política pela
Universidade de Brasília e avaliada
pela seguinte banca examinadora:

PROFESSOR DOUTOR ANDRÉ BORGES DE CARVALHO
(Universidade de Brasília)

PROFESSOR DOUTOR LUCIO REMUZAT RENNÓ JUNIOR
(Universidade de Brasília)

PROFESSOR DOUTOR WLADIMIR GANZELEVITCH GRAMACHO
(Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília)

PROFESSOR DOUTOR SCOTT WILLIAM DESPOSATO
(University of California San Diego)

PROFESSOR DOUTOR ADRIAN NICOLAS ALBALA YOUNG
(Universidade de Brasília - suplente)

**Brasília
2019**

AGRADECIMENTOS

O trabalho apresentado ao final do doutorado, sem dúvidas, é fruto de um grande esforço individual. No entanto, a conclusão desta etapa certamente não teria sido possível sem o apoio e incentivo de outras pessoas. Gostaria de agradecer, neste momento, a todos que me ajudaram neste processo, seja por meio de discussões em eventos, cursos e disciplinas, nos corredores do Instituto de Ciência Política, nas universidades por onde passei e mesmo além dos espaços acadêmicos. Nunca caminhei sozinho. Tive a felicidade de poder contar com pessoas muito especiais, que muito me incentivaram e me ensinaram o valor da educação, para além de um simples discurso. Tive a enorme sorte de poder contar com a orientação de André Borges nesta etapa, o que me ofereceu a possibilidade de desenvolver uma tese rigorosa e atenta a questões relevantes à política brasileira. Com absoluta certeza, trabalhar com um pesquisador de reconhecida excelência acadêmica durante esses anos me serviu de exemplo e contribuiu imensamente para minha formação. Sou muito grato à Universidade de Brasília por todas as oportunidades oferecidas, especialmente a de aprender com professores sempre dedicados e que tanto me ensinaram ao longo desta caminhada – Marisa von Bülow, Paulo Calmon, Rebecca Abers, Denilson Coelho e Adrián Albala. Um agradecimento especial a Mathieu Turgeon, com quem tive o prazer de discutir quase todas as etapas desta pesquisa. Sem exagero algum, devo dizer que seus ensinamentos foram fundamentais para o desenvolvimento de etapas essenciais a este trabalho. Agradeço aos colegas de pós-graduação e à equipe da Secretaria do IPOL, especialmente à Thaynara Bandeira. Aos amigos e professores do CEFOR, sou grato pela oportunidade de complementar minha formação e aprofundar meus estudos sobre métodos com o auxílio atencioso e preciso de Fabiano Schwartz e Ricardo Braga. Agradeço imensamente aos professores Scott Desposato, Lucio Rennó e Wladimir Gramacho, que me honraram com sua presença na banca examinadora, contribuindo não apenas com comentários precisos e com uma leitura atenciosa do trabalho, mas também com ótimas sugestões para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa. Sou profundamente grato a Scott Desposato, com quem tive a honra de trabalhar e aprender bastante durante o período em que estive em San Diego. Seu incentivo, além de suas contribuições metodológicas e teóricas oferecidas ao longo da elaboração deste trabalho foram decisivas para o resultado apresentado. Tenho muito orgulho por termos iniciado uma parceria que tem nos ajudado a desenvolver nossas pesquisas. A oportunidade de trabalhar no departamento de Ciência Política da *University of California* San Diego, proporcionou-me, além das enriquecedoras lições de Craig McIntosh, Carlos Waisman, David Mares e de outros colegas do *Center for Iberian and Latin American Studies*, a elaboração de um trabalho cuidadoso, que contou com a participação destes excelentes pesquisadores, professores e amigos. Deixo registrado, igualmente, minha gratidão aos professores, professoras e colegas com quem tive a oportunidade de aprender bastante ao longo desta trajetória, que se iniciou na Universidade Federal de Goiás – João Botelho, Pedro Mundim, Carlos Santander, Heloísa Bezerra, Francisco Tavares, Camila Lameirão, Pedro Ribeiro, Gabriela Tarouco, Silvana Krause, Cesar Zucco e Fernando Casal Bértoa. Um especial agradecimento a Denise Paiva, que contribuiu essencialmente para meu processo de formação como cientista político. O caminho que venho seguindo na Ciência Política não teria sido possível sem sua contribuição. Sua dedicação e excelência acadêmica servem de exemplo para mim. Deixo também um abraço enorme para a minha família (especialmente aos meus avós, meus pais, Sandro e Inês, e meu irmão Lucas) e os amigos de Itumbiara, que sempre estão comigo. Um beijo grande também na Iana, que decidiu caminhar e dividir a vida comigo.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo contribuir para o esclarecimento de dinâmicas relevantes ao estudo do efeito *coattails*. Neste sentido, examinou-se como as eleições para o Executivo nacional e estadual influenciaram os pleitos para a escolha de deputados federais no Brasil sob perspectivas distintas e com o emprego de métodos de pesquisa complementares entre si. A tese é organizada em três eixos principais, estruturados na forma de três artigos. No primeiro, examinou-se como a coordenação partidária em torno da competição presidencial e as eleições de governador estiveram associadas ao desempenho das legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados entre 1994 e 2018, por meio de modelo multivariado. Em seguida, acrescentou-se a perspectiva do eleitor, analisando se, e em que medida, o voto para presidente orientou a decisão do voto em um deputado federal a ele associado. Para essa análise foram utilizados dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e discutidos modelos de regressão logística para explicar a decisão do voto em deputado federal em função do voto para presidente e da presença de um candidato a governador da mesma legenda no estado. Por fim, utilizou-se de uma abordagem experimental inédita para entender como o *endorsement* de um candidato a presidente ou de um candidato a governador pode influenciar o processo de formação de preferências dos eleitores. Para tanto, conduziu-se um *survey experiment within-subjects*, aplicado a uma amostra representativa do eleitorado brasileiro com o intuito de viabilizar inferências seguras sobre a relação e direção de causalidade entre variáveis importantes ao estudo do fenômeno, além de permitir a ordenação de preferências num cenário multidimensional. Destaca-se que, entre os principais resultados, observou-se que as eleições de governador apresentam notável potencial explicativo sobre o desempenho das legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados, sobre a decisão do voto e formação de preferências destinadas à escolha de deputados federais, enquanto o *coattails* presidencial parece ser bastante sensível a questões contextuais. Desse modo, argumenta-se que o trabalho contribuiu para um melhor entendimento do fenômeno. Isto porque ressaltou-se a importância de considerarmos a influência de dinâmicas subnacionais e a perspectiva do eleitor como dimensões analíticas de grande utilidade para a compreensão da interface entre as eleições para o Executivo e Legislativo.

Palavras-chave: eleições; efeito *coattails*; método experimental; política brasileira; comportamento eleitoral; *survey experiment*; política subnacional.

ABSTRACT

This dissertation aims to clarify relevant dynamics regarding the study of coattails effect. In this sense, it was examined how the presidential and gubernatorial elections may influence the elections for the Chamber of Deputies in Brazil under different perspectives and by using complementary research methods. This work is organized in three main axes – presented as three articles. In the first one, we examined how the alliances between political parties related to the presidential run and gubernatorial dispute can be associated with the electoral results for congressmen elections from 1994 to 2018, through a multivariate regression model. Next, we explore the voter's perspective, enabling to test if the vote for president has guided the vote for a federal deputy associated with him. We used data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) and logistic regression models to discuss to what extent the decision to vote for a congressman is associated with the vote for president and the gubernatorial elections. Finally, the experimental method was used to understand how the endorsement given by a presidential or gubernatorial candidate can

influence the voter's preferences formation process. To do so, a within-subjects survey experiment was conducted to a national representative sample of the Brazilian constituency. This new experimental approach offers robust evidences about the relation and direction of causality, besides allowing the ordering of preferences in a multidimensional scenario. Regarding the main findings, it was observed that the gubernatorial elections present a remarkable explanatory potential on the vote decision and preferences formation related to congressman elections. On the other hand, the presidential coattails seem to be quite sensitive to contextual issues. In this way, it is argued that the study helps us with a better understanding of this political phenomenon. It is worth noting the great influence of subnational dynamics and the voter perspective as useful analytical tools to interpreting the interactions between the elections for the Executive and Legislative.

Keywords: elections; coattails effect; experimental methods; Brazilian politics; electoral behavior; survey experiment; subnational politics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estratégias dos partidos políticos em torno da competição presidencial (1994-2018).....	35
Tabela 2: Proporção de cadeiras conquistadas por partidos ausentes da competição presidencial (1994-2018).....	35
Tabela 3: Modelo de regressão - variável dependente: número de deputados federais eleitos (1994-2018).....	41
Tabela 4: Descrição da amostra.....	61
Tabela 5: Voto para deputado federal em função do voto para presidente em 2010	66
Tabela 6: Voto para deputado federal em função do voto para presidente em 2014	67
Tabela 7: Voto para deputado federal em função da preferência pelos principais partidos na corrida presidencial de 2010	67
Tabela 8: Voto para deputado federal em função da preferência pelos principais partidos na corrida presidencial de 2014	68
Tabela 9: Modelos binomiais 2010	70
Tabela 10: Modelos binomiais 2014	73
Tabela 11: Comparação entre os que declararam e os que não declararam o voto em deputado federal segundo escolaridade e renda (2010).....	76
Tabela 12: Comparação entre os que declararam e os que não declararam o voto em deputado federal segundo escolaridade e renda (2014).....	77
Tabela 13: Resultados do experimento.....	97
Tabela 14: Percentual de respostas aos tratamentos conforme nível de informação política	103
Tabela 15: Características dos subgrupos que reagiram positivamente ao <i>endorsement</i>	106
Tabela 16: Eleitores conservadores com características moderadas	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Efeito marginal de liderar uma coligação presidencial	43
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Descrição do experimento.....	92
Figura 2: Critérios apontados pelos entrevistados como relevantes para a escolha de um deputado federal	95

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A COMPETIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	18
2.1. COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO POLÍTICA A PARTIR DA DISPUTA PELO EXECUTIVO NACIONAL – INTERPRETAÇÕES SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	20
2.2. COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA, FEDERALISMO E REGIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO	28
2.3. METODOLOGIA	31
2.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
3. COMPETIÇÃO POLÍTICA E EFEITO <i>COATTAILS</i> SOB A PERSPECTIVA DO ELEITOR NO BRASIL	47
3.1. EFEITO <i>COATTAILS</i> : UM DEBATE COM A LITERATURA.....	50
3.1.1. O VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL NO BRASIL: EM BUSCA DE UMA HEURÍSTICA	50
3.1.2. O ARRANJO INSTITUCIONAL E O EFEITO <i>COATTAILS</i> NO BRASIL	54
3.1.3. O EFEITO <i>COATTAILS</i> DAS ELEIÇÕES DE GOVERNADOR	57
3.2. METODOLOGIA	59
3.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
4. EXAMINANDO O EFEITO <i>COATTAILS</i> NA FORMAÇÃO DE PREFERÊNCIAS DOS ELEITORES BRASILEIROS: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL	79
4.1. O EFEITO <i>COATTAILS</i> NO PLANO INDIVIDUAL: ACHADOS E LIMITAÇÕES DA LITERATURA SOBRE O TEMA	81
4.2. METODOLOGIA	85
4.2.1. UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL <i>WITHIN-SUBJECTS</i> PARA AVALIAR O EFEITO <i>COATTAILS</i> NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREFERÊNCIAS DOS ELEITORES	85
4.2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DOS DADOS E DESCRIÇÃO DO EXPERIMENTO.....	90
4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	95
4.3.1. O EFEITO <i>COATTAILS</i> E SEUS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM DIÁLOGO COM AS ELEIÇÕES DE 2018.....	104
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXO 1: QUESTIONÁRIO	123
ANEXO 2: NOTAS GERAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS PERFIS DOS CANDIDATOS FICTÍCIOS	131
ANEXO 3: DESCRIÇÃO DA AMOSTRA DO EXPERIMENTO.....	133

ANEXO 4: RESULTADOS DOS TESTES T	134
---	------------

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, foram inúmeras as contribuições dos estudiosos do comportamento eleitoral para a interpretação e o entendimento de diversos fenômenos políticos. Algumas dimensões do comportamento político, no entanto, permanecem ainda pouco exploradas, sobretudo no que diz respeito à sua interface com o arranjo institucional.

Sobre o tema, Rodríguez (2013) argumenta que existe uma relação bidirecional entre comportamento eleitoral e o sistema de partidos, perspectiva que tem sido negligenciada pela literatura. De um lado, tem-se que tendências do comportamento eleitoral são influenciadas pelo arranjo institucional e, de outro, que a atitude dos eleitores contribui para moldar o sistema de partidos e a própria competição política.

A autora afirma ainda que, em boa medida, a oferta partidária está associada à demanda eleitoral e conclui que há uma relação entre o comportamento dos eleitores e as dinâmicas partidárias e institucionais, que flui em ambas as direções.

Neste sentido, a presente tese busca contribuir para o entendimento do comportamento dos eleitores em um cenário marcado pela centralidade institucional do Executivo, como é o caso do sistema político brasileiro, entre outros. Especificamente, busca-se investigar, sob a perspectiva do eleitor, a influência das eleições do Executivo sobre as do Legislativo nacional – o chamado efeito *coattails* ou rabo-de-casaca (BORGES, 2015).

De acordo com a teoria inicial sobre o tema, diante das características presentes no sistema político brasileiro (eleições simultâneas para Executivo e Legislativo, com poucos candidatos que competem efetivamente à presidência), deveríamos observar uma redução na fragmentação do sistema de partidos, uma vez que as legendas buscariam se coordenar em torno da competição pela chefia do Executivo federal (FEREJOHN; CALVERT, 1984; GOLDER, 2006).

Isto ocorreria em virtude da atratividade exercida por esta disputa que, em síntese, desperta mais atenção por parte dos eleitores e concentra diversos recursos, como tempo de propaganda e dinheiro, que poderiam beneficiar candidatos aliados que competem por assentos no Legislativo (FEREJOHN; CALVERT, 1984).

Com efeito, muito embora possamos verificar a presença de eleições simultâneas e poucos partidos competindo pela presidência no cenário brasileiro, não se observa uma redução na fragmentação do sistema partidário, um dos principais desdobramentos

previstos pela literatura inicial (GOLDER, 2006). Justifica-se, dessa forma, a escolha do Brasil como um caso crítico para o estudo do efeito *coattails*. Trata-se, então, de uma escolha informada do caso a ser examinado (FLYVBJERG, 2011), em razão de sua importância para o teste de premissas centrais à teoria.

É importante salientar que o contexto histórico e político brasileiro, marcado por experiências democráticas frustradas, sobretudo decorrentes de instabilidades nas relações entre o gabinete e o parlamento na história do país, fez com que se enaltecasse a importância do fortalecimento institucional do chefe do Executivo no Brasil (ALVES; PAIVA, 2017; MELO; PEREIRA, 2013), com vistas a neutralização de situações de paralisia decisória, como a que antecedeu o Golpe Militar de 1964 (SANTOS, 1986).

O texto constitucional vigente, por conseguinte, distribuiu, de maneira generosa, recursos institucionais ao chefe do Executivo, visando promover um ambiente que favorecesse a estabilidade democrática e a cooperação entre os poderes (MELO, PEREIRA, 2013). Minimizaram-se, dessa maneira, as forças centrífugas do sistema político brasileiro, permitindo-se o processamento das disputas e instabilidades políticas pelas vias institucionais (MARSTEINTREDET, 2014).

O papel do presidente da República como protagonista do processo legislativo e orçamentário (ALVES, 2015; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999a, 2001; PESSANHA, 2002), além de sua participação marcante na definição de agentes públicos que ocupam cargos em instituições estratégicas (LOPEZ; PRAÇA, 2015) podem ser considerados reflexos que se notam a partir da vigente disciplina constitucional.

Nos últimos anos, a literatura vem chamando atenção para outro aspecto decorrente do fortalecimento do Executivo no sistema político brasileiro. Com efeito, além da centralidade do chefe do Executivo no processo orçamentário e na atividade legislativa (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999b, 2006), onde atua como protagonista, é possível observar que o fortalecimento institucional do mencionado poder irradia efeitos para a arena eleitoral (FEREJOHN; CALVERT, 1984).

De fato, trabalhos recentes têm chamado a atenção para a influência das eleições executivas sobre os pleitos para a escolha de parlamentares (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; COX, 1997; GOLDER, 2006; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013). Golder (2006), em trabalho seminal sobre o assunto, apresentou uma teoria sobre o efeito *coattails* ao afirmar que as eleições presidenciais poderiam exercer impacto sobre as dinâmicas de disputa por cargos no Legislativo e, por conseguinte, sobre a organização do sistema partidário.

De acordo com Golder (2006), o *coattails effect* promoveria uma maior coordenação entre os partidos em torno da disputa presidencial, contribuindo para a redução do grau de fragmentação de um sistema partidário. Isto ocorreria porque as legendas que disputam cargos no Legislativo seriam atraídas pelos recursos e pela visibilidade da disputa pelo Executivo nacional.

Desse modo, haveria uma série de incentivos para que os partidos e candidatos ao Legislativo se associassem aos principais partidos que competem pela presidência. Os recursos mobilizados pela corrida presidencial, assim como a atratividade deste pleito sobre os eleitores contribuiria para a explicação do sucesso de candidatos a cargos no Legislativo que se vinculam a candidatos que disputam a chefia do Executivo (FEREJOHN; CALVERT, 1984).

Vale destacar também que parte da literatura argumenta a favor da presença de efeitos *coattails* decorrentes das eleições de governador (BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2003; SOARES, 2013), que exerceriam forte influxo sobre a dinâmica de competição eleitoral no Brasil.

Em trabalho recente, Borges e Turgeon (2017) destacam a importância tanto das eleições do Executivo nacional quanto do Executivo estadual (BORGES; TURGEON, 2017). Os autores atribuem ao arranjo federativo brasileiro e a características de seu sistema político, que combina baixos níveis de identificação partidária e elevadas magnitudes de distrito, a responsabilidade pelo enfraquecimento do *coattails* presidencial.

Outra perspectiva relevante sobre o tema diz respeito à influência das eleições presidenciais também sobre as disputas pela chefia do Executivo estadual. Com efeito, Borges e Lloyd (2016) encontraram evidências de que a simultaneidade entre as eleições para presidente e governador, associada a um baixo número de competidores à presidência, tem favorecido uma maior coordenação entre as disputas nacionais e subnacionais no Brasil.

Utilizando-se de dados observacionais em uma série histórica, Borges e Lloyd (2016) apontam que os eleitores brasileiros tendem a votar em candidatos a governador apoiados por presidentiáveis que receberam avaliações positivas por parte dos entrevistados. Sendo assim, o voto nos pleitos para governador parece estar condicionado à avaliação que os eleitores fazem em relação aos candidatos à presidência, embora a natureza dos dados examinados não permita conclusões seguras acerca da direção da causalidade.

Muito embora a literatura tenha trazido relevantes achados sobre o tema, algumas perguntas ainda merecem ser enfrentadas, especialmente no que diz respeito à manifestação do efeito *coattails* sob a perspectiva dos eleitores, tanto na decisão do voto como na formação de preferências.

Neste momento, é de grande importância destacar que, apesar das relevantes contribuições para o entendimento do fenômeno, o instrumental metodológico e a natureza dos dados utilizados nos trabalhos até aqui publicados não permitem uma avaliação precisa das relações de causalidade entre as eleições para o Executivo e Legislativo.

Ressalta-se que a direção da possível relação de causalidade entre estes pleitos dependeria, em grande medida, de uma inovação metodológica que viabilizasse a manipulação exógena da variável explicativa. Em outras palavras, argumenta-se que, apesar dos importantes achados e interpretações provenientes de dados observacionais, é necessário considerar que apenas um desenho de pesquisa experimental pode oferecer inferências seguras sobre os mecanismos causais que promovem a associação entre estes pleitos por parte dos eleitores, contribuindo também para esclarecimento da direção da causalidade.

Para tanto, este trabalho combina os métodos quantitativo e experimental, utilizando-se, por conseguinte, de dados observacionais e experimentais na busca de respostas aos seguintes problemas de pesquisa: A coordenação partidária em torno das eleições para a chefia do Executivo condiciona o desempenho das legendas nas disputas por assentos na Câmara dos Deputados? Os eleitores tomam a competição pelo Executivo como um atalho cognitivo no momento de decidir seu voto para deputado federal? A corrida presidencial tem contribuído para a organização da competição política e do sistema partidário brasileiro? Qual o papel das eleições de presidente e governador no processo de formação de preferências que antecede a escolha de um candidato a deputado federal?

Com o objetivo de enfrentar estas perguntas, cujas respostas favorecem uma melhor compreensão e interpretação do sistema partidário brasileiro, foram utilizadas diferentes abordagens metodológicas que permitiram a análise do fenômeno a partir de ângulos e perspectivas complementares entre si.

Acredita-se que entre as contribuições desta tese está, notadamente, a necessidade de se acrescentar a perspectiva do eleitor para o exame da influência das eleições do

Executivo sobre o Legislativo. Certamente, ao incluirmos esta dimensão de análise, poderemos esclarecer pontos pouco explorados ou mesmo negligenciados até aqui, como, por exemplo, a direção da causalidade e a ordenação de preferências em função do efeito *coattails*. Argumenta-se que estas análises contribuem para novas interpretações sobre a influência das disputas pelo Executivo sobre o arranjo político-institucional de um país.

No próximo capítulo, examinamos como a coordenação partidária em torno da corrida presidencial está associada ao desempenho das legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados. Especificamente, examinamos, por meio de um modelo de regressão que tem como variável dependente o número de deputados federais eleitos por cada legenda, entre 1994 e 2018, como as alianças estabelecidas pelos partidos antes da disputa eleitoral pela presidência impactam seu resultado nos pleitos para deputado federal.

Sobre o tema, é possível observar certa divergência entre os pesquisadores acerca da importância atribuída à eleição presidencial como elemento organizador da competição política e do sistema partidário no Brasil.

Por um lado, parte da literatura sugere que a permanência da disputa presidencial entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por vários anos, viabilizou a organização da competição por outros cargos eletivos em torno corrida pelo Executivo nacional (BRAGA, 2010; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2007, 2010; MELO; CÂMARA, 2012).

Em sentido contrário, outros trabalhos argumentam que a continuidade da disputa entre PT e PSDB pela presidência não serviu como ponto de amarração do sistema (CARREIRÃO, 2014). Estes estudos reuniram informações e examinaram empiricamente a disputa de outros cargos no Brasil, concluindo que os partidos não seguem uma lógica de alianças condicionada pela sua posição em relação à corrida presidencial (ANASTASIA; NUNES; MEIRA, 2010; BORGES, 2015; CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010; MIGUEL; MACHADO, 2010; PEIXOTO, 2010; RIBEIRO, 2005).

Neste sentido, o segundo capítulo da tese explora a influência das eleições para a presidência e governadorias sobre a coordenação eleitoral e o desempenho dos partidos nas eleições para deputado federal, no período entre 1994 e 2018. Destaca-se que a maior presença de um partido na competição pelo Executivo estadual, captada pelo índice de candidaturas a governador apresentado no capítulo seguinte, apresentou efeito positivo e robusto sobre o número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados. Entre os

principais achados, também se observou que o lançamento de candidato à presidência por um partido não produz, necessariamente, resultados positivos na disputa por assentos na Câmara dos Deputados. Salienta-se que a votação obtida pelos partidos em disputa pela presidência não foi capaz de conferir inteligibilidade ao seu desempenho nos pleitos para deputado federal.

Os distintos resultados produzidos pelas diversas estratégias adotadas pelas legendas, igualmente, nos sugerem que a competição presidencial não estimulou, de maneira indiscutível, a organização da competição política e do sistema partidário brasileiro no período analisado.

Em suma, os achados indicam que devemos analisar com maior atenção o impacto das alianças pré-eleitorais estabelecidas em relação à competição presidencial sobre o desempenho dos partidos nas eleições legislativas.

Os dados descritivos apresentados no capítulo nos fornecem um panorama interessante sobre as alianças firmadas para a corrida presidencial, indicando quais foram as estratégias mais empregadas pelos partidos. O modelo inferencial, por sua vez, evidencia relevantes efeitos decorrentes destas estratégias, com especial destaque para os partidos que fizeram parte de uma coligação presidencial liderada por outra legenda.

De maneira específica, nota-se que a estratégia de se associar a um partido em disputa pela chefia do Executivo nacional está ligada a um incremento no desempenho destas legendas nas eleições para deputado federal. De outro lado, observa-se os partidos que lideram coligações presidenciais não foram favorecidos, particularmente, por esta estratégia, muito embora estejam entre os que mais conquistam cadeiras no Legislativo.

A análise empírica apresentada em maiores detalhes no capítulo seguinte evidencia que a disputa pelo Executivo estadual e a coordenação partidária em torno da corrida presidencial estão associadas, em considerável medida, ao desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

O terceiro capítulo inova ao trazer a perspectiva do eleitor para o estudo do efeito *coattails*. Neste momento, foram utilizados dados observacionais coletados junto ao Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) com o objetivo de entender em que medida o voto nas eleições presidenciais condicionou o voto em um deputado federal ligado ao presidencialismo.

O estudo parte da discussão acerca da possibilidade de estruturação da competição política em torno da corrida presidencial. Se as eleições para a definição da chefia do Executivo nacional fossem tão influentes como argumenta parte da literatura, seria

razoável que os principais presidenciais pudessem favorecer candidatos do seu partido que concorrem ao Legislativo.

Com o intuito de testar essa hipótese sob o ponto de vista do comportamento eleitoral, foram apresentados dois modelos de regressão logística binomial para aferir se, e em que medida, o voto para presidente em um candidato do PT ou do PSDB estiveram associados a votos em deputados federais das respectivas legendas, nas eleições de 2010 e 2014.

Os modelos incluem, além dos vetores acima mencionados e de importantes controles, algumas variáveis que indicam se os partidos em destaque lançaram candidatos a governador na unidade da federação em que votou o entrevistado. Conforme esperado, o voto para presidente não se mostrou um importante preditor para o voto em deputados federais a ele associados, enquanto as eleições de governador demonstraram interessante potencial explicativo sobre a decisão do voto entre os entrevistados pelo ESEB.

É importante destacar que a redução da fragmentação do sistema partidário que ocorreria por meio da organização das legendas em torno da corrida presidencial, prevista inicialmente pela literatura (GOLDER, 2006), depende, em boa medida, da correspondência entre as arenas distritais e a arena nacional (BORGES, 2015). A distribuição mais homogênea das legendas entre todas as unidades da federação seria, assim, uma condição necessária para a coordenação dos partidos com foco nas eleições presidenciais.

A observação de um sistema de partidos centrado na disputa pelo Executivo nacional demandaria, portanto, a presença de partidos nacionalizados ou com ambição de nacionalização (HICKEN; STOLL, 2011). É razoável sustentar que esta não é a configuração do atual sistema partidário no Brasil, o que certamente contribuiu para a fragilidade do *coattails* presidencial no país.

Vale destacar também que os partidos têm adotado diferentes estratégias de competição ao longo do território nacional, sem que isto os impeça de conquistar cadeiras na Câmara dos Deputados (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016). Tal fato evidencia um frequente descolamento entre os planos nacional e estadual, o que sugere a relevância de dinâmicas que se manifestam na esfera subnacional (BORGES, 2015).

As denominadas estratégias de provincialização viabilizariam, por conseguinte, a sobrevivência de legendas que se abstém ou são meras coadjuvantes nas eleições presidenciais. O nível de descentralização e a capacidade organizacional dos partidos

seriam elementos que favoreceriam a decisão por estratégias nacionais ou regionais (BORGES, 2015).

De toda forma, é importante considerar que um grande número de partidos nacionalmente pouco expressivos têm garantido uma quantidade cada vez maior de cadeiras na Câmara dos Deputados (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016). Por estas razões, argumenta-se que compreender a extensão do impacto das dinâmicas subnacionais favoreceria um melhor entendimento do sistema partidário brasileiro.

Com o objetivo de avançar sobre a compreensão do efeito *coattails* no plano individual, o quarto capítulo apresenta uma abordagem experimental por meio da qual se analisa como o *endorsement* de um candidato a presidente ou governador atua sobre o processo de formação de preferências que antecede a escolha de um deputado federal. Vale destacar que o *endorsement*, de fato, não esgota toda a amplitude de manifestação do efeito *coattails*. Porém, é importante ressaltar que o exame do fenômeno no nível dos eleitores não pode ignorar como o apoio de candidatos ao Executivo impacta os processos psicológicos que antecedem a decisão do voto para deputado federal. Nesta tese, chamamos atenção para o fato de que esta dimensão, negligenciada nos estudos até aqui publicados, contribui de maneira relevante para o entendimento do tema e de seus desdobramentos sobre a competição política e o sistema partidário.

Optou-se por um desenho de experimento *within-subjects*, conduzido em um questionário aplicado a uma amostra representativa do eleitorado nacional. O experimento consiste, basicamente, em cinco rodadas de perguntas. Em cada uma delas, os entrevistados são indagados a escolher entre dois candidatos a deputado federal fictícios, sendo um de perfil conservador e outro de perfil progressista.

Os personagens foram construídos a partir de características factíveis e apresentam propostas relacionadas a temas concretos da política brasileira. Todos eles sustentam políticas de cunho programático e materialista, identificadas com os blocos conservador ou progressista.

Após a designação aleatória das propostas associadas a cada candidato, a variável de interesse (*endorsement* de um candidato ao Executivo nacional/estadual) foi inserida, também de forma randômica, de maneira que cada entrevistado pudesse avaliar um cenário em que conservadores e progressistas recebiam o apoio de um presidenciável ou de um postulante ao governo estadual.

Aos propósitos deste trabalho, é importante ressaltar que, muito embora a literatura tenha apresentado importantes contribuições (BORGES, 2015; BORGES;

TURGEON, 2017; GOLDER, 2006; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013), pouco se sabe sobre a extensão da influência das eleições de governador e presidente sobre as eleições legislativas, especialmente em relação à perspectiva do eleitor.

Destaca-se que dúvidas importantes sobre o tema ainda permanecem sem resposta, muito provavelmente em razão do curto período desta agenda de pesquisa e também da natureza observacional dos dados utilizados nos trabalhos até então desenvolvidos.

A utilização do método experimental viabilizou, desse modo, o enfrentamento dos seguintes problemas de pesquisa: De que forma o apoio de um candidato a presidente influencia na atratividade de um candidato a deputado federal? O *endorsement* de um candidato a governador também é capaz de interferir no processo de formação de preferências em favor de um candidato ao Legislativo? Qual dessas disputas pelo Executivo é mais influente sobre o eleitor?

Por meio do experimento, realizado semanas após as eleições de outubro de 2018, foram obtidas inferências seguras a respeito da relação e da direção de causalidade entre variáveis que interessam ao estudo do efeito *coattails*. Mais do que isso, a abordagem experimental *within-subjects* serviu como uma importante ferramenta para a ordenação de preferências, pois permitiu a observação da considerável atratividade produzida pelo apoio de um candidato a governador em favor de um candidato a deputado federal.

Os resultados do experimento, em geral, dialogam com as expectativas teóricas que motivaram a elaboração deste estudo (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013) e com os achados apresentados nos capítulos anteriores.

A interpretação dos efeitos associados a cada um dos tratamentos aos quais foram submetidos os entrevistados permitiu a observação de que o *endorsement* de um presidenciável nem sempre é capaz de produzir atratividade aos candidatos a deputado federal.

É o que se verifica quando analisamos os resultados obtidos para a amostra representativa do eleitorado nacional. Há situações, inclusive, em que o *coattails* presidencial atua no sentido contrário ao que se poderia esperar. Ressalta-se que o exame dos dados sugere que, para a produção de efeitos positivos, o *coattails* presidencial depende da combinação de determinadas características entre os eleitores, como fortes predisposições favoráveis (ou mesmo rejeições) a determinados partidos e figuras

políticas, que acabam por delimitar um grupo mais restrito e mais distinto em comparação com o eleitorado nacional.

Por outro lado, destaca-se que o *endorsement* de um candidato a governador, em um dos cenários do estudo, atuou em benefício do candidato a deputado federal por ele apoiado, sendo responsável pelo considerável incremento na proporção de votos recebidos pelo personagem fictício.

Os achados do experimento, interpretados em conjunto com os resultados dos demais capítulos que integram esta tese, sugerem que as eleições presidenciais possuem um limitado potencial para coordenar a competição político-partidária no país, enquanto o *coattails* de governador apresenta-se com relevante potencial explicativo para o caso brasileiro.

Por fim, foram discutidos, nas considerações finais, como os principais achados desta tese agregam novas perspectivas e dimensões analíticas ao fenômeno em destaque, o que certamente contribui para um melhor entendimento sobre o modo de organização da competição política e do sistema partidário brasileiro, além de servir como ponto de partida para estudos comparados.

2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A COMPETIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Não é nenhuma novidade a afirmação de que o sistema político brasileiro convive com um número bastante alto de partidos políticos, que recentemente ultrapassou a cifra das três dezenas. A literatura em Ciência Política, nos últimos anos, tem se empenhado na tentativa de entendimento do modo de organização do sistema partidário brasileiro.

Algumas interpretações se destacaram na busca por uma perspectiva explicativa sobre nosso sistema de partidos, embora seja evidente alguma dose de discordância entre elas (CARREIRÃO, 2014; MELO; CÂMARA, 2012).

Com a unificação do calendário eleitoral em 1994, as eleições presidenciais passaram a ser realizadas de modo simultâneo aos pleitos para escolha de governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais. O ano eleitoral em questão também pode ser destacado como o momento inicial de surgimento de uma rivalidade na corrida presidencial entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Os dois partidos mantiveram-se como os principais competidores pela chefia do Executivo nacional por duas décadas, quando o PSDB não reuniu votos suficientes para disputar o segundo turno das eleições de 2018. É provável que o longo período de predomínio destas legendas na competição presidencial fez com que parte da literatura enxergasse, talvez com certo otimismo, que as eleições para presidente pudessem servir como sustentáculo para a competição política e para o sistema partidário no Brasil (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO; CÂMARA, 2012).

Limongi e Cortez (2010) argumentam que a clivagem política nacional seria, assim, emulada no plano subnacional. Para os autores, “PT e PSDB estão presentes, diretamente ou por meio de representantes, em todos os estados. A oferta de candidaturas viáveis pelos partidos se reduz a dois tanto no âmbito nacional como no estadual” (LIMONGI; CORTEZ, 2010, p. 37).

Por sua vez, Melo e Câmara afirmam que “a competição pelo governo federal tem servido como ponto de amarração do sistema” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 74). Utilizando-se do conceito de estrutura da competição (MAIR, 1996), os autores sugerem que a disputa pelo Executivo é responsável por imprimir características marcantes à competição política e, por via reflexa, ao sistema partidário de um país.

Em comentário sobre o sistema de partidos no Brasil, afirmam que a forma como as eleições presidenciais foram disputadas, nos últimos anos, resultou em uma “dinâmica com impacto sobre as escolhas de cada um dos partidos relevantes e sobre o grau de consolidação do sistema partidário” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 79). Sobre o relacionamento entre os partidos no Brasil, sustentam, ainda, que “um conjunto de interações que antes era incoerente começa a ganhar forma e adquirir uma estrutura” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 78).

No entanto, existem alguns indícios que nos levam a enxergar com cautela o argumento de que a eleição presidencial atua fortemente na organização do sistema partidário brasileiro. Com efeito, apesar de PT e PSDB terem se consolidado como os maiores competidores na corrida presidencial, as suas respectivas bancadas na Câmara dos Deputados não evoluíram proporcionalmente desde 1994, nem mesmo o número de governadores eleitos por cada legenda desde então. Considerando-se, ainda, o crescente número de partidos que têm conquistado assentos no Legislativo, é razoável argumentar que há elementos negligenciados nos estudos sobre a organização do sistema partidário no Brasil que merecem atenção.

Neste sentido, o principal objetivo deste capítulo é analisar como a coordenação partidária em torno da eleição presidencial poderia contribuir para o entendimento do resultado das eleições de deputado federal e, por via reflexa, para o debate sobre a organização do sistema partidário no Brasil.

Especificamente, o seguinte problema de pesquisa é enfrentado: Como a coordenação partidária estabelecida em torno da disputa presidencial tem afetado o desempenho das legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados? Tem-se, por hipótese, que o resultado das eleições para deputado federal é condicionado às diferentes estratégias de alianças firmadas pelas agremiações partidárias em relação à corrida pela chefia do Executivo nacional. Alternativamente, afirma-se que a entrada dos partidos nas competições para o cargo de governador poderia conferir maior inteligibilidade à disputa por assentos na Câmara Baixa.

Nessa ordem de ideias, argumenta-se que as decisões dos partidos sobre as formas de lançamento de candidaturas a presidente (com ou sem o apoio de outras legendas) ou de participação em coligações presidenciais, assim como as dinâmicas de disputa referentes às eleições de governador, podem fornecer valiosas inferências para a compreensão da competição político-partidária no país.

Com o intuito de colaborar com este debate, foram coletados dados referentes aos pleitos realizados entre 1994 e 2018, a fim de oferecer um exame mais cuidadoso do argumento segundo o qual a disputa presidencial serve como ponto de equilíbrio para a competição política e organização do sistema partidário brasileiro.

Para tanto, utilizou-se de um modelo inferencial que tem como variável dependente o número de deputados federais eleitos por cada partido político que competiu por assentos na casa legislativa em destaque durante o período mencionado. A opção por esta abordagem empírica justifica-se pois o desempenho das legendas nos pleitos para a Câmara Baixa e a própria composição desta casa são elementos centrais na aferição do nível de fragmentação de um sistema de partidos e da competição política em um país.

O capítulo parte de uma discussão sobre pontos relevantes levantados pela literatura, apresentando os principais achados e reflexões teóricas que contribuem para o debate em destaque. Na seção seguinte, são detalhados os procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados que viabilizaram, adiante, a apresentação e discussão dos principais resultados obtidos por meio do exame empírico.

É possível inferir, de acordo com as evidências e testes conduzidos e especificados nas próximas etapas, que as eleições de governador exercem considerável influência sobre a disputa por cadeiras na Câmara dos Deputados. Além disso, nota-se que algumas estratégias de coordenação partidária em torno da competição presidencial produzem resultados distintos, o que se verifica pelo contraste entre o desempenho favorável dos partidos que lançam candidatos com apoio de uma coligação presidencial em detrimento daqueles que lançam candidaturas presidenciais isoladas.

Por fim, serão apresentadas considerações finais, com um apanhado dos principais pontos do capítulo e das possíveis contribuições que ele oferece para o debate sobre o tema.

2.1. Coordenação partidária e organização da competição política a partir da disputa pelo Executivo nacional – interpretações sobre o sistema partidário brasileiro

A literatura que se dedica ao estudo dos efeitos da competição política sobre a organização do sistema partidário brasileiro apresenta inferências que, em certa medida, divergem entre si. A rivalidade nas interpretações reside, fundamentalmente, na importância atribuída à eleição presidencial como elemento organizador do cenário

político no país e até mesmo sobre as conclusões apresentadas a respeito do nível de consolidação do sistema partidário.

De um lado, parte da literatura argumenta que a continuidade da disputa presidencial entre PT e PSDB, iniciada em 1994, criou um ambiente favorável à organização da competição para outros cargos eletivos em torno do pleito para a escolha do chefe do Executivo nacional (BRAGA, 2010; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2007, 2010; MELO; CÂMARA, 2012).

Esta espécie de força centrípeta que seria exercida pelas eleições para presidente contribuiria, de forma significativa, para a organização da competição política e do sistema partidário brasileiro. Sobre a extensão da influência da corrida presidencial, existem diferentes conclusões.

Melo e Câmara, utilizando a perspectiva analítica de Mair (1996), entendem que “o coração de um sistema partidário é constituído pela estrutura da competição pelo controle do Poder Executivo nacional” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 101). Os autores prosseguem argumentando a favor da observação de uma mudança no sistema partidário brasileiro que, segundo eles, teria sido orientada pelo surgimento de um padrão de interação entre as legendas que competem pela presidência.

Em seu texto, apesar de admitirem que o sistema partidário brasileiro emite sinais contraditórios e que é razoável ter certa cautela antes de elogiá-lo, afirmam que “a dinâmica adquirida na competição pela Presidência representou um importante ganho em termos de estruturação do sistema” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 104).

Em seguida, concluem que “se o núcleo de um sistema partidário remete à estrutura da competição pelo controle do Executivo, o sistema partidário brasileiro deixou, já de algum tempo, de poder ser caracterizado como caótico ou incipiente” (MELO; CÂMARA, 2012, p. 105).

Neste sentido, Limongi e Cortez (2010) sugerem que a continuidade da disputa presidencial entre PT e PSDB, iniciada em 1994 e sem a ameaça consistente de uma terceira força (quadro que se manteve até as eleições de 2018), tem irradiado efeitos para o plano subnacional.

Em seu trabalho, defendem a ideia de que “a polarização PT-PSDB na eleição presidencial repercute e reorganiza as disputas pelos governos estaduais” (LIMONGI; CORTEZ, 2010, p. 37). Os autores chegam a dissertar sobre a possibilidade de estarmos diante de uma simplificação do quadro partidário. De acordo com Limongi e Cortez, seriam poucos os partidos que realmente importam no sistema político brasileiro,

sobretudo porque enxergam que a clivagem verificada no plano nacional seria reproduzida no plano subnacional.

Outra importante perspectiva sobre o sistema partidário brasileiro é oferecida por Paiva, Batista e Stabile (2008, p. 449), segundo a qual “apesar da explosão da oferta eleitoral (...), o sistema partidário tem se mantido estável a partir dos anos noventa. Além disso, não é tão fragmentado e errático como se imagina à primeira vista”.

Em relação a esta assertiva, é importante destacar que o recorte temporal adotado no trabalho (1982-2006) permite uma avaliação precisa da transição de um estágio inicial do sistema partidário brasileiro para uma fase mais madura. Paiva, Batista e Stabile (2008) analisam dados sobre a idade dos partidos, calculam o número de partidos efetivos em cada ano eleitoral e também examinam o percentual de votos recebidos por cada legenda nas eleições de deputado federal e estadual, senador e governador. Ao final, argumentam a favor de um processo de consolidação do quadro partidário brasileiro.

Em síntese, concluem que “os partidos têm cumprido a contento uma de suas principais tarefas, qual seja, estruturar a competição política na arena eleitoral” (PAIVA; BATISTA; STABILE, 2008, p. 449). No mesmo sentido, Bohn e Paiva (2009) e Tarouco (2010) reforçam essa ideia.

Desse modo, seria possível inferir que houve um momento de evolução na forma de disputa por cargos eletivos entre as agremiações brasileiras, partindo de um momento mais incipiente em direção a uma fase com padrão mais estável de competição. A unificação do calendário eleitoral, em 1994, poderia ser apontada como um ponto de inflexão neste sentido.

Ainda sobre o tema, Braga (2010) advoga que o sistema partidário brasileiro tem experimentado uma rota gradativa de institucionalização. A autora sustenta seus achados na análise dos níveis de volatilidade eleitoral e ideológica (MAIR, 1997) observados nos partidos com representação na Câmara dos Deputados. Além disso, examina a estrutura da competição partidária e presidencial, assim como a influência desta última no processo de formação de governos para concluir que o sistema político nacional caminha no sentido de um estreitamento na estrutura de competição.

Outro ponto de grande importância para o debate trazido neste capítulo diz respeito ao papel da ideologia na organização do sistema de partidos no Brasil. Cesar Zucco, ao analisar longitudinalmente opiniões de parlamentares coletadas por meio da Pesquisa Legislativa Brasileira, afirma que, nos últimos anos, “o centro e a direita ocupam quase a totalidade da escala ideológica” (ZUCCO JR, 2011, p. 58).

Prossegue o autor, argumentando que a clivagem estratégica (governo/oposição) parece ter ocupado um papel cada vez mais relevante nos processos políticos que se desenvolvem na Câmara dos Deputados. Isto não significa dizer que a dimensão ideológica tenha perdido integralmente sua importância no cenário político brasileiro. Em comentário sobre o papel da ideologia como vetor de compreensão das atividades da elite política, conclui que “suas preferências e comportamentos estão muito menos associados a esta estrutura do que no passado” (ZUCCO JR, 2011, p. 58).

Motta (2008), assim como Paiva, Batista e Stabile (2008), destacam, ainda, a importância da longevidade da legenda como fator que beneficia o desempenho dos partidos na arena eleitoral. Em seus trabalhos, os autores trazem evidências que indicam que as legendas apontadas como pioneiras do atual quadro partidário brasileiro estão entre as mais bem-sucedidas nas urnas.

Sobre o mecanismo causal que sustentaria esta afirmação, argumenta-se que a presença constante na arena eleitoral faria com que os partidos políticos pudessem receber alguma dose de apoio de setores da sociedade, o que viabilizaria a construção de algumas preferências no eleitorado (KINZO; BRAGA, 2007; MAINWARING, 1999; MAINWARING; SCULLY, 1995).

Muito embora se reconheça a importância dos achados e inferências acima discutidos, que parecem atestar a presença de evidências que indicariam um quadro de estruturação dos partidos e do sistema partidário brasileiro, salienta-se que outras interessantes perspectivas analíticas podem não estar sendo devidamente consideradas pela literatura.

Argumenta-se que, ao deixarmos de fora alguns vetores potencialmente relevantes para o entendimento do sistema político brasileiro, alguns obstáculos estão sendo impostos à compreensão mais precisa do processo de amadurecimento do sistema partidário brasileiro. Neste trabalho, por exemplo, busca-se acrescentar duas perspectivas que podem contribuir para o debate: a análise do desempenho eleitoral dos partidos em função de estratégias de coordenação partidária e a interface entre as eleições para o Executivo e Legislativo.

Em sentido oposto às interpretações oferecidas sobre o sistema partidário brasileiro por Melo e Câmara (2012) e Limongi e Cortez (2010), alguns trabalhos concluem que a polarização da disputa presidencial entre os dois partidos que se mantiveram como os principais competidores entre 1994 e 2014 não serviu como ponto de amarração do sistema (CARREIRÃO, 2014).

Com efeito, uma série de estudos que privilegiaram a coleta e análise de dados relativos à disputa de outros cargos evidenciaram que os partidos não seguem uma lógica de alianças determinada pelo posicionamento adotado em relação à corrida presidencial (ANASTASIA; NUNES; MEIRA, 2010; BORGES, 2015; CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010; MIGUEL; MACHADO, 2010; PEIXOTO, 2010; RIBEIRO, 2005).

Em análise inicial sobre as coligações estabelecidas pelos partidos para a disputa das eleições de prefeito, de 1996 a 2004, Ribeiro (2005), verificou indícios que colocavam em xeque a afirmação de que a competição presidencial no Brasil estrutura a disputa por outros cargos. Mais tarde, expandindo a coleta de dados até as eleições de 2008, observou que existe uma maior tendência de reprodução das alianças eleitorais firmadas na competição nacional apenas no restrito grupo dos municípios com mais de 200 mil eleitores, o que não se verificou nos municípios menores (RIBEIRO, 2010).

No mesmo sentido, Peixoto afirma que, nos pequenos municípios, onde se encontram mais de 1/3 do eleitorado brasileiro, pôde se observar uma pulverização das parcerias estabelecidas pelas legendas nas eleições nacionais. O autor aponta, em suas conclusões, que “os partidos, ao ampliarem suas bases organizacionais, competindo em um maior número de municípios, foram impelidos a formar coligações com outros partidos que são seus adversários no âmbito nacional” (PEIXOTO, 2010, p. 297).

Como exemplo, destaca-se que, nas disputas pela chefia do Executivo municipal, entre 2000 e 2008, o número de alianças firmadas entre o PT e partidos que a ele se opunham no plano nacional cresceu consideravelmente (MIGUEL; MACHADO, 2010). O grau de incoerência entre as eleições municipais e nacionais pode ser sintetizado por meio da análise dos achados de Anastasia, Nunes e Meira (2010). Em seu trabalho, os autores indicam que o número de coligações entre PT e PSDB para a disputa do Executivo municipal passou de 452 em 2000 para 1061 em 2008.

Para além de uma análise dos pleitos municipais, Carreirão e Nascimento (2010) argumentam que é possível observar uma nítida incongruência também nas coligações estabelecidas pelos maiores partidos nas eleições para deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Entre as alianças partidárias firmadas no período decorrente entre 1986 e 2006, aquelas que reuniam partidos de apoio e oposição ao governo foram as mais frequentes. Esta tendência somente não se fez presente para o Partido dos Trabalhadores (PT) e para o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em trabalho posterior, ao discorrer sobre o tema, Carreirão (2014) conclui que não é possível sustentar a existência de blocos partidários delimitados em torno da disputa presidencial, como proposto por Melo e Câmara (2012). Por meio de uma observação empírica dos arranjos partidários estabelecidos pelas principais legendas entre 1994 e 2010, o autor sugere que tanto as coligações presidenciais como as coalizões de governo evidenciam que a competição pela chefia do Executivo nacional não nos permite identificar blocos partidários delineados com alguma consistência.

Borges (2015), acrescentando uma nova perspectiva ao debate, ressalta a importância das instituições subnacionais e das coalizões que imprimem contornos ao presidencialismo brasileiro para a análise dos efeitos da corrida presidencial sobre a organização do sistema partidário. Esta perspectiva contribui, assim, para uma compreensão mais precisa sobre o desenvolvimento do nosso sistema de partidos.

De acordo com o autor, muito embora não se negue que a eleição presidencial possa oferecer contornos de racionalidade ao sistema político, é preciso considerar que “as instituições federativas e o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro possibilitam a sobrevivência de partidos que adotam estratégias nacionais e estaduais fracamente integradas” (BORGES, 2015, p. 678).

O sucesso eleitoral de pequenos partidos nos últimos pleitos, que adotaram as mais variadas estratégias de coligação em torno de candidatos ao Executivo nacional e estadual (FERREIRA; ALVES; BENEDITO, 2016), ilustra o argumento apresentado por Borges (2015). Evidencia-se, entre 1998 e 2014, uma tendência de crescimento destas legendas, seja no total de cadeiras conquistadas, seja no número de partidos com representação na Câmara dos Deputados (FERREIRA; ALVES; BENEDITO, 2016).

Em artigo recentemente publicado, Limongi e Vassalai (2018) também identificam uma interessante dinâmica presente no sistema político brasileiro. Os autores argumentam que há, em curso, um processo de especialização dos partidos em relação à competição eleitoral. Apontam como resultado dessa dinâmica a diminuição do número de competidores nas eleições para governador e o aumento da oferta nas disputas por cadeiras na Câmara dos Deputados.

A coordenação partidária em torno das eleições de governador poderia evidenciar, desse modo, dois grupos de partidos: aqueles que são competitivos nas eleições majoritárias e os que somente almejam a disputa de cadeiras no Legislativo (LIMONGI; VASSELAI, 2018).

Os partidos que encabeçam a disputa pelo Executivo estadual, de um lado, e, de outro, os que apoiam candidatos a governador integrando coligações desempenhariam, portanto, papéis diferentes e que contribuiriam para a organização do sistema partidário brasileiro.

Ao discorrer sobre as distintas estratégias de competição dos partidos (presidencialização e provincialização), Borges (2015) já havia chamado atenção para a importância das eleições de governador sobre o desempenho das legendas nos pleitos para o Legislativo nacional.

Vale lembrar que a teoria original sobre efeito *coattails* sustenta que, em um cenário de eleições simultâneas para cargos do Executivo e Legislativo, os partidos políticos buscariam se coordenar em torno da disputa presidencial, o que poderia amplificar sua visibilidade e angariar recursos capazes de impulsionar seu sucesso nas eleições legislativas (GOLDER, 2006). Como resultado, teríamos um efeito redutor do número dos partidos no nível dos distritos, que contribuiria para a redução da fragmentação partidária.

Recentes achados, no entanto, destacam a influência dos pleitos do Executivo estadual e municipal sobre as eleições legislativas como mecanismo para uma compreensão mais acertada sobre o funcionamento do sistema partidário brasileiro (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012; BORGES, 2015; LIMONGI; VASSELAI, 2018).

Avelino, Biderman e Barone (2012) analisaram o impacto da escolha do mandatário municipal sobre o desempenho do seu partido, no mesmo município, nas eleições legislativas subsequentes. Os autores concluem que, mesmo em cidades onde a vitória nas eleições de prefeito ocorreu por uma margem estreita (de apenas 1%), é possível verificar um aumento no total de votos destinados a deputados estaduais e federais filiados ao partido do chefe do Executivo municipal no pleito seguinte.

Neste ponto, destaca-se o crescente interesse pela compreensão das dinâmicas eleitorais subnacionais e da sua potencial influência sobre a organização do sistema partidário nacional. Em comentário sobre os achados do trabalho, Avelino, Biderman e Barone sintetizam: “Esse resultado auxilia na compreensão do tamanho legislativo dos partidos brasileiros, um assunto central para entender a criação, manutenção e o rompimento das coalizões governamentais em um sistema partidário fragmentado” (2012, p. 1005).

A esta altura, é razoável compreender que precisamos encarar com cautela o argumento segundo o qual as eleições presidenciais estruturam a competição política e o sistema partidário brasileiro.

De fato, se a influência das eleições para presidente fosse tão forte na organização da competição política e do sistema partidário brasileiro, como propõe parte da literatura, deveríamos observar, no mínimo, certo espelhamento ou até mesmo a reprodução das alianças eleitorais estabelecidas em função da corrida presidencial também para os demais cargos em disputa. Os trabalhos anteriormente discutidos oferecem importantes inferências em sentido contrário. A análise dos resultados dos pleitos, e não somente das coligações eleitorais merece, igualmente, ser levada em consideração para o debate.

As discussões trazidas neste capítulo sugerem que, no Brasil, não é razoável sustentar que houve uma coordenação das legendas em torno da disputa presidencial no Brasil, com a redução na fragmentação do sistema partidário, conforme predições da literatura inicial sobre o efeito *coattails* (GOLDER, 2006).

A observação de que nem todos os partidos brasileiros estão uniformemente distribuídos no território nacional, certamente, oferece severos obstáculos à noção de que as eleições presidenciais poderiam estruturar a competição política e o sistema partidário. Por sua vez, o impacto das eleições de prefeito e do lançamento de candidatos a governador sobre o desempenho dos partidos nas eleições legislativas destacaria a influência de questões ligadas à política subnacional sobre a organização do sistema de partidos brasileiro.

Ressalta-se, mais uma vez, que, para além da análise das alianças estabelecidas pelas legendas em período pré-eleitoral o argumento de que a disputa presidencial estrutura o sistema de partidos no Brasil precisa levar em consideração, ainda, o resultado dos pleitos para outros cargos.

Por estas razões, neste trabalho, dedica-se ao exame do desempenho dos partidos na disputa por assentos na Câmara dos Deputados em função das estratégias de coordenação partidária em torno da eleição presidencial. Destaca-se que, o exame da influência das eleições do Executivo (nacional e estadual) sobre o resultado das eleições de deputado federal podem oferecer interessantes interpretações sobre o quadro partidário nacional, além de relevantes evidências sobre dinâmicas ainda pouco consideradas pela literatura.

Antes de avançarmos sobre a análise empírica realizada neste capítulo, outro ponto merece ser igualmente debatido, sobretudo devido à sua importância para o

entendimento do sistema partidário nacional. Neste sentido, argumenta-se que o exame dos efeitos decorrentes da coordenação partidária entre distritos pode nos oferecer relevantes perspectivas sobre o grau de nacionalização das agremiações partidárias no sistema federativo brasileiro.

Portanto, nas linhas seguintes, serão discutidas as diferentes estratégias dos partidos políticos e a coordenação entre distritos, buscando compreender como ocorre a inflação do número de legendas ao agregarmos os sistemas partidários estaduais em nível nacional.

2.2. Coordenação partidária, federalismo e regionalização do sistema partidário

Podemos analisar os problemas de coordenação eleitoral a partir de duas perspectivas: a coordenação em nível local (como votos são convertidos em cadeiras) e em nível intermediário (*linkage*), como os partidos organizam-se da esfera estadual para a competição nacional (COX, 1999).

De acordo com Cox, a coordenação em nível local promoveria a entrada estratégica dos partidos na corrida eleitoral. A entrada estratégica depende da concepção de vários cenários possíveis de competidores e da expectativa que os partidos têm ou não de conseguir uma cadeira (COX, 1999). Em distritos majoritários uninominais, no entanto, é muito mais fácil conjecturar sobre os possíveis resultados do que em distritos de eleições proporcionais e grande magnitude, como no sistema brasileiro.

Segundo o autor, um partido apenas entraria na competição quando enxergasse possibilidades reais de ocupar uma cadeira. Além disso, os partidos considerariam a dispersão de seus votos em listas distintas, o que incentivaria a coordenação entre partidos ideologicamente próximos. Em distritos de grande magnitude com representação proporcional, todavia, a quantidade de cadeiras disputadas é maior, o que, somado a uma fórmula eleitoral mais permissiva, aumenta a probabilidade de inserção de partidos minoritários. Nesse sentido, pode haver incentivos para um maior número de partidos efetivos em nível local.

O aumento da fragmentação dependeria, assim, do grau de nacionalização dos partidos e de sua capacidade de coordenação entre distritos. Se considerarmos um cenário hipotético de grande coordenação e partidos nacionalizados, teríamos um panorama em que a configuração do sistema partidário nacional refletiria a média de partidos efetivos em nível local. No entanto, os distritos eleitorais no Brasil são bastante diversos e muitos

partidos não são nacionalizados, o que faz com que o número efetivo de partidos em nível nacional seja superior à média dos distritos.

Os partidos nacionalizados são aqueles que conseguem sustentar candidaturas à Presidência e que adotam estratégias nacionalizadas de coordenação. Segundo a literatura sobre o efeito *coattails* presidencial (GOLDER, 2006), essas organizações partidárias moldariam o sistema partidário nacional, na medida em que colaborariam para o alinhamento dos demais partidos, reduzindo o número efetivo de candidatos na disputa nacional e, por via reflexa, enfraquecendo as outras legendas, que não possuem estratégias nacionalizadas no âmbito subnacional. Desse modo, contribuiriam para um sistema mais coeso, com reduzida fragmentação partidária.

Salienta-se, igualmente, que o grau de nacionalização partidária pode ser influenciado pelo grau de centralização política e econômica de um Estado (CHHIBBER; KOLLMAN, 1998; HARBERS, 2010). Especificamente sobre o Brasil, muito embora observemos uma forte centralização fiscal pelo governo federal, é possível verificar uma alta descentralização política, administrativa e considerável descentralização fiscal, o que confere protagonismo ao nível estadual. A partir destes elementos, os governadores são capazes de mobilizar recursos que exercem influxo sobre a dinâmica eleitoral, não se observando uma dependência absoluta em relação ao cenário eleitoral federal. As regras eleitorais permissivas também corroboram para estratégias de conexão com atores locais e não nacionais.

Além disso, observa-se no caso brasileiro significativa autonomia das lideranças partidárias estaduais nas principais decisões eleitorais, como organização de listas de candidatos a deputados federais (SAMUELS, 2003). Esse é outro aspecto que fortalece a regionalização partidária, tendo em vista que decisões de impacto na esfera nacional são tomadas em nível estadual.

Nessa ordem de ideias, estudos recentes consideram a importância tanto das eleições do executivo federal quanto do executivo estadual (BORGES; TURGEON, 2017) e apontam que os partidos respondem de formas distintas ao influxo das eleições presidenciais, podendo adotar diversas estratégias de sobrevivência na arena eleitoral (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016), notadamente relacionadas às dinâmicas que se manifestam na esfera subnacional (BORGES, 2015).

As chamadas estratégias de provincialização permitiriam, desse modo, a sobrevivência de partidos que não lançam candidatos nas eleições presidenciais. Segundo o modelo, a concentração de esforços em estratégias nacionais ou regionais dependeria

do grau de descentralização do governo e da capacidade organizacional dos partidos em viabilizar candidaturas à Presidência (BORGES, 2015).

Dessa forma, apesar de observarmos uma interessante institucionalização das eleições presidenciais nos últimos anos no Brasil, com um número reduzido de candidatos efetivos nessa disputa e relativa coordenação partidária em torno dessas candidaturas, é possível observar um cenário subnacional de fragmentação partidária que contribui para a existência de um grande número de partidos no sistema político brasileiro.

Ao dissertarem sobre as diferenças que se verificam na extensão do efeito *coattails* das eleições presidenciais no Chile e no Brasil, Borges e Turgeon (2017) apontam como justificativas para este fenômeno a existência de notáveis diferenças nos sistemas políticos dos dois países, especialmente relacionadas ao arranjo federativo e à configuração político-ideológica do sistema eleitoral:

“We believe presidential coattail effects are weaker in Brazil for three reasons. First, Brazil’s district magnitude averages about 19 seats, as compared to Chile two-seat districts (...) Second, the presidents’ ability to pull votes for lower chamber candidates in Brazil is partly offset by strong gubernatorial coattails, as our results indicate (...) Third, and most importantly, party labels and ideology are more relevant to party competition in Chile than it is in Brazil” (BORGES; TURGEON, 2017, p. 20).

Por estas razões, apesar da simultaneidade entre as eleições para presidente e deputado federal, e também de uma interessante institucionalização das eleições presidenciais no Brasil, não é possível observar a redução da fragmentação partidária prevista na literatura sobre efeito *coattails* presidencial.

Argumenta-se que os recentes estudos sobre o efeito *coattails* destacam a relevância da análise de aspectos regionais na dinâmica eleitoral brasileira e também chamam atenção para a importância de se examinar diferentes estratégias dos partidos em um federalismo multipartidário. De acordo com o exposto acima, a descentralização do poder mune as unidades subnacionais de autonomia e protagonismo no cenário eleitoral, possibilitando sua influência nas eleições legislativas nacionais. A autonomia dos partidos em nível local, igualmente, fortalece o papel das dinâmicas subnacionais.

Dessa forma, observa-se que, no Brasil, nem todos os partidos precisam adotar estratégias no sentido da nacionalização partidária e que isto não tem comprometido sua sobrevivência (BORGES, 2015). Pelo contrário, é possível verificar que um número cada vez maior de deputados federais consegue se eleger por pequenos partidos, que adotaram as mais variadas estratégias nas últimas eleições (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016).

2.3. Metodologia

Com o objetivo de examinar até que ponto podemos argumentar que as eleições presidenciais no Brasil funcionam como um elemento organizador do sistema partidário, foram analisados dados referentes aos pleitos de presidente, governador e deputado federal ocorridos de 1994 a 2018.

Especificamente, este capítulo tem como principal objetivo analisar se, e como, as alianças estabelecidas pelos partidos em relação à competição presidencial estão associadas ao seu desempenho nas eleições para deputado federal. Em outras palavras, busca-se investigar em que medida pode-se afirmar que as coligações eleitorais e a coordenação partidária auxiliam a explicar o resultado dos pleitos para a Câmara dos Deputados.

Este capítulo, desse modo, tem como intuito colaborar para a discussão sobre o peso das eleições presidenciais e de governador sobre a organização da competição político-partidária no Brasil.

Por conseguinte, a partir dos dados coletados juntos aos sítios eletrônicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), viabilizou-se a apresentação de dados descritivos e modelos inferenciais com o intuito de esclarecer como o desempenho dos partidos políticos nas eleições de deputado federal pode ser associado às estratégias adotadas pelas legendas nos pleitos de presidente e governador.

Utilizando os partidos políticos como unidades de análise, foram organizadas variáveis que indicam: o número de deputados federais eleitos pela legenda em cada pleito, entre 1994 e 2018; o percentual de votos obtidos por cada partido na disputa pela presidência da república; e sua classificação ideológica (se é ou não um partido de esquerda)¹.

Além disso, foram construídas outras duas variáveis com o intuito de captar: a presença do partido nas eleições de governador em cada ano, ponderada pelo tamanho de cada unidade da federação na qual lançou candidato ao Executivo estadual (índice de candidaturas a governador); e a estratégia adotada pelo partido em relação à competição presidencial (se lançou candidato próprio sem apoio de outra legenda, se apoiou um

¹ Foram utilizadas as classificações apresentadas nos anexos do livro *Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República* (2017). Em virtude da ausência de classificação ideológica dos partidos para a eleição de 2018, foram utilizadas as classificações obtidas para o pleito de 2014. Todas as demais classificações se referem aos anos eleitorais correspondentes.

candidato presidencial de outro partido, se encabeçou a disputa em coligação com outros partidos ou, ainda, se esteve ausente da disputa presidencial, sem ter lançado candidato ou apoiado algum competidor).

A variável dependente, número de deputados federais eleitos em cada ano, é tida como um indicador do desempenho de cada legenda nas eleições para deputado federal realizadas a partir de 1994. Salienta-se, mais uma vez que a opção por esta abordagem metodológica leva em consideração o fato de que o desempenho das legendas nas eleições para a Câmara dos Deputados bem como a composição desta casa são vetores de grande relevância para se medir o nível de fragmentação do sistema partidário e da competição política no país. Além disso, destaca-se que as variáveis explicativas selecionadas para o modelo auxiliam no controle da dispersão não uniforme do eleitorado brasileiro entre as unidades da federação, especialmente pela utilização do índice de candidaturas a governador².

Ressalta-se que o ano de 1994 marca o início da coleta dos dados em virtude da unificação do calendário eleitoral, momento a partir do qual passam a ser realizadas simultaneamente as eleições para senador, deputado estadual, presidente, governador e deputado federal. Neste trabalho, interessa-nos especialmente a investigação do elo entre a disputa por estes três últimos cargos.

A opção pelo tratamento binário da variável ligada à classificação ideológica tem o intuito de testar se o desempenho das legendas de esquerda tende a ser inferior ao das legendas de centro ou direita. Parte-se da noção de que o eleitorado brasileiro pode ser, em alguma medida, conservador, o que criaria um obstáculo adicional para os partidos localizados à esquerda do espectro ideológico na conquista de cadeiras na Câmara dos Deputados (ZUCCO JR, 2011).

O índice de candidaturas a governador é utilizado com o objetivo de aferir a presença de cada partido nas disputas pela chefia do Executivo estadual. O indicador varia de 0 a 1, sendo este extremo (1) correspondente à situação hipotética em que uma legenda esteve presente, num determinado ano eleitoral, em todas as unidades da federação disputando o cargo de governador.

Para a construção do índice, em um primeiro momento, avalia-se se o partido lançou ou não candidato a governador em cada estado. Em seguida, a partir de uma média ponderada que leva em conta o tamanho do eleitorado de cada unidade da federação,

² Vale salientar que a construção do índice leva em consideração o peso proporcional do eleitorado de cada unidade da federação, como detalhado a seguir.

calcula-se o índice correspondente ao partido. Sendo assim, quanto maior o número de eleitores no(s) estado(s) em que lançou candidato, maior será sua pontuação.

No que diz respeito à estratégia adotada por cada partido em relação à competição presidencial, foram criadas quatro variáveis *dummies*, capazes de identificar todas as possíveis formas de participação e, inclusive, de abstenção dos partidos na disputa pela chefia do Executivo nacional.

Estas variáveis indicam: se o partido lançou ou não candidatura própria à presidência sem apoio de outros partidos (candidatura presidencial isolada)³; se o partido esteve presente ou não em uma coligação presidencial liderada por outro partido (partido em coligação presidencial); se a legenda apresentou candidato presidencial próprio, encabeçando uma coligação de partidos (candidatura presidencial em coligação); ou se esteve alheia à competição presidencial, não tendo adotado nenhuma das estratégias anteriores (ausente da competição presidencial).

As variáveis dicotômicas acima mencionadas são de grande relevância para as análises conduzidas neste trabalho, especialmente por viabilizarem a comparação dos efeitos correspondentes à cada uma das estratégias sobre o desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Em suma, as variáveis apresentadas anteriormente foram pensadas com o fito de contribuir para um exame mais cuidadoso da influência exercida pelas eleições de presidente e governador sobre o arranjo e a competição político-partidária no Brasil. Em linhas gerais, o presente capítulo enfrenta estas questões: É possível argumentar que a eleição presidencial tem auxiliado na coordenação da competição política no país? Qual o papel das eleições para governador neste sentido?

De modo específico, o trabalho orienta-se a partir destes problemas de pesquisa: Em que medida as estratégias adotadas pelos partidos políticos em relação à corrida presidencial interferem no seu desempenho nas eleições de deputado federal? A participação de uma legenda nos pleitos de governador favorece o desempenho de seus candidatos à Câmara dos Deputados?

Para tanto, foram coletadas informações referentes a todas as legendas que participaram das eleições de deputado federal de 1994 a 2018, bem como apresentados dados descritivos e um modelo de regressão linear múltipla, que tem como variável dependente o número de deputados federais eleitos por cada partido. Ao todo, somaram-

³ Os termos entre parênteses referem-se aos nomes das variáveis no modelo adiante apresentado.

se 206 observações, correspondentes a partidos políticos que apresentaram candidatos a deputado federal no período em exame, tendo conquistado ou não assentos na Câmara dos Deputados.

Adiante, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos, destacando como alguns dados descritivos e testes inferenciais, detalhados na seção seguinte, podem contribuir para a compreensão das dinâmicas de competição política verificadas no atual sistema partidário nacional.

2.4. Resultados e discussão

Antes da apresentação do modelo inferencial, alguns dados descritivos serão a seguir examinados, pois podem ser bastante úteis para a compreensão da forma como ocorreu a coordenação partidária estabelecida em torno da competição presidencial nos últimos anos. Além disso, os dados podem auxiliar na observação de algumas tendências decorrentes da coordenação partidária sobre os resultados das eleições de deputado federal realizadas entre 1994 e 2018.

Vale destacar, inicialmente, em que proporção as diferentes estratégias foram adotadas pelos partidos em relação à disputa pela chefia do Executivo nacional no período mencionado. Dentre as possíveis decisões tomadas pelas legendas sobre a competição presidencial, a mais frequente delas foi a opção de se aliar a um partido que lidera uma coligação. Esta foi a estratégia adotada por mais de um terço das legendas (37,86%) entre 1994 e 2018.

É importante salientar novamente que o pleito de 1994 marca o início da fase em que as eleições de deputado federal e presidente passaram a ocorrer simultaneamente. Nessa ordem de ideias, é provável que os partidos que não reuniam condições de lançar candidatura própria ou não consideravam interessante fazê-lo percebiam na associação com uma legenda expressiva a oportunidade de melhorar seu desempenho nas urnas, especialmente nas eleições legislativas.

Curiosamente, podemos visualizar, de acordo com a Tabela 1 abaixo apresentada, que uma fatia considerável dos partidos políticos optou por permanecer neutra, ao menos formalmente, em relação à corrida presidencial. De fato, 29,61% dos partidos não apresentaram candidatura presidencial própria (isolada ou apoiada por outros partidos) nem estiveram coligados a outros competidores, entre 1994 e 2018. Esta consideração, por si só, já pode trazer alguns obstáculos ao argumento de que a corrida presidencial tem auxiliado na organização da competição político-partidária no Brasil.

Com efeito, quando um número próximo de 1/3 das legendas integrantes do sistema partidário nacional opta por não se associar aos partidos que concorrem à presidência, é possível sugerir que a disputa pela chefia do Executivo nacional não ofereceu fortes incentivos para a coordenação entre os partidos.

Tabela 1: Estratégias dos partidos políticos em torno da competição presidencial (1994-2018)

Estratégias dos partidos políticos	Percentual
Candidatura presidencial em coligação	12,14%
Partido em coligação presidencial	37,86%
Candidatura presidencial isolada	20,39%
Ausente da competição presidencial	29,61%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A proporção de cadeiras ocupadas por legendas ausentes da competição presidencial também chama atenção no período em destaque, conforme indicado na tabela abaixo. É interessante notar que, em 2006, quando ocorre o pico da série, um pouco mais da metade das vagas em disputa na Câmara foram conquistadas por partidos que escolheram não apoiar formalmente nenhum presidenciável. Esclarece-se que o resultado está, em boa medida, associado ao desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Progressista (PP) naquele ano.

Tabela 2: Proporção de cadeiras conquistadas por partidos ausentes da competição presidencial (1994-2018)

Ano	Percentual
1994	15,01%
1998	18,91%
2002	29,82%
2006	50,29%
2010	9,55%
2014	-
2018	6,82%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Muito embora o desempenho destas legendas esteja em evidente queda, especialmente a partir de 2010, observa-se que a proporção de assentos obtidos por partidos que adotam esta estratégia não é insignificante no recorte histórico examinado

neste trabalho. É importante salientar, ainda, que, em 2014, nenhuma das legendas permaneceu alheia à corrida pelo Executivo nacional.

De acordo com a Tabela 1, ressalta-se também a considerável quantidade de candidaturas presidenciais isoladas, ou seja, sem o apoio de nenhuma outra legenda. Destaca-se que esta estratégia, a terceira mais frequente no período examinado, é responsável por mais de 1/5 das observações (20,39%).

Pode-se conjecturar que estes partidos, em muitas ocasiões, estejam buscando amplificar a imagem da legenda em um cenário marcado pela escassez de recursos organizacionais que os impedem de estar presentes de forma mais equilibrada ao longo do território nacional (BORGES, 2015; PAIVA; BATISTA; STABILE, 2008).

Sugere-se que o lançamento de candidato presidencial, mesmo sem contar com o apoio de outros partidos, pode ser pensado por estas agremiações como uma estratégia que geraria ganhos indiretos, sobretudo nas eleições para deputado federal e estadual. Isto porque, ao chamar atenção do eleitorado para um partido com presença menos homogênea entre distintas unidades da federação, a legenda buscaria angariar mais votos em seus candidatos ao Legislativo (GOLDER, 2006).

Nas campanhas veiculadas por candidatos à presidência que não estabeleceram coligações com outros partidos, durante o horário gratuito de propaganda eleitoral, não é incomum, por exemplo, observarmos expressões como “vote nos deputados da nossa legenda”.

Muito embora se reconheça as limitações decorrentes deste exame descritivo, já é possível perceber que, no período analisado, um número correspondente à metade dos partidos políticos brasileiros não se mostrou inclinada a se coordenar em torno de candidaturas presidenciais mais relevantes, que representam, por sua vez, 12,14% das observações. Foram os casos dos partidos ausentes da competição presidencial e daqueles que apresentaram candidatura presidencial isolada (representantes de 50% do total de legendas que competiram por assentos na Câmara dos Deputados no período em destaque).

Desse modo, uma observação inicial das diferentes estratégias adotadas entre 1994 e 2018 nos leva a prosseguir com a análise, justificando a dúvida sobre o potencial coordenador dos pleitos presidenciais sobre o sistema político e a competição eleitoral no Brasil.

Após esta abordagem de natureza mais descritiva dos dados, que viabilizou a observação de algumas tendências relacionadas à coordenação partidária em torno da

eleição presidencial, serão discutidos, nas linhas seguintes, os principais pressupostos, limites e achados do modelo de regressão que tem como variável dependente o número de deputados federais eleitos por cada partido entre as eleições de 1994 e 2018.

Destaca-se, novamente, que a opção por esta via metodológica tem como principal objetivo enfrentar um dos problemas de pesquisa que motivou a elaboração deste capítulo: Como a coordenação partidária em torno da disputa presidencial pode ajudar na compreensão dos resultados das eleições para a Câmara dos Deputados?

Em outras palavras, este capítulo procura examinar se, e em que medida, as estratégias pré-eleitorais adotadas pelos partidos em relação à competição presidencial podem ajudar a explicar o desempenho das legendas nas eleições de deputado federal. De maneira alternativa, analisou-se também qual o peso das disputas pelo Executivo estadual sobre a corrida por assentos na Câmara dos Deputados.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, apenas dois ou três partidos apresentaram presidenciais com maior grau de competitividade, com destaque para o protagonismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) entre 1994 e 2014.

De outro lado, salienta-se que o sistema político nacional testemunhou a presença de um número cada vez maior de partidos na Câmara dos Deputados (FERREIRA; ALVES; BENEDITO, 2016). Destaca-se, ainda, que as bancadas dos principais competidores à presidência não cresceram de maneira tão expressiva a partir de 1994 (PAIVA; BATISTA; STABILE, 2008).

Assim, tem-se por hipótese que as eleições presidenciais brasileiras não desempenham um papel de coordenação da competição política no país, pelo menos não de forma tão incisiva a ponto de argumentarmos a favor da organização do sistema partidário ou da competição política em torno da disputa pela chefia do Executivo nacional.

Alternativamente, sugere-se que as estratégias adotadas pelos partidos em relação à competição presidencial (apresentar candidatura presidencial isolada ou em coligação, ou estar presente em uma coligação encabeçada por outro partido) são vetores explicativos que podem imprimir alguma racionalidade aos resultados das eleições para a Câmara dos Deputados.

Além disso, argumenta-se que o desempenho dos partidos nos pleitos para a escolha de deputados federais encontra-se fortemente associado às eleições de governador. Especificamente, admite-se que a competitividade dos partidos no plano

subnacional, captada pelo índice de candidaturas a governador, confere maior inteligibilidade à disputa por assentos no Legislativo federal.

Dessa forma, frisa-se que o principal objetivo do modelo apresentado neste capítulo é avaliar como a coordenação partidária em torno das eleições de presidente e governador afetou o desempenho dos partidos na disputa por assentos na Câmara Baixa.

O modelo de regressão linear múltipla tem como variável dependente o número de deputados federais eleitos por cada partido, em cada ano eleitoral, entre 1994 e 2018. As variáveis explicativas utilizadas foram: o índice que capta a presença dos partidos nas disputas para governador, ponderado pelo tamanho do eleitorado das unidades da federação (índice de candidaturas a governador); a classificação ideológica atribuída às legendas por especialistas; o percentual de votos recebidos por cada partido na corrida presidencial; e as variáveis ligadas às estratégias que os partidos adotaram em relação à disputa pelo Executivo nacional.

Neste sentido, foram incluídas duas variáveis dicotômicas com o objetivo de avaliar o impacto de: apresentar candidato presidencial próprio estando coligado com outras legendas (candidatura presidencial em coligação) ou participar de uma coligação presidencial liderada por outro partido (partido em coligação presidencial).

O modelo inclui também uma interação entre a decisão de lançar candidatura presidencial em coligação e o percentual de votos recebidos neste pleito pela legenda, com o objetivo de captar se os partidos que competem apoiados por outras agremiações partidárias e obtêm votação expressiva conseguem impulsionar a candidatura de seus deputados⁴.

A variável dependente, número de deputados federais eleitos, foi escolhida essencialmente por duas razões. A primeira delas é que o total de assentos conquistados por cada partido na Câmara dos Deputados serve como medida precisa para o desempenho das legendas na arena eleitoral, muito embora existam peculiaridades relacionadas à adoção do sistema proporcional na conversão de votos em cadeiras (NICOLAU, 2017).

⁴ Vale destacar que a variável criada a partir desta interação permite a aferição do efeito marginal proporcionado por esta estratégia (candidatura presidencial em coligação) em comparação com a daqueles partidos que lançam candidato a presidente sem o apoio de outras legendas (candidatura presidencial isolada). Isto porque podemos comparar o desempenho dos partidos em coligação presidencial e das candidaturas isoladas a partir da interpretação do percentual de votos para presidente recebidos por cada partido.

Além disso, ressalta-se que a literatura inicial sobre efeito *coattails* entendia que, em um cenário marcado pela presença de poucos competidores à presidência e eleições simultâneas, haveria um efeito redutor do número de partidos no Legislativo, que poderia ser atribuído à coordenação em torno da eleição presidencial (GOLDER, 2006). Assim, a variável dependente escolhida pode contribuir para captar o grau de influência da eleição presidencial sobre o resultado dos pleitos para deputado federal.

Sobre as variáveis explicativas, ressalta-se que o índice de candidaturas a governador tem como objetivo captar o quão presentes estiveram os partidos nas disputas pela chefia do Executivo estadual. Conforme indicado anteriormente, o índice é ponderado pelo tamanho de cada unidade da federação. A expectativa é de que ele sirva como uma espécie de vetor que simboliza a distribuição ou maior presença das legendas ao longo do território nacional. Espera-se que quanto maior o índice, maior seria a presença dos partidos nos estados, o que contribuiria positivamente para o resultado expresso na variável dependente.

Igualmente, admite-se que o percentual de votos⁵ recebidos por um partido na corrida presidencial serviria como um termômetro da atratividade que esta agremiação política exerce sobre o eleitorado. Dessa maneira, haveria uma relação direta entre a quantidade de votos recebida por uma legenda em disputa pelo Executivo federal e sua capacidade de eleger um número maior de parlamentares.

Para a construção da variável ideologia foram utilizadas as classificações apresentadas por Krause et al (2017). A variável, inicialmente expressa em uma escala de três pontos (esquerda, centro e direita) foi recodificada para indicar se o partido foi classificado, em cada ano respectivo, como centro ou direita (1) ou se foi localizado à esquerda (0) do espectro ideológico. Esta opção metodológica parte da premissa de que o eleitorado brasileiro é conservador e que, portanto, tenderia a privilegiar candidatos a deputado federal que não são filiados a partidos de esquerda. Haveria, desta maneira, uma relação que beneficiaria partidos de centro ou mesmo de direita (ZUCCO JR, 2011).

Os vetores explicativos acima apresentados servem também como controles para a aferição do efeito das outras variáveis ligadas à coordenação partidária em torno da eleição presidencial sobre o desempenho dos partidos nas eleições de deputado federal.

Supõe-se que a candidatura presidencial em coligação ou a participação em coligação presidencial liderada por outro partido poderiam beneficiar as legendas que

⁵ Para a análise dos dados, o percentual de votos recebidos pelos partidos que competiram pela presidência foi organizado em uma escala de 0 a 100.

adotam uma destas estratégias no momento da disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

Sugere-se que, diferentemente das legendas em candidatura presidencial isolada, os partidos que encabeçam coligações presidenciais tenderiam a estar entre os mais expressivos no sistema partidário nacional, uma vez que exercem uma espécie de atratividade em relação a outras legendas, que vislumbram potenciais ganhos com a aliança eleitoral e decidem a ele se associar (GOLDER, 2006). Portanto, sua provável capilaridade e força no território nacional ou a maior exposição de sua imagem favoreceriam não apenas seus membros, mas também os candidatos de partidos a ele coligados.

Antes de apresentarmos os resultados, uma importante nota merece ser feita sobre o modelo em discussão. Considera-se relevante a realização de testes de correlação serial para garantir inferências seguras, sobretudo tendo em vista que foram utilizados dados de uma série histórica neste trabalho. Além disso, deve-se estar atento à presença de heteroscedasticidade, que demandaria um tratamento adequado dos resíduos para uma interpretação mais precisa dos achados.

Para analisar se existe dependência temporal em relação aos resíduos produzidos pela análise de regressão apresentada neste capítulo, foi utilizado o teste de *Durbin-Watson*. O teste avalia se os erros observados no modelo de regressão são gerados por um processo auto regressivo de primeira ordem, o que poderia comprometer a adequação e ajuste do modelo proposto. Os resultados do teste indicam que não existe um processo desta natureza, sendo assim os resíduos do modelo em discussão são razoavelmente independentes⁶.

Por sua vez, examinou-se a presença de heteroscedasticidade utilizando o teste de *Breusch-Pagan*. A violação à hipótese de homoscedasticidade, caracterizada pelos resultados do teste aplicado, sugere que a variância do erro produzido pelo modelo não é constante.

Ressalta-se, no entanto, que mesmo a presença de erros heteroscedásticos não seria capaz de, por si só, fazer com que o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) deixasse de ser consistente e não tendencioso. Por outro lado, os erros-padrão dos coeficientes estimados poderiam estar comprometidos com alguma forma de viés.

⁶ O resultado do teste é expresso em uma escala que varia de 0 a 4. Valores entre 1.5 e 2.5 são muito comuns em séries históricas e, portanto, bastante aceitáveis. O teste para o modelo apresentado neste capítulo teve como resultado 1.7369.

Para evitar que isto comprometesse a confiabilidade dos achados, a matriz de variância-covariância de *White*⁷ foi utilizada para conferir maior precisão ao modelo apresentado na Tabela 3⁸. Dessa forma, foram solucionados os problemas que poderiam decorrer da presença de heteroscedasticidade, garantindo, assim, que as inferências que se sustentam na interpretação dos coeficientes expressos na Tabela 3 são seguras.

Tabela 3: Modelo de regressão - variável dependente: número de deputados federais eleitos (1994-2018)

	<i>Dependent variable:</i>
índice de candidaturas a governador	32.741*** (8.447)
% votos presidente	-0.201 (1.946)
candidatura presidencial em coligação	0.765 (9.733)
partido em coligação presidencial	14.839*** (2.947)
ideologia	10.887*** (2.623)
% votos presidente*candidatura presidencial em coligação	1.345 (1.959)
Constant	-6.571** (2.897)
<i>Note:</i> *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de Krause et al (2017).

Os resultados expressos na Tabela 3 estão, em grande medida, ajustados às expectativas teórico-metodológicas anteriormente apresentadas. Conforme esperado, o índice de candidaturas a governador se apresentou diretamente relacionado ao número de deputados federais eleitos pela legenda, sendo esta associação robusta e estatisticamente

⁷ Os testes de correlação serial (*Durbin-Watson*), heteroscedasticidade (*Breusch-Pagan*) e a correção pelo método de *White* foram realizadas por meio do software R, utilizando os pacotes “car” e “lmtest”.

⁸ Os erros-padrão foram calculados de acordo com Cribari-Neto, Souza e Vasconcelos (2007), utilizando-se o pacote “sandwich”, no R, e empregando o estimador HC5. Este estimador é uma derivação do método de White, considerado mais adequado para lidar com amostras relativamente pequenas e que apresentam valores discrepantes, que poderiam influenciar o cálculo dos erros-padrão (ZEILEIS, 2004).

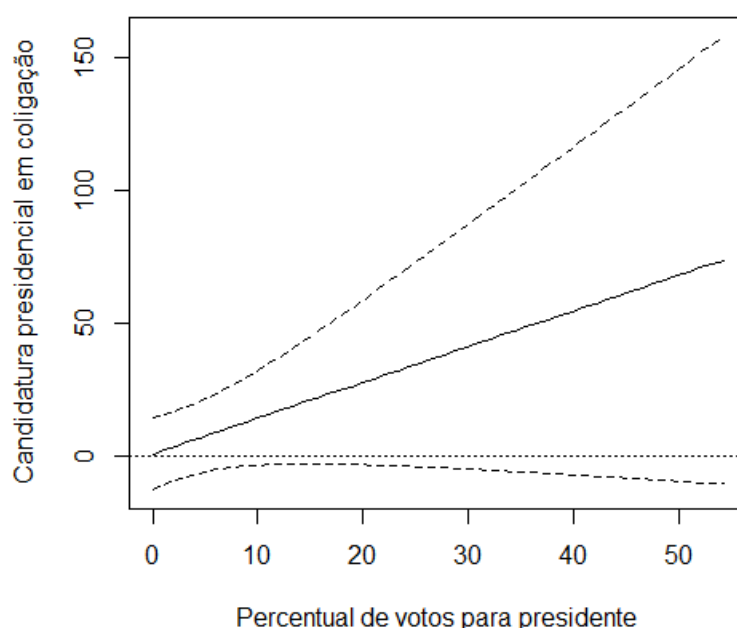
significativa. Em uma situação hipotética em que um partido apresenta candidatos a governador em todas as unidades da federação, mantidas constantes as demais variáveis explicativas, poderíamos observar que a legenda conseguiria conquistar em torno de 33 assentos a mais em relação a uma legenda que não compete nas eleições de governador.

Certamente, este achado contribui para esclarecer o influxo que os pleitos para a definição da chefia do Executivo estadual exercem sobre as disputas por cadeiras na Câmara dos Deputados. Admite-se que a decisão de concorrer nas eleições de governador está condicionada à maior ou menor presença de uma agremiação política em um estado, assim como da correspondente capacidade de angariar recursos que viabilizem a candidatura. Ainda assim, os resultados indicam de maneira clara como o desempenho nas eleições de deputado federal estão significativamente associados à competição pelo Executivo estadual.

Vale destacar também que o percentual de votos obtidos pelos partidos em disputa pela presidência da república não apresentou potencial explicativo sobre o resultado, diferentemente do que poderíamos esperar de acordo com a literatura inicial sobre o tema (GOLDER, 2006; MELO, 2010; MELO; CÂMARA, 2012). No mesmo sentido, não é possível sustentar que a estratégia de encabeçar uma coligação presidencial produziu resultados favoráveis aos candidatos à Câmara dos Deputados por estas legendas no período examinado.

Nem mesmo a variável criada a partir da interação entre candidatura presidencial em coligação e percentual de votos obtidos na corrida presidencial apresentou potencial explicativo. Em outras palavras, isto significa que, considerando apenas as legendas que competiram pelo Executivo federal, o apoio de outras legendas não ofereceu vantagens competitivas aos candidatos a deputado federal filiados a partidos que encabeçam coligações presidenciais. O gráfico abaixo corrobora esta afirmação, ao indicar que o efeito marginal de liderar uma coligação presidencial não apresenta significância estatística.

Gráfico 1: Efeito marginal de liderar uma coligação presidencial



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Não se pretende afirmar, com isto, que os candidatos por partidos que lideram a corrida presidencial estão entre os que menos conquistam assentos nesta casa legislativa, o que não é verdade. Ressalta-se, no entanto, que os achados indicam que a estratégia de liderar uma coligação presidencial não foi capaz de produzir ganhos adicionais a candidatos a deputado federal por esses partidos em comparação com aqueles que apresentaram candidatura presidencial isolada, o que facilmente se justifica pela ausência de um crescimento das bancadas dos principais competidores no período analisado.

Em relação à variável que indica a classificação ideológica das legendas, pode-se afirmar, em consonância com as expectativas teóricas apresentadas (ZUCCO JR, 2011), que os partidos de centro e direita tendem a ocupar mais espaços no Legislativo federal. Com efeito, entre 1994 e 2018, estes partidos conquistaram, em média, mais de dez assentos quando comparados aos partidos classificados à esquerda do espectro ideológico.

É interessante notar também, no período examinado, o desempenho favorável dos partidos que integram coligações presidenciais lideradas por outras legendas. O resultado positivo e estatisticamente significativo atribuído a estratégia nos permite observar com

clareza que os partidos que pegaram carona em coligações presidenciais lideradas por legendas mais expressivas estão entre os maiores favorecidos na corrida por assentos na Câmara dos Deputados.

Estas considerações estão em conformidade com os achados de Borges e Turgeon (2017), que identificaram a existência do efeito *coattails* difuso, o qual favorece os candidatos ao Legislativo aliados aos principais competidores pelo Executivo nacional. Neste sentido, observa-se que os partidos que optaram por participar de uma coligação presidencial liderada por outra agremiação política conseguiram eleger, em média, mais de 14 deputados federais em relação àqueles que decidiram pela estratégia oposta.

É importante destacar, mais uma vez, que os resultados apresentados podem estar parcialmente relacionados ao *background* ou a condições prévias de cada partido, embora o modelo inferencial tenha incluído relevantes controles, detalhados anteriormente. Argumenta-se que estas variáveis servem, em alguma medida, como *proxy* para captar elementos contextuais e organizacionais que poderiam interferir nos resultados, caso não fossem considerados.

De toda forma, por meio da interpretação dos resultados do modelo, é possível perceber que os arranjos estabelecidos pelas legendas no momento pré-eleitoral impactam sobre o resultado dos pleitos para deputado federal. Em suma, a candidatura presidencial, por si só, não é capaz de estruturar a disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

O modelo inferencial indica que as decisões dos partidos sobre a forma como se apresentam à disputa pelo Executivo nacional estão associadas a resultados distintos, com especial destaque para o fato de que os partidos em coligação presidencial lideradas por outras legendas foram os maiores beneficiados no período analisado.

Mais importante ainda são os achados que atestam a influência das eleições de governador sobre o desempenho dos partidos na disputa por assentos na Câmara dos Deputados. Se, de um lado, a votação das legendas participantes da corrida presidencial não foi capaz de contribuir para a explicação do resultado, de outro, a decisão de competir pelo Executivo estadual, expressa pelo índice de candidaturas a governador, revelou interessante e robusto efeito sobre o número de deputados federais eleitos por cada partido político.

2.5. Considerações finais

Neste capítulo, buscou-se avaliar, no nível dos partidos, se, e em que medida, a competição pela chefia do Executivo nacional pode influenciar a disputa por assentos na

Câmara dos Deputados. É importante reconhecer que os pleitos de deputados federais oferecem interessantes desdobramentos ao funcionamento do sistema político brasileiro e até mesmo para a própria organização do sistema partidário nacional (AMORIM NETO; SANTOS, 2001; MELO; CÂMARA, 2012; MELO; PEREIRA, 2013; NICOLAU, 2017).

Ainda assim, permanece parcialmente negligenciada pela literatura uma abordagem que examine a interface entre o desempenho dos partidos políticos que concorrem nas eleições de deputado federal e as estratégias por eles adotadas em torno da competição presidencial.

Neste sentido, este trabalho enfrentou o tema, com o intuito de contribuir para o debate, respondendo à seguinte questão: As decisões tomadas pelos partidos em relação à corrida presidencial, ou, em outros termos, a coordenação partidária relacionada à disputa pelo Executivo nacional pode nos ajudar a entender o desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados? Alternativamente, examinou-se em que medida as eleições de governador têm influenciado os resultados dos pleitos para deputado federal.

Após a análise empírica apresentada nas seções anteriores, é possível afirmar que a decisão de lançar candidatos a governador, expressa pelo índice de candidaturas a governador, evidenciou um forte efeito sobre a quantidade de deputados federais eleitos por cada partido político no período exame. Destaca-se que essa se mostrou a variável com maior capacidade preditiva entre todas as analisadas neste trabalho. Por outro lado, a votação recebida pelos partidos que competiram pela presidência não apresentou potencial explicativo para a compreensão do resultado.

Além disso, é possível notar que a classificação ideológica das legendas e os arranjos partidários estabelecidos em torno da corrida presidencial também são vetores importantes para a avaliação do impacto das eleições presidenciais sobre as eleições de deputado federal. Argumenta-se, desse modo, que as estratégias dos partidos em relação à disputa presidencial podem contribuir, em alguma medida, para um melhor entendimento da competição político-partidária no Brasil.

Assim, ressalta-se que o lançamento de candidaturas ao Executivo estadual desempenha um importante papel de conferir racionalidade ao desempenho dos partidos na disputa por assentos na Câmara dos Deputados, conforme destacado na seção anterior.

É de grande relevância esclarecer, ainda, que as diferentes estratégias de coordenação partidária em torno das eleições presidenciais estão relacionadas a resultados distintos, como detalhado acima.

A análise empírica realizada neste capítulo, que tem como recorte temporal o período de 1994 a 2018, permite-nos inferir que a presença das legendas nas competições para a definição dos chefes do Executivos estaduais está fortemente associada ao seu desempenho nas eleições de deputado federal.

Por outro lado, as decisões tomadas pelos partidos em torno da competição presidencial produziram resultados diversos, com especial destaque para os ganhos obtidos por partidos que pegaram carona com agremiações políticas mais expressivas na corrida presidencial.

Nesse sentido, os dados descritivos e o modelo apresentado contribuíram para uma avaliação do argumento de que as eleições presidenciais auxiliam na organização da competição política no Brasil.

Em síntese, os resultados corroboram a hipótese de que as eleições de governador conferem racionalidade à disputa por assentos na Câmara dos Deputados. Os achados sugerem também que devemos analisar com atenção o efeito da corrida presidencial sobre o desempenho dos partidos nas eleições legislativas. Os diferentes resultados decorrentes das diversas estratégias adotadas pelas legendas nos alertam para que consideremos com cautela a afirmação de que a competição presidencial desempenha papel acentuado na organização da competição política e do sistema partidário brasileiro.

O considerável incremento no desempenho dos partidos em coligação presidencial e, ainda, a ausência de efeitos estatisticamente significativos para os partidos que encabeçam alianças em disputa pela presidência corroboram as inferências trazidas neste capítulo.

Assim, é possível concluir que o lançamento de candidaturas a governador e, em menor medida, a coordenação partidária em torno da disputa presidencial condicionaram, em boa medida, a sorte das legendas nos pleitos para a Câmara dos Deputados. Por estas razões, argumenta-se que estes elementos analíticos precisam ser considerados no debate sobre o tema.

Nesta etapa, os partidos políticos foram considerados como unidade de análise. É importante, no entanto, examinar também como a eleição presidencial interfere na decisão do voto destinado a um candidato a deputado federal, o que será feito na próxima etapa deste trabalho.

3. COMPETIÇÃO POLÍTICA E EFEITO *COATTAILS* SOB A PERSPECTIVA DO ELEITOR NO BRASIL

Nos últimos anos, a literatura vem chamando atenção para os efeitos decorrentes do fortalecimento institucional do poder Executivo, fenômeno que tem irradiado efeitos também para a arena eleitoral. Alguns autores, neste sentido, têm destacado o efeito que as eleições majoritárias para definição da chefia do Executivo exercem sobre os pleitos para a escolha de deputados federais (COX, 1997; GOLDER, 2006; HUANG; WANG, 2014; MONDAK, 1990; MONDAK; MCCURLEY, 1994; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Sobre este fenômeno, Golder (2006, p. 35) afirma que “*presidential elections are commonly thought to influence legislative fragmentation through a coattails effect where the fortunes of electoral parties are tied to the fate of the party’s presidential*”. O efeito *coattails*, desse modo, poderia contribuir para a explicação do sucesso de candidatos a cargos no Legislativo que se associam a um candidato que disputa a chefia do Executivo.

Vale destacar que, talvez pelo curto período desta nova agenda de pesquisa, algumas questões ainda demandam respostas, especialmente aquelas relacionadas à percepção deste efeito sob a perspectiva dos eleitores. Em um dos raros trabalhos que adotam essa perspectiva, Mondak e McCurley (1994) afirmam que a magnitude do efeito *coattails* parece condicionada ao contexto eleitoral e também a atributos de natureza individual.

Em síntese, os autores sugerem que os eleitores menos informados tendem a utilizar com maior frequência a eleição presidencial como atalho cognitivo para decidir seu voto em um candidato ao Legislativo (MONDAK; MCCURLEY, 1994). É importante advertir, no entanto, que Mondak e McCurley sustentam seus achados em uma análise de dados observacionais, considerados menos apropriados para o teste de teorias sobre psicologia política.

Igualmente, ainda não se sabe com clareza qual o peso das eleições para governador e presidente sobre as eleições para o Legislativo, muito embora se encontrem evidências, obtidas a partir de estudos observacionais, de que a coligação para governador ou presidente pode impactar nas chances de eleição dos partidos que concorrem a cadeiras no Legislativo (BORGES, 2015; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Em recente estudo, Borges e Turgeon (2017) demonstraram a existência de um efeito *coattails* difuso, ao identificarem que as eleições presidenciais podem trazer benefícios não apenas aos deputados do partido do presidente, mas também àqueles que

integram os partidos centrais da coalizão, os quais, diferentemente dos periféricos, são mais próximos ideologicamente do partido do presidente e estiveram a ele aliados por pelo menos metade do mandato anterior. Os autores também chamam a atenção para a influência exercida por lideranças estaduais sobre os pleitos para a Câmara Baixa (BORGES; TURGEON, 2017).

Ressalta-se, neste momento, que as eleições para a escolha de deputados federais são organizadas em torno de duas características predominantes: representação proporcional e lista aberta (DESPOSATO, 2009). Estas duas instituições são apontadas por parte da literatura como potencializadoras da importância de questões locais para o êxito nas urnas (SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005), o que possivelmente tem contribuído para a diluição dos vínculos entre eleitores e partidos, ainda mais quando combinadas com altas magnitudes de distrito.

Argumenta-se, além disso, que as características norteadoras da competição por assentos na Câmara dos Deputados contribuem também para a diminuição do papel da ideologia como heurística que orienta a formação de preferências do eleitorado (LAU; REDLAWSK, 2001; LUPIA; MCCUBBINS, 1998). Tendo em vista a ausência de um atalho cognitivo desta natureza, faz-se necessário pensarmos quais elementos seriam capazes de orientar a competição política no Brasil.

Vale destacar também que os cidadãos não formam suas preferências de forma alheia ao contexto no qual vivem (SINGH, 2011). Com isso, pretende-se frisar que o processo que envolve a tomada de decisões sobre assuntos políticos não se desenvolve numa espécie de vácuo institucional (LUPIA; MCCUBBINS, 1998). Assim, argumenta-se que o arranjo de regras e procedimentos que disciplinam a vida pública fornece, no mínimo, o palco para manifestação de preferências e atitudes políticas.

No que tange ao contexto político brasileiro, afirma-se que uma heurística partidária não serviria adequadamente para orientar os eleitores a decidirem seus votos, notadamente em função da baixa identificação partidária verificada no país (DESPOSATO, 2009; PAIVA; TAROUCO, 2011), da notável fragmentação do seu sistema de partidos assim como da pouco substantiva diferenciação dos partidos políticos nacionais, que são estimulados a se posicionarem no centro do espectro ideológico (CARREIRÃO, 2014).

Desse modo, é razoável questionar se há uma estruturação da competição política no país em torno da disputa pela presidência da República. Sob outra perspectiva, é importante investigar se as eleições para a escolha de governadores poderiam auxiliar a

moldar as preferências dos eleitores. Deste modo, pretende-se, com este trabalho, examinar se, e em que medida, as eleições para o Executivo nacional e estadual podem ter condicionado o comportamento dos eleitores no Brasil e a decisão do voto para deputado federal nas eleições de 2010 e 2014.

Para tanto, após revisão e debate dos principais pontos trazidos pela literatura sobre o tema, será apresentada uma análise empírica que utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) dos mencionados anos eleitorais.

De modo específico, almeja-se enfrentar os seguintes problemas de pesquisa: Os eleitores tomam a competição presidencial como um mecanismo que condiciona o voto em um candidato à Câmara dos Deputados? Existem evidências de que o voto para presidente está associado ao voto para deputado federal no Brasil? Qual o papel das eleições de governador na decisão do voto para deputado federal?

Parte-se da hipótese geral de que, em um país marcado por um federalismo robusto e com um sistema de partidos fragmentado, as eleições presidenciais não servem, por si só, para conferir racionalidade às disputas eleitorais. Por outro lado, sugere-se que as eleições para a chefia do Executivo estadual podem contribuir para a decisão do voto destinado pelos eleitores à escolha de seu representante na Câmara dos Deputados.

Com o intuito de testar as hipóteses levantadas, serão apresentados modelos de regressão logística binomial que têm como variáveis dependentes o voto para deputado federal em um candidato do PT e o voto em um candidato à Câmara pelo PSDB. Foram utilizados, então, dois modelos inferenciais para as eleições de 2010 e 2014, detalhados na seção metodológica.

Entre as variáveis explicativas, além daquelas tradicionalmente inseridas para efeitos de controle, estão: o voto para presidente nos pleitos de 2010 e 2014 e uma variável que indica a presença de um candidato a governador do PT ou PSDB na unidade da federação em que votou o entrevistado.

Sobre os resultados dos modelos propostos, destaca-se que o voto nas eleições presidenciais em um dos dois principais partidos competidores (PT ou PSDB) não contribuiu para o entendimento da escolha de um candidato à Câmara dos Deputados. Alternativamente, observou-se que a disputa pelo Executivo estadual evidencia uma ligação mais forte com o voto destinado a um candidato a deputado federal. De modo específico, identificou-se que a presença de um candidato a governador pelo PT ou PSDB na unidade da federação em que votou o entrevistado tende a favorecer os candidatos ao Legislativo federal por estas legendas.

Em consonância com a análise realizada no capítulo anterior, os achados sugerem a fragilidade do argumento de que as eleições presidenciais ajudam na organização da competição política e do sistema partidário brasileiro.

3.1. Efeito *coattails*: um debate com a literatura

Nesta seção, serão apresentadas as questões fundamentais que permeiam o estudo do efeito *coattails*. Inicialmente, discutiremos os principais atalhos cognitivos apontadas por estudiosos como elementos que serviriam para orientar a decisão do voto dos eleitores, destacando a aplicabilidade e as limitações destes *shortcuts* para o entendimento do voto para deputado federal no Brasil.

Adiante, traremos um breve diálogo sobre como algumas características do arranjo institucional podem favorecer a influência do Executivo no processo eleitoral. Em seguida, lidaremos com a literatura que argumenta a favor da presença marcante de um efeito *coattails* de governador. Nesse sentido, a discussão teórica apresentada a seguir busca incrementar a análise do tema sob a perspectiva do eleitor, dimensão parcialmente negligenciada na literatura.

3.1.1. O voto para deputado federal no Brasil: em busca de uma heurística

Muito embora existam diferentes interpretações a respeito do nível de estruturação do sistema partidário brasileiro (CARREIRÃO, 2014; MELO; CÂMARA, 2012), surge como ponto de consenso na literatura a constatação de que o nosso sistema político convive com um número expressivo de partidos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999a; MELO; PEREIRA, 2013; POWER, 2011).

Seja em virtude da existência de uma legislação eleitoral que favorece o surgimento de novas agremiações partidárias, seja em função da presença de outros incentivos de ordem institucional (como acesso ao fundo partidário, a financiamento público de propaganda eleitoral nos meios de comunicação, entre outros), o fato é que, atualmente, mais de 30 partidos estão registrados no Tribunal Superior Eleitoral e aptos a concorrerem às eleições.

A combinação de elementos institucionais que viabilizaram a ampliação da oferta eleitoral e a existência de regras que permitem arranjos diversos nos pleitos proporcionais contribuíram para o aumento da fragmentação partidária no Brasil. Vale destacar, ainda, que “as instituições federativas e o caráter coalicional do presidencialismo brasileiro

possibilitam a sobrevivência de partidos que adotam estratégias nacionais e estaduais fracamente integradas” (BORGES, 2015), o que acrescenta mais uma dose de complexidade à configuração do jogo político.

Nessa ordem de ideias, esta breve descrição do cenário político brasileiro auxilia-nos a compreender porque tem sido crescente a quantidade de partidos políticos que conseguiram assentos na Câmara de Deputados.

Vale lembrar que as eleições para deputado federal desenvolvem-se, no Brasil, a partir de duas importantes regras - representação proporcional e lista aberta, apontadas por estudiosos como potencializadoras da relevância de questões locais para o desempenho dos partidos nas urnas (DESPOSATO, 2009; SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005). Ressalta-se, novamente, que este cenário pode contribuir para uma diminuição do papel da ideologia como atalho cognitivo capaz de orientar a formação de preferências dos eleitores (LAU; REDLAWSK, 2001; LUPIA; MCCUBBINS, 1998).

Em trabalho seminal para os estudos sobre comportamento político, Campbell *et al* (1960) identificaram que, em geral, os indivíduos apresentam baixos níveis de informação no que tange a assuntos políticos. Os autores enfatizaram que os eleitores, em sua maioria, conhecem muito pouco a respeito de candidatos e questões relacionadas a políticas públicas.

Tendo em vista que o cenário descrito impõe altos custos para o acompanhamento do grande número de questões que permeiam a vida pública, bem como considerando que os indivíduos são processadores limitados de informação (LAU; REDLAWSK, 2001), é razoável concluir que o sistema político se organiza de modo a fornecer mecanismos que permitem a formação de preferências sem exigir dos indivíduos um conhecimento enciclopédico sobre política (LUPIA, 1994; LUPIA; MCCUBBINS, 1998).

A partir da utilização de heurísticas, instrumentos que simplificam o processo de tomada de decisão para os indivíduos, os cidadãos menos informados podem desenvolver atitudes semelhantes às daqueles que possuem tempo e disposição para acompanhar questões políticas de maneira mais atenciosa (LUPIA, 1994).

Sobre o tema, Mondak e McCurley (1994) afirmam que os eleitores menos informados estão entre os mais inclinados a fazer uso da corrida presidencial como *shortcut* para guiar seu voto nos pleitos para a definição de membros do Legislativo. O efeito *coattails* funcionaria para estes indivíduos, então, como um mecanismo capaz de imprimir maior eficiência às suas decisões sobre candidatos e partidos.

Vale destacar também que os cidadãos não formam suas preferências de forma alheia ao contexto no qual vivem. Com isso, pretende-se frisar que o processo que envolve a tomada de decisões sobre assuntos políticos não se desenvolve numa espécie de vácuo institucional (LUIA; MCCUBBINS, 1998). Assim, argumenta-se que o arranjo de regras e procedimentos que disciplinam a vida pública fornece, no mínimo, o palco para manifestação de preferências e atitudes políticas.

No que tange ao contexto político brasileiro, afirma-se que uma heurística partidária não serviria adequadamente para orientar os eleitores a decidirem seus votos, notadamente em função da baixa identificação partidária verificada no país (DESPOSATO, 2009; PAIVA; TAROUCO, 2011), da notável fragmentação do seu sistema de partidos assim como da pouco substantiva diferenciação dos partidos políticos nacionais, que são estimulados a se posicionar no centro do espectro ideológico (CARREIRÃO, 2014).

Diferentemente, em sistemas como o dos Estados Unidos, é possível observar que o processo de escolha orientado por partidos políticos se revela mais viável (RENNÓ, 2009), especialmente em razão de características próprias de sua organização política.

Podemos apontar como catalizadores de uma heurística partidária naquele país a existência de apenas dois partidos competitivos e o fato de que as legendas possuem laços menos frágeis junto à sociedade, construídos ao longo de sua história e estabelecidos de maneira a sinalizar razoavelmente posições ideológicas e posicionamentos sobre determinados *issues* (POPKIN, 1991).

Retomando as observações feitas sobre o contexto político brasileiro, considera-se que, diante da provável ineficiência de uma heurística partidária, a heurística de disponibilidade (BRADY; SNIDERMAN, 1991) surge como alternativa com interessante potencial explicativo para se conhecer as preferências do eleitorado.

Por meio da utilização deste *shortcut*, os indivíduos promovem uma avaliação do incumbente que almeja a continuidade de seu mandato. A heurística de disponibilidade, desse modo, associa-se “a facilidade de reconhecimento do nome do candidato que concorre à reeleição e a visibilidade maior de seu nome” (RENNÓ, 2009, p. 241).

Ao discorrer sobre a relevância deste atalho cognitivo, Rennó argumenta que

“a avaliação do incumbente substitui até mesmo a identificação partidária como determinante central da escolha do eleitor nos Estados Unidos. Ou seja, é a avaliação do desempenho pessoal do candidato à reeleição que importa. Se este é o caso em um sistema político com partidos que têm marcas registradas, então é provável que, onde partidos sejam novos e ainda em consolidação, essa heurística seja ainda mais importante” (RENNÓ, 2009, p. 241)

No entanto, salienta-se que, em disputas nas quais observa-se a participação de um grande número de candidatos, a utilização deste atalho cognitivo pode perder capacidade explicativa, como parece ser o caso das eleições para deputado federal no Brasil.

Neste momento, emerge como um interessante instrumento facilitador do processamento de informações e da tomada de decisões a heurística de apreço (BRADY; SNIDERMAN, 1991). Ainda de acordo com Rennó, pode-se esclarecer que

“esse atalho é baseado no cálculo afetivo do eleitor com relação a atores políticos específicos, sejam eles grupos ou indivíduos, e quem esses atores apoiam nas eleições. No caso mais específico da América Latina, a heurística do apreço relaciona-se com a ideia de cabo eleitoral e de transferência de votos” (RENNÓ, 2009, p. 241)

Tendo em vista o notável desinteresse e desconhecimento dos cidadãos em relação a temas políticos (CAMPBELL et al., 1960; DOWNS, 1957; POPKIN, 1991), assim como considerando que é razoável supor que o vínculo direto entre eleitor e um político talvez não se estabeleça de maneira tão firme e estável ao longo do tempo, argumenta-se que é pouco provável que este atalho cognitivo ofereça condições para se analisar o voto para a escolha dos membros da Câmara dos Deputados no Brasil.

Ao discorrer sobre a forma como este *shortcut* opera, Rennó (2009) escreve que a afeição de um grupo ou indivíduo em relação a um determinado político poderia sinalizar afinidades também em relação ao candidato por ele apoiado.

Considera-se, no entanto, que a situação não se mostra tão comum quanto pode parecer em uma primeira análise. Isto porque, implicitamente, demanda a identificação de um cidadão com um grupo ou ator político específico, o que requer, certamente, um nível de interesse por política pouco usual.

Outro ponto que merece maior consideração é o destacado interesse dos eleitores por políticas localistas (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011), o que pode indicar que atalhos cognitivos diversos podem ser mais expressivos para moldar atitudes e preferências dos cidadãos.

Apresentando os achados de seu trabalho, Rennó (2009) aponta que os eleitores desejam que seus representantes na Câmara dos Deputados sejam atentos aos problemas presentes no município em que vivem. De acordo com o autor, é comum que os eleitores sejam influenciados positivamente por expectativas de atuação parlamentar voltadas para políticas particularistas.

É importante destacar, ainda, que o arranjo institucional brasileiro favorece o protagonismo dos chefes do Executivo na condução de relevantes processos políticos. Nessa ordem de ideias, presidentes e governadores utilizam-se de moedas de troca viabilizadas pela sua centralidade no processo orçamentário e na organização da burocracia para recompensar os partidos políticos (LOPEZ; PRAÇA, 2015).

Merece destaque igualmente o fato de que o sistema de partidos, no Brasil, não se desenvolveu historicamente a partir de clivagens e também não conseguiu produzir fortes vínculos entre as legendas e segmentos da sociedade (MENEGUELLO, 1998; SOUZA, 1976). Pelo contrário, os partidos brasileiros “nasceram ou ganharam força dentro do aparato do Estado (...) e passaram a vislumbrar na obtenção de cargos e no controle de recursos do Estado um de seus principais meios de reprodução” (LOPEZ; PRAÇA, 2015, p. 109).

Tendo em vista que os indivíduos levam em consideração os contextos social e institucional para a decisão de seu voto (SINGH, 2011) - que se caracterizam no caso brasileiro, preponderantemente, pela preferência de eleitores por políticas localistas (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011; RENNÓ, 2009) e pela centralidade do Executivo (BORGES; PAULA; SILVA, 2016; MELO; PEREIRA, 2013), justifica-se, assim, a investigação da maneira como o desenho institucional brasileiro pode favorecer a observação do efeito *coattails* como um atalho cognitivo capaz de conferir racionalidade às decisões dos eleitores.

3.1.2. O arranjo institucional e o efeito *coattails* no Brasil

A fragmentação partidária é um assunto caro às democracias atuais e objeto de estudo recorrente entre os cientistas políticos. Grande parte da literatura argumenta que uma fragmentação excessiva tem impacto negativo na manutenção de regimes presidencialistas e que, portanto, deve ser aspecto de grande atenção na análise de arranjos institucionais (GOLDER, 2006).

Existe uma série de fatores institucionais que podem trazer desdobramentos para a competição política e, por via reflexa, para a fragmentação do sistema de partidos. Dentre esses aspectos estão desde o regime de governo (HICKEN; STOLL, 2011), a heterogeneidade social e permissividade do sistema eleitoral (AMORIM NETO; COX, 1997), passando pela centralização do Executivo, impacto da estrutura das listas (SANTOS, 2006), magnitude do distrito, sistema proporcional, turno único ou *runoff*,

entre outros. Recentemente, um fator que tem sido destacado na literatura é o possível impacto das eleições majoritárias nas eleições legislativas, o efeito *coattails*.

De acordo com a literatura inicial sobre o tema, considerando a proximidade das eleições do Executivo e Legislativo nacional e um número reduzido de candidatos presidenciais, poderia se observar a maior coordenação dos partidos em direção a um dos candidatos e consequente redução da fragmentação partidária (GOLDER, 2006). Isso ocorreria em função do efeito redutor dos partidos no nível dos distritos a partir da tentativa de alinhamento com um dos candidatos presidenciais e também pelo aumento da coordenação entre distritos eleitorais (HICKEN; STOLL, 2011).

Tal efeito seria resultante do comportamento estratégico de partidos e eleitores, uma vez que estes tomariam a corrida presidencial como um atalho cognitivo com relação a questões programáticas de governo (HUANG; WANG, 2014; MONDAK; MCCURLEY, 1994) e os partidos, ao perceberem isso, buscariam se alinhar a um dos candidatos aproveitando esse *shortcut*, além de beneficiarem-se da organização da campanha, espaço na mídia, entre outros recursos (GOLDER, 2006; HICKEN; STOLL, 2011).

No entanto, ressalta-se que em um cenário mais complexo, em que as coalizões são resultantes do arranjo multipartidário existente em um país, o efeito *coattails* pode não produzir o resultado que dele se espera (BORGES; TURGEON, 2017). De fato, pode-se verificar que as múltiplas estratégias adotadas pelos partidos políticos têm viabilizado a existência de um grande número de legendas (BORGES, 2015), o que se observa também pelo crescente número de deputados federais eleitos por pequenos partidos nas últimas eleições (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016).

No caso brasileiro, então, a realidade contraria as predições feitas por Golder (2006) e também por Hicken e Stoll (2011). Observa-se que mesmo com a unificação do calendário eleitoral em 1994, não houve a redução da fragmentação partidária. Pelo contrário, verificou-se um aumento crescente de legendas com representação na Câmara dos Deputados, independentemente da proximidade das eleições presidenciais e do número reduzido de candidatos efetivos nessas disputas⁹.

⁹ Destaca-se que, entre 2010 e 2014, somente os três principais candidatos receberam, juntos, algo próximo da totalidade dos votos válidos. Com efeito, Dilma (Partido dos Trabalhadores-PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (Partido Verde-PV) somaram, juntos, 98,85% dos votos válidos em 2010. Nas eleições de 2014, Dilma (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (Partido Socialista Brasileiro-PSB) foram responsáveis por 96,46% dos votos válidos.

Podemos apresentar algumas justificativas para a falha nas previsões da literatura que tratou do tema em seu início ou, ao menos, indicar algumas razões para o descompasso entre a teoria e a realidade no Brasil.

Primeiramente, para que a coordenação presumida pela teoria do efeito *coattails* ocorra, é necessário que as arenas distritais estejam mais ou menos dispostas da mesma maneira que a arena nacional, com os mesmos partidos nas disputas e distribuídos de uma forma mais homogênea entre os distritos, coordenando-se com foco nas eleições nacionais.

Partindo do pressuposto de que a chefia do Executivo nacional ocupa um espaço de singular protagonismo, especialmente por concentrar decisões relevantes sobre políticas públicas e outros processos decisórios, Hicken e Stoll (2011) argumentam que os partidos receberiam incentivos para se coordenar em torno da competição presidencial. Segundo os autores, ao longo dos distritos delimitados para as eleições legislativas, ocorreria uma organização das legendas em função da disputa pelo Executivo nacional, que contribuiria para a construção de um sistema partidário mais nacionalizado (HICKEN; STOLL, 2011).

Notadamente em virtude da organização política que mune as unidades subnacionais de considerável autonomia, essa não é a realidade observada no sistema partidário brasileiro e pode ser apontada como um caminho explicativo para a não observância da redução do número de partidos políticos que se esperaria com o efeito *coattails* presidencial.

Vale destacar, nessa ordem de ideias, que sistemas políticos que apresentam considerável nível de descentralização podem oferecer incentivos diversos para a coordenação entre os partidos, tendo em vista que o plano subnacional também concentra valiosos recursos aos partidos políticos. Em outras palavras, as premissas apresentadas por Hicken e Stoll (2011) podem ser, de fato, questionáveis em sistemas políticos que adotam organização federativa semelhante à brasileira.

Neste sentido, Desposato (2004) apresenta robustas evidências de que o federalismo tem impactado negativamente sobre a coesão dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado no Brasil. Muito embora destaque que outras lideranças subnacionais também possam oferecer obstáculos ao processo de nacionalização do sistema partidário nacional, Desposato (2004) conclui que os governadores exercem significativa influência sobre as atividades legislativas dos parlamentares brasileiros.

Assim, o reconhecimento da influência de lideranças subnacionais sobre importantes dinâmicas políticas evidencia a importância de se investigar o potencial influxo de líderes estaduais sobre os processos eleitorais. Neste sentido, parte da literatura argumenta a favor da existência de efeitos *coattails* de governador e não presidenciais (SAMUELS, 2003), que impactariam de forma mais significativa sobre a dinâmica eleitoral no Brasil.

3.1.3. O efeito *coattails* das eleições de governador

Samuels (2000) afirma que os incentivos para que candidatos a deputados alinhem-se às eleições estaduais são maiores do que aqueles que ocorrem para os pleitos nacionais, uma vez que é em nível estadual que se concentra a distribuição de cargos e decisões sobre coalizões.

De acordo com o autor, como os recursos que impulsionam as carreiras legislativas são provenientes de conexões locais e não nacionais, há poucos incentivos para o alinhamento com as campanhas presidenciais, o que não só diminui a importância do efeito *coattails* presidencial, como também aumenta a fragmentação partidária em nível federal (SAMUELS, 2000).

Jones (1997) também observa o efeito redutor devido à influência de eleições provinciais na Argentina. Segundo o autor, a influência eleitoral dos diferentes níveis federativos depende do quão descentralizado é o país. Jones argumenta que a influência da disputa estadual aumenta na medida em que se observam quatro fatores: unidades subnacionais com autonomia fiscal e política; partidos em nível subnacional com significativa autonomia (principalmente na formação de listas e estabelecimento de alianças); eleições nacionais e subnacionais ocorrendo concomitantemente e as fórmulas eleitorais distintas entre os níveis federativos.

Tais fatores são observados também no caso brasileiro e reforçariam a tese de que o impacto dos efeitos *coattails* de governador são maiores que os presidenciais no Brasil, desempenhando papel central na disputa legislativa.

É importante destacar que, no Brasil, os distritos delimitados para a competição por assentos na Câmara dos Deputados correspondem aos estados. Ressalta-se, ainda, que a legislação eleitoral estabelece os distritos como local de formação das alianças entre as

legendas, tendo impedido, em alguns momentos, que os partidos formassem coligações incongruentes para os pleitos de governador e deputado federal¹⁰.

Além disso, vale mencionar que, desde 1994 as eleições para governador são sempre, em todas as unidades da federação, simultâneas às eleições para a escolha de deputados federais, algo não tão frequente em países que adotam sistema federativo com relativa autonomia das unidades subnacionais.

Sobre o impacto dos pleitos do Executivo sobre o Legislativo, Soares (2013) argumenta que as eleições presidenciais e as de governador influenciam a votação dos partidos para a Câmara dos Deputados. Em síntese, conclui que “candidatos a presidente ou governadores bem votados potencializam a votação do seu partido para deputado federal, sendo que este efeito é maior para governadores (*coattails* governatoriais) que para presidentes (*coattails* presidenciais)” (SOARES, 2013, p. 417).

De fato, considerando a autonomia dos entes subnacionais e o grande poder decisório dos partidos em nível estadual, parece pouco razoável desconsiderar o efeito das eleições para governador sobre o sistema partidário brasileiro. Nesse sentido, outros estudos também apontam a influência tanto do efeito *coattails* presidencial quanto de governadores (BORGES, 2015).

Em recente trabalho, Borges e Turgeon (2017, p. 19) esclarecem que “*in Brazil, the results indicate (...) that lower chamber candidates also benefit from gubernatorial coattails. These coattails are actually stronger than those uncovered for the president*”.

Para avançarmos na análise do tema, é relevante destacar que Borges (2015) diferencia estratégias eleitorais partidárias de presidencialização e provincialização, ao analisar o fenômeno da nacionalização partidária no Brasil. Segundo o autor, o impacto das eleições do Executivo nacional ou subnacional nas eleições legislativas depende da estratégia adotada pelo partido. Partidos com estratégias de presidencialização tendem a sofrer maior influência das eleições presidenciais e partidos com estratégias de

¹⁰ Entre 1986 e 1998, os partidos eram formalmente proibidos de estabelecer coligações incongruentes para as eleições de deputado federal e governador. Nos dois pleitos seguintes (2002 e 2006), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instituiu a regra da verticalização, obrigando as legendas a seguir os arranjos estabelecidos para a disputa presidencial também nas competições para os outros cargos (em nível federal e estadual). Já na eleição seguinte, em 2006, a situação foi contornada. Em razão da insatisfação dos parlamentares com a verticalização, aprovou-se uma emenda constitucional que não mais obrigava a congruência entre as coligações para a disputa de diversos cargos no Executivo e Legislativo federal e estadual. É razoável argumentar, neste sentido, que a proximidade entre os pleitos de governador e deputado federal se encontram institucional e historicamente presentes no cenário político brasileiro. Para maiores detalhes sobre a discussão, ver Miranda (2013).

provincialização tendem a ser mais associados às eleições de governador (BORGES, 2015).

Destaca-se que o efeito *coattails* de governador apresenta relevantes desdobramentos em relação à coordenação partidária entre distritos, tendo em vista que, na medida em que o sistema partidário estadual é influenciado por questões regionais, a coesão das estratégias partidárias entre os diferentes distritos será menor. Como resultado, podemos observar distritos muito diferentes entre si, com dinâmicas distintas e, muito possivelmente, influenciados por diferentes atores políticos.

Desse modo, ainda que seja possível observar, em média, um número efetivo de partidos pequeno em nível estadual, cada distrito poderia congregiar partidos diferentes, o que geraria uma inflação no número de legendas presentes no sistema partidário nacional.

Além disso, por mais que o número efetivo de partidos concorrendo à presidência no Brasil possa ter sido reduzido nos últimos pleitos, é importante notar que partidos que não lançam candidatos ao Executivo federal e que não possuem estratégias de nacionalização, ainda assim, conquistam cadeiras no Legislativo devido ao relevante papel das unidades subnacionais (PAIVA; ALVES; BENEDITO, 2016).

Destaca-se que o fato de um partido não concorrer nas eleições presidenciais, no caso brasileiro, não o coloca à margem do sistema partidário nacional, isso porque ele pode se estabelecer em nível subnacional, elegendo representantes para o Legislativo federal (BORGES, 2015; PAIVA; BATISTA; STABILE, 2008).

Vale ressaltar, por último, que decisões sobre candidaturas para deputados federais são tomadas pelos partidos em nível estadual e que os recursos associados à manifestação do efeito *coattails* (como estrutura de campanha, visibilidade midiática, entre outros) não estão concentrados exclusivamente no Executivo federal.

3.2. Metodologia

Neste momento, serão apresentados os modelos de regressão logística binomial bem como especificadas as variáveis a ele inseridas. O principal objetivo dos modelos inferenciais propostos é examinar se, e em que medida, a presença de um candidato a governador de um dos dois principais partidos na disputa presidencial (PT e PSDB) ou o voto em um candidato presidencial destas legendas podem ser apontados como fatores que condicionaram o voto nas eleições para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2010 e 2014.

Para conduzir os testes de hipótese, utilizamos dados provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) dos referidos anos eleitorais. Interpretamos, na seção seguinte, os resultados dos modelos binomiais correspondentes a 2010 e 2014 (dois para cada ano), buscando identificar variáveis que podem ter influenciado na probabilidade de se observar o voto para deputado federal em um dos dois principais partidos daquela disputa.

É importante frisar que, entre 1994 e 2014, consolidou-se a rivalidade entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na competição pela chefia do Executivo nacional. Isto significa dizer que os dois partidos, durante duas décadas, foram os mais competitivos na disputa das eleições presidenciais no Brasil, quadro que só foi alterado com a vitória do Partido Social Liberal (PSL) em 2018.

Por outro lado, vislumbra-se uma quantidade bem maior de partidos na Câmara dos Deputados, muito embora parte da literatura sustente que as eleições presidenciais sejam responsáveis por moldar o sistema partidário brasileiro (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO; CÂMARA, 2012).

Assim, acredita-se que a análise da influência do voto para presidente sobre as eleições de deputado federal poderia contribuir para o debate, auxiliando a solucionar a questão em torno da magnitude do influxo das eleições para o Executivo nacional sobre a disputa de assentos naquela Casa Legislativa.

Em virtude desta abordagem analítica, construímos a variável dependente a partir das respostas dos entrevistados pelo ESEB em que indicaram, espontaneamente, qual candidato recebeu seu voto para deputado federal nos pleitos de 2010 e 2014. Na tabela abaixo indicamos o total de observações válidas (consideradas aquelas em que foi possível identificar o candidato ou partido escolhido pelo respondente), a quantidade de observações excluídas da amostra bem como o número de entrevistados em cada ano¹¹.

¹¹ Estas observações foram excluídas da análise por não ser possível a identificação dos candidatos/partidos mencionados pelos entrevistados ou mesmo em virtude da opção de não responder à questão em destaque. Ao final da próxima seção, detalhamos e discutimos como esta abordagem pode ter impactado os resultados. Em suma, não encontramos nenhuma evidência de que os achados possam ter sido comprometidos por esta opção metodológica. Pelo contrário, no pior dos cenários, os coeficientes podem ter sido subestimados, o que não inviabiliza as conclusões apresentadas neste capítulo.

Tabela 4: Descrição da amostra

	ESEB 2010	%	ESEB 2014	%
Total de observações válidas	786	39,30%	892	28,44%
Total de NA/NR/NS	1214	60,70%	2244	71,56%
Total da amostra ESEB	2000	100,00%	3136	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Em cada um dos modelos binomiais, a variável dependente foi organizada de maneira dicotômica para identificar: o voto em um deputado federal do PT nas eleições de 2010; o voto em um deputado federal do PSDB no mesmo pleito; o voto em um deputado federal do PT nas eleições de 2014; e, por fim, o voto em um deputado federal do PSDB nestas eleições.

Por sua vez, as variáveis explicativas utilizadas nestes modelos foram construídas a partir das respostas dos entrevistados ao ESEB de 2010 e 2014¹² sobre: idade, sexo, renda mensal familiar e escolaridade dos entrevistados; se dizem gostar ou não dos partidos em destaque; como avaliam o desempenho do presidente nos últimos quatro anos; e em quem votaram para presidente naquela mesma eleição.

Além disso, foram inseridas variáveis binárias para captar a presença ou ausência de um candidato a governador pelo PT ou PSDB na unidade da federação em que votou o entrevistado. As informações sobre candidaturas foram obtidas junto ao TSE.

A variável idade foi considerada em anos completos dos entrevistados no momento da realização do ESEB. A próxima variável, sexo, encontra-se expressa em duas categorias (masculino e feminino). Renda familiar, inicialmente indicada em diferentes categorias, foi reorganizada para indicar se o entrevistado pertence ou não a um grupo familiar considerado privilegiado (com renda mensal superior a 5 salários mínimos), o que poderia lhe oferecer recursos para o acompanhamento de questões

¹² É importante destacar que, para o Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014, foram realizadas 3.136 entrevistas no total, sendo 2.506 entrevistas proporcionais em todo o território nacional e complemento de 630 entrevistas no Estado de São Paulo. Assim, a sub amostra estadual paulista foi composta de 1.204 casos, possibilitando a identificação das seguintes divisões: capital, região metropolitana e interior. Para se evitar distorções na análise empírica, considerando a super-representação do Estado de São Paulo na amostra, foram considerados fatores de ponderação para cada um dos entrevistados deste estado. Neste sentido, o fator de ponderação 0,3793103 foi utilizado para os entrevistados oriundos da capital de São Paulo. Aos integrantes da amostra provenientes da região metropolitana de São Paulo foi aplicado o fator de ponderação 0,2962963 e aos residentes no interior daquele estado, o fator de ponderação 0,7333333. Por meio de interações com as variáveis categóricas, podemos corrigir as distorções que seriam observadas caso não aplicássemos os fatores de ponderação, o que geraria resultados fortemente influenciados pelos entrevistados do estado de São Paulo.

políticas sem custos excessivos. Desse modo, esta variável tem como objetivo aferir se existe ou não uma atitude diferente entre eleitores pertencentes a uma faixa socioeconômica mais privilegiada no momento de destinar seu voto para a Câmara dos Deputados.

Escolaridade foi construída de modo dicotômico também, para diferenciar os brasileiros que tiveram acesso ao ensino superior, ainda que incompleto, dos demais. A opção por esta abordagem segue a lógica de analisar se existem padrões diferentes de comportamento entre eleitores com maior nível de escolaridade e renda, em geral expostos com maior frequência a debates políticos. Muito embora estas sejam variáveis *proxy*, que não captam toda a riqueza de diferenças existentes no Brasil, servem como importantes fatores de controle que não desprezam o potencial explicativo da possível exposição a debates políticos sobre as decisões que tomam quando vão às urnas.

Tendo em vista que a identificação partidária ocorre em níveis bastante modestos no Brasil (DESPOSATO, 2009; PAIVA; TAROUCO, 2011), utilizamos como *proxy* as variáveis que expressam o grau de apreço dos entrevistados pelos principais partidos em disputa pela presidência.

A partir das respostas aos termômetros de afinidade presentes no questionário do ESEB, em que o respondente atribui uma nota de 0 a 10 a cada um dos partidos, foram reorganizadas três categorias que indicam indiferença (0), rejeição (-1) ou preferência (+1) por PT ou PSDB.

Na escala original, em que o respondente atribui uma nota de 0 a 10 aos partidos, 0 significa que o entrevistado não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que ele gosta muito. Consideramos os que não gostam do partido (-1) aqueles que atribuíram notas de 0 a 4 à legenda. Entre os indiferentes (0), estão os que indicaram uma nota 5 (o ponto médio da escala), os que não souberam responder ou não responderam e os que dizem não conhecer o partido. Por sua vez, os entrevistados que atribuíram notas de 6 a 10 foram considerados como aqueles que gostam (+1) do partido.

A organização desta variável em três categorias (-1, 0, +1) viabiliza a comparação do comportamento dos eleitores que dizem gostar ou não gostar do PT/PSDB em relação aos considerados indiferentes.

Entre as principais variáveis explicativas de cada modelo estão o voto para presidente, em primeiro turno, nas eleições de 2010 e 2014. Destaca-se que todas elas foram construídas de maneira dicotômica.

Para o primeiro modelo, que tem como variável dependente o voto em deputado federal do PT em 2010, foi utilizada a variável *dummy* que expressa se o entrevistado votou ou não na candidata à presidência pelo mesmo partido naquele ano. O segundo modelo, cuja variável dependente é o voto para deputado federal no PSDB no mesmo pleito, utiliza, por sua vez, a variável binária que indica se o entrevistado votou ou não no PSDB para presidente. Os outros dois modelos, que têm como variáveis dependentes o voto em um deputado federal do PT e do PSDB no pleito de 2014 seguem esta mesma lógica.

Por meio da variável que indica o voto para presidente, podemos observar a existência ou não de um acréscimo na probabilidade de se votar em um candidato a deputado federal do mesmo partido em função da corrida presidencial. Tem-se, por hipótese, que o voto destinado ao candidato a presidente não está fortemente associado ao voto para deputado federal, especialmente em virtude dos argumentos trazidos na revisão de literatura.

Por fim, em cada um dos modelos, foi inserida uma variável dicotômica para captar se havia um candidato a governador filiado ao PT ou ao PSDB na unidade da federação em que votou o entrevistado. Por meio desta variável, busca-se verificar se as eleições para a chefia do Executivo estadual podem condicionar, de alguma forma, o voto nas eleições para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o que foi discutido na seção reservada à revisão de literatura, argumenta-se que o contexto político brasileiro e também a legislação eleitoral favorecem a influência de lideranças estaduais. A considerável autonomia das unidades subnacionais, assim como a correspondência entre os estados e os distritos delimitados para a competição por assentos no Legislativo federal também justificam a relevância de se investigar o influxo das disputas pelo Executivo estadual.

A expectativa é de que a candidatura a governador revele uma maior presença daquela legenda no estado, o que sinalizaria que o partido possui alguma relevância no contexto regional. Desse modo, existiria uma dinâmica que favoreceria o voto em candidatos a deputado federal do mesmo partido.

3.3. Resultados e discussão

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos modelos analíticos anteriormente descritos, bem como discutidos os seus achados, seus limites e os principais desdobramentos, especialmente para as próximas etapas desta pesquisa.

Antes de analisarmos os resultados das análises de regressão apresentadas nas linhas a seguir, é importante esclarecer algumas decisões de natureza metodológica tomadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Em primeiro lugar, ressalta-se que o principal interesse com a estimação destes modelos é aferir se o voto nas eleições presidenciais serviu como uma condicionante do voto para deputado federal nas eleições de 2010 e 2014. Vale lembrar novamente que, por mais de duas décadas, a disputa pela chefia do Executivo nacional resumiu-se, basicamente, à competição entre apenas 2 partidos. Além disso, pretende-se verificar se as eleições para a escolha de governador estão, em alguma medida, associadas à dinâmica de disputa por assentos na Câmara dos Deputados.

A questão é tratada da seguinte maneira: se o voto para presidente não consegue, de maneira razoável, orientar o voto em um candidato da mesma legenda, podemos levantar sérias dúvidas a respeito da organização da competição política em torno da disputa presidencial. De fato, é de grande importância examinarmos o porquê de as eleições legislativas não terem conseguido mobilizar o eleitorado em torno de um número menor de partidos, como ocorre na disputa pela presidência.

Desse modo, argumenta-se, por outro lado, que as eleições para a chefia do Executivo estadual poderiam fornecer valiosas evidências sobre a forma de organização da competição política no país, contribuindo para o debate a respeito de interpretações sobre o sistema partidário brasileiro.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que este trabalho aborda a influência das eleições para o Executivo sobre o Legislativo sob a perspectiva do eleitor, algo que tem sido parcialmente negligenciado pela literatura. A utilização de dados observacionais, em que o eleitor é tido como unidade de análise, favorece, assim, o exame do impacto do efeito *coattails* sobre a decisão do voto, dimensão ainda pouco explorada nos trabalhos sobre o tema, especialmente na América Latina.

Em um dos poucos trabalhos que adotam esta perspectiva, Mondak e McCurley (1994) identificaram que os eleitores americanos foram influenciados pela corrida presidencial, entre 1976 e 1988, no momento em que escolheram seu representante no Congresso.

Utilizando-se de dados do *American National Election Studies* (NES) e baseados em uma análise longitudinal multinível, os autores sugerem que a disputa pela chefia do Executivo nacional influenciou a decisão do voto nas eleições para o Congresso dos

Estados Unidos, sobretudo entre eleitores menos informados (MONDAK; MCCURLEY, 1994).

Para além do contexto estadunidense, Huang e Wang (2014) afirmam que o *coattails* presidencial também se faz presente como importante atalho cognitivo entre os eleitores de Taiwan. Em seu trabalho, apresentam um modelo inferencial que combina dados dos votantes e de candidatos para, em seguida, concluir que o efeito incumbente, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, não acrescenta potencial explicativo para a decisão do voto em candidatos ao Legislativo de Taiwan (2014).

A natureza dos dados observacionais utilizados nos trabalhos mencionados e também neste capítulo, certamente, oferece alguns empecilhos ao processo inferencial, especialmente no que diz respeito à direção da possível relação de causalidade entre as variáveis observadas. Por esta razão, no capítulo seguinte, serão utilizados dados experimentais com o intuito de analisar como as eleições de governador e presidente interferem no processo de formação de preferências para a escolha de um candidato a deputado federal no Brasil.

A opção por um modelo mais simples, que não agrupa todos os partidos da coligação em torno do principal partido da chapa (aquele que lança o candidato a presidente) fundamenta-se, essencialmente, na seguinte ideia: se o voto em um candidato a presidente não for capaz de promover um acréscimo na probabilidade de voto em candidatos a deputado federal pelo mesmo partido, dificilmente o será para seus aliados.

Especificamente, os dados coletados pelo ESEB nos permitem enfrentar de maneira segura os seguintes problemas de pesquisa: Como o voto para presidente pode estar associado ao voto para deputado federal no mesmo partido? O lançamento de um candidato a governador, em determinada unidade da federação, aumenta a probabilidade de votos em deputados federais da mesma legenda?

As respostas a estas indagações oferecem uma série de reflexões, especialmente sobre a capacidade de influência das eleições para a chefia do Executivo nacional e estadual sobre a competição por assentos na Câmara dos Deputados (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SOARES, 2013). A partir destas respostas, podemos examinar se, como, e em que medida, é razoável argumentar que a eleição presidencial ou as eleições de governador servem como uma espécie de ponto de equilíbrio para o sistema partidário nacional.

Destaca-se que, se as eleições presidenciais não servirem sequer para auxiliar na decisão do voto em favor de um deputado federal vinculado ao mesmo partido político

do presidencial, temos uma situação em que não se revela razoável sustentar que a disputa pelo Executivo federal desempenha um papel de considerável coordenação na competição político-partidária no país.

De outro lado, tem-se a importância de se examinar soluções alternativas à questão da organização da competição política no Brasil. Sugere-se que as dinâmicas subnacionais merecem ser consideradas com bastante atenção (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012; BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013), notadamente diante de um quadro em que as eleições presidenciais não oferecem um considerável potencial explicativo para o entendimento do sistema partidário nacional.

A seguir, são trazidos alguns dados descritivos que nos permitem uma primeira aproximação sobre questões importantes para o debate: em que medida as lideranças nacionais influenciam os eleitores no momento em que decidem seu voto para deputado federal? A preferência partidária pode servir como um atalho cognitivo neste sentido?

Inicialmente, apresentamos abaixo a Tabela 5 e a Tabela 6, as quais, respectivamente, confrontam a escolha de um deputado federal em função do voto para presidente nas eleições de 2010 e 2014. Neste sentido, as tabelas auxiliam em uma observação inicial acerca de tendências entre os entrevistados pelo ESEB nos anos eleitorais em destaque.

Tabela 5: Voto para deputado federal em função do voto para presidente em 2010

	Voto deputado federal PT	Voto deputado federal PSDB	Voto deputado federal outros
Voto Pres PT	7,5%	4,1%	36,8%
Voto Pres PSDB	1,7%	3,1%	25,6%
Voto Pres outros	2,4%	2,5%	16,4%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

É possível observar na Tabela 5 que apenas 7,5% dos entrevistados votaram em Dilma Rousseff para presidente, no pleito de 2010, e destinaram também seu voto a um deputado federal filiado ao PT. Os números foram ainda menos expressivos para o PSDB neste pleito. Com efeito, somente uma fatia pouco maior do que 3% dos entrevistados associaram o voto no presidencial José Serra, naquele ano, ao voto em um deputado federal do Partido da Social Democracia Brasileira.

Em geral, nota-se que o voto para presidente em um dos dois partidos que protagonizaram a corrida pelo Executivo nacional por duas décadas não parece ter sido um importante guia para a escolha de um representante na Câmara dos Deputados. Nessa ordem de ideias, a análise descritiva sugere que a escolha de um presidenciável não está nem mesmo razoavelmente associada ao voto em um deputado federal que compete pela mesma legenda. Destaca-se que 36,8% e 25,6% dos respondentes que escolheram votar em presidenciáveis do PT e PSDB, respectivamente, destinaram seu voto a um parlamentar membro de outros partidos em disputa por assentos naquela casa legislativa.

A tendência se manteve nas eleições seguintes, conforme indica a Tabela 6. De fato, em 2014, somente 11,8% dos entrevistados combinaram seu voto para presidente no PT e o voto em um deputado federal do mesmo partido. Em relação ao PSDB, apenas 6,7% dos eleitores associaram seu voto para presidente e deputado federal a candidatos por esta legenda.

Tabela 6: Voto para deputado federal em função do voto para presidente em 2014

	Voto deputado federal PT	Voto deputado federal PSDB	Voto deputado federal outros
Voto Pres PT	11,8%	3,9%	34,0%
Voto Pres PSDB	1,9%	6,7%	24,7%
Voto Pres outros	1,5%	1,0%	14,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Nem mesmo a identificação partidária parece oferecer potencial explicativo para entendermos o voto em um deputado federal, de acordo com as informações extraídas da Tabela 7 e da Tabela 8, apresentadas abaixo.

Tabela 7: Voto para deputado federal em função da preferência pelos principais partidos na corrida presidencial de 2010

	Voto deputado federal PT	Voto deputado federal PSDB	Voto deputado federal outros	Total
Gosta PT	19,1%	11,5%	69,4%	100% (n=366)
Não gosta PT	4,5%	9,4%	86,1%	100% (n=223)
Gosta PSDB	8,9%	10,7%	80,4%	100% (n=270)
Não gosta PSDB	14,1%	7,3%	78,6%	100% (n=327)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Pode-se verificar que, no grupo restrito dos entrevistados que disseram nutrir alguma afeição pelo Partido dos Trabalhadores, somente um pouco mais de 19% destinaram seu voto a deputados federais da mesma agremiação partidária em 2010. A proporção é ainda menos expressiva entre os eleitores que demonstram preferência pelo PSDB, tendo em vista que apenas 10,7% destes declararam voto em um parlamentar tucano.

Em síntese, podemos observar, de acordo com as informações trazidas acima, a incidência de proporções bastante elevadas de eleitores que optaram por votar em deputados federais de outros partidos, mesmo tendo declarado alguma preferência pelo Partido dos Trabalhadores ou pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Tabela 8: Voto para deputado federal em função da preferência pelos principais partidos na corrida presidencial de 2014

	Voto deputado federal PT	Voto deputado federal PSDB	Voto deputado federal outros	Total
Gosta PT	24,0%	8,0%	68,0%	100% (n=412)
Não gosta PT	5,3%	15,0%	79,7%	100% (n=320)
Gosta PSDB	7,3%	20,1%	72,7%	100% (n=289)
Não gosta PSDB	24,2%	4,5%	71,3%	100% (n=331)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Esta tendência também pode ser observada nas eleições subsequentes. Destaca-se que, em 2014, menos de $\frac{1}{4}$ dos entrevistados que se identificam com o Partido dos Trabalhadores declararam ter votado em deputados federais petistas. Por sua vez, entre os respondentes identificados com o PSDB, somente 20,1% disseram ter votado em candidatos da legenda para a Câmara dos Deputados.

Pode-se argumentar que, em geral, mesmo nestes grupos restritos de eleitores, os sentimentos dos entrevistados em relação aos dois partidos que protagonizaram a disputa pela presidência da república nestas ocasiões não foram capazes de ordenar suas escolhas por deputados federais destas legendas.

As tabelas em destaque sugerem também que a proporção de votos em deputados federais dos dois principais partidos que competiram pela presidência em 2010 e 2014 foi

bastante modesta, até mesmo entre aqueles eleitores que votaram para presidente em candidatos do PT ou PSDB.

Os dados descritivos sugerem que o voto nas eleições presidenciais, assim como a identificação partidária não podem ser apontados como fortes vetores explicativos que conferem inteligibilidade às eleições da Câmara dos Deputados.

Em suma, apesar das limitações inerentes a uma análise descritiva dos dados, pode-se argumentar que os entrevistados, em 2010 e 2014, parecem não ter associado o voto para presidente ao voto para deputado federal, análise que pode ser enfrentada de maneira mais robusta a partir da interpretação dos modelos inferenciais apresentados na sequência.

A Tabela 9, trazida abaixo, sintetiza os achados dos modelos de regressão logística construídos a partir das respostas dos entrevistados ao ESEB de 2010. No primeiro modelo, a variável dependente utilizada indica se o eleitor votou ou não em um deputado federal do Partido dos Trabalhadores (*voto_depfed_PT*). Por se tratar de um modelo binomial, o resultado é expresso em razão de chance¹³, o que deve ser levado em consideração no momento da interpretação dos coeficientes referentes a cada variável explicativa.

Na coluna à direita da tabela, estão expressos os coeficientes do segundo modelo de regressão, que tem como variável dependente o voto em um deputado federal do Partido da Social Democracia Brasileira (*voto_depfed_PSDB*). Vale destacar que, em todos os modelos, foram consideradas apenas as respostas válidas dos entrevistados, o que significa dizer que os *missing values* foram descartados para garantir uma maior precisão das inferências.

Assim, foram excluídos da análise aqueles entrevistados que não souberam responder ou preferiram não responder à pergunta “Em quem o(a) senhor(a) votou para deputado federal?” Por se tratar de resposta espontânea, o número de observações foi reduzido a 786 em ambos os modelos¹⁴.

¹³ A razão de chance é calculada por meio da divisão entre a probabilidade de ocorrência do evento (neste caso, o voto em um deputado federal do PT) e a probabilidade de não ocorrência deste evento.

¹⁴ Ao final desta seção discutimos as limitações e o alcance dos achados apresentados neste trabalho.

Tabela 9: Modelos binomiais 2010

	<i>Dependent variable:</i>	
	voto_depfed_PT	voto_depfed_PSDB
	(1)	(2)
idade	0.002 (0.008)	-0.013 (0.009)
sexo	0.127 (0.234)	-0.128 (0.247)
escolaridade	0.483 (0.303)	0.490 (0.314)
avaliação retrospectiva	-0.579 (0.791)	-0.438 (0.554)
renda familiar	0.091 (0.296)	0.010 (0.322)
voto_pres_PT	0.317 (0.269)	
não gosta PT	-0.703 (0.478)	
gosta PT	0.584 (0.357)	
cand_gov_PT	0.833*** (0.237)	
voto_pres_PSDB		-0.001 (0.281)
não gosta PSDB		-0.563* (0.312)
gosta PSDB		-0.127 (0.307)
cand_gov_PSDB		0.122 (0.261)
Observations	786	786
Log Likelihood	-260.532	-244.319
Akaike Inf. Crit.	541.064	508.638
<i>Note:</i> *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB e TSE.

Em relação aos resultados do primeiro modelo, destaca-se que o voto para presidente em Dilma Rousseff, no pleito de 2010, não apresentou potencial explicativo

que favorecesse a probabilidade de voto em um deputado federal do Partido do Trabalhadores.

Em outras palavras, isto significa dizer que o voto para presidente na candidata vencedora naquela ocasião não foi capaz de beneficiar os candidatos ao Legislativo federal filiados ao mesmo partido. A ausência de significância estatística desta variável (*voto_pres_PT*) sinaliza que o voto na candidata petista, em primeiro turno, não condicionou o voto para deputado federal entre os entrevistados pelo ESEB em 2010.

Nem mesmo a preferência ou rejeição pelo Partido dos Trabalhadores foi suficiente para conferir inteligibilidade ao voto destinado à escolha de um representante na Câmara dos Deputados pelos entrevistados.

Por outro lado, a variável que indica a presença de candidato a governador pelo PT no estado em que votou o respondente contribuiu de maneira positiva e estatisticamente significativa para o resultado.

Destaca-se, assim, que a presença de um candidato a governador pelo PT na unidade da federação em que votou o entrevistado beneficiou os candidatos a deputado federal pela mesma legenda. Argumenta-se que o lançamento de candidaturas à chefia do Executivo estadual criou um cenário favorável aos que disputavam assentos na Câmara dos Deputados vinculados ao partido do candidato a governador.

Salienta-se que a apresentação de um candidato a governador sinaliza uma maior presença da agremiação partidária em uma determinada unidade da federação. Neste sentido, os candidatos ao Legislativo seriam beneficiados, ainda que indiretamente, pela imagem potencialmente atraente do partido naquela região ou mesmo por recursos mobilizados pela legenda. De toda forma, os resultados sugerem a existência de um mecanismo causal em favor de candidatos a deputado federal nos estados em que o mesmo partido apresenta candidato a governador.

Em relação aos resultados do segundo modelo, é importante destacar que o voto para presidente em José Serra, candidato do PSDB em 2010, não promoveu um aumento na probabilidade de se votar em candidatos a deputado federal do mesmo partido.

Por sua vez, a rejeição pelo partido interferiu negativamente sobre a probabilidade de voto em deputado federal do PSDB, embora os efeitos desta variável sejam estatisticamente significativos apenas a níveis menos rigorosos.

No que diz respeito aos modelos que têm como variáveis dependentes o voto em deputados federais do PT ou do PSDB em 2014, indicados na Tabela 10, observa-se que

os resultados, em geral, seguem a mesma tendência, especialmente em relação às variáveis mais importantes para os propósitos deste capítulo.

Tabela 10: Modelos binomiais 2014

	<i>Dependent variable:</i>	
	voto_depfed_PT	voto_depfed_PSDB
	(1)	(2)
idade	0.001 (0.007)	0.005 (0.007)
sexo	0.436 (0.767)	0.428 (0.767)
escolaridade	4.140** (1.839)	0.762 (0.971)
avaliação retrospectiva	1.361 (0.832)	−0.194 (0.997)
renda familiar	1.506 (1.533)	−0.845 (0.992)
voto_pres_PT	−1.436 (1.044)	
não gosta PT	2.799* (1.604)	
gosta PT	0.586 (0.989)	
cand_gov_PT	1.087*** (0.345)	
voto_pres_PSDB		0.888 (0.863)
não gosta PSDB		0.324 (1.184)
gosta PSDB		−0.742 (0.925)
cand_gov_PSDB		0.655** (0.298)
Constant	−2.790** (1.211)	−1.762 (1.185)
Observations	892	892
Log Likelihood	−322.414	−286.637
Akaike Inf. Crit.	680.828	609.274
<i>Note:</i> *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB e TSE.

Com efeito, o voto para presidente nas eleições de 2014 falhou na tentativa de oferecer racionalidade em relação à disputa por cadeiras na Câmara dos Deputados, em ambos os modelos.

Em relação ao primeiro modelo, ressalta-se que a variável escolaridade se mostrou estatisticamente significativa, contribuindo de forma positiva para o voto em um deputado federal petista. Isto implica dizer que, naquele momento, os entrevistados com maiores níveis de educação formal demonstraram maior inclinação para votar em deputados federais do Partido dos Trabalhadores.

É interessante perceber também que a rejeição pelo PT não foi capaz de influenciar negativamente o voto em um deputado federal da legenda. Vale lembrar que, naquele ano, o partido conseguiu eleger a maior bancada da Câmara dos Deputados. De todo modo, esta variável apenas poderia ser considerada estatisticamente significativa a 10%, nível considerado pouco rigoroso e não adotado neste trabalho para os testes inferenciais. É possível argumentar, ainda, que a preferência ou rejeição por um dos principais partidos que competiram pela presidência, nos anos examinados, não foi capaz de conferir inteligibilidade ao voto para deputado federal.

Por fim, mas não menos importante, salienta-se que as variáveis *cand_gov_PT* e *cand_gov_PSDB*, que indicam o lançamento de candidatura ao governo estadual por cada legenda, revelou-se positiva e estatisticamente significativa para ambos os modelos de 2014.

Para os propósitos deste trabalho, é de grande relevância destacar que o lançamento de candidato a governador pelo PT ou pelo PSDB está diretamente relacionado ao acréscimo na probabilidade de voto em um deputado federal das respectivas legendas.

Estes achados, interpretados à luz dos resultados anteriormente discutidos, chamam a atenção para a possível influência das dinâmicas subnacionais sobre as disputas por assentos na Câmara dos Deputados, hipótese sustentada ao longo deste capítulo. Com efeito, as eleições para a definição do chefe do Executivo estadual parecem ter contribuído em maiores proporções para a decisão do voto em deputados federais do que a própria corrida presidencial.

Ressalta-se, novamente, que o lançamento de candidatura ao governo estadual sugere que um determinado partido político detém alguma dose de estrutura e visibilidade capazes de fornecer vantagens competitivas para seus candidatos ao Legislativo. Neste

sentido, argumenta-se que a presença de um candidato a governador pode impulsionar a quantidade de votos recebidos pelo partido nas eleições de deputado federal.

Além disso, é necessário considerar a importância das eleições estaduais para o debate sobre o modo como se organiza a competição política e o sistema partidário brasileiro. Essa assertiva encontra-se corroborada notadamente após as evidências relacionadas ao comportamento dos eleitores trazidas neste capítulo, que indicam uma maior probabilidade de voto em favor de candidatos ao Legislativo por partidos que lançaram candidato a governador em seu estado.

De forma específica, observou-se, em 2010, um acréscimo de 4 pontos percentuais na probabilidade de voto em deputado federal do PT diante da presença de um candidato a governador por esta legenda em uma determinada unidade da federação. Em relação ao pleito de 2014, o acréscimo foi de 3,5% em favor da escolha de um deputado federal do Partido dos Trabalhadores¹⁵.

É importante enfatizar que, para uma melhor interpretação da magnitude desses efeitos, devemos considerar a proporção de entrevistados que declararam voto em candidatos a deputado federal pelo PT nas amostras do ESEB de 2010 e 2014 (respectivamente, 11,57% e 15,13%). Neste cenário, o incremento na probabilidade de voto em candidatos petistas, na ordem de 4% e 3,5%, pode ser considerada bastante significativa.

Nas eleições de 2010, a variável em destaque não produziu resultados estatisticamente significativos sobre o voto em candidatos do PSDB nas eleições para a Câmara Baixa. No pleito seguinte, porém, destaca-se que a presença de candidato a governador pelo PSDB agregou 3,2 pontos percentuais a favor do voto em deputados federais desta agremiação partidária. Vale salientar, ainda, que esse acréscimo de probabilidade identificado pelo cálculo dos efeitos marginais revela-se ainda mais robusto quando observamos que apenas 11,65% da amostra declarou voto em deputados federais do PSDB em 2014.

¹⁵ Para o cálculo dos efeitos marginais, foi utilizada a função *maBina* do pacote *erer*, no R. Os valores dizem respeito à variação da probabilidade mantendo-se constantes, na média, as demais variáveis. A presença ou ausência de um candidato a governador do PT, em 2010, referem-se às probabilidades de 9,5 e 5,5 pontos percentuais em favor do voto para deputado federal da legenda. Em 2014, estes valores são correspondentes, respectivamente, a 10% e 6,5%. A candidatura do PSDB ao governo estadual ou a ausência desta estão associadas, em 2010, à probabilidade de voto em parlamentares tucanos na ordem de 1,1% e 0,9%, sendo que a diferença não é estatisticamente significativa. Para a amostra de 2014, os valores referem-se a 6,7% e 3,5%, nessa ordem.

Desse modo, conclui-se que os resultados, em geral, estão em conformidade com as hipóteses apresentadas neste capítulo. Em síntese, o voto nas eleições presidenciais falhou como preditor do voto nas eleições para deputado federal, tanto nas eleições de 2010 como nas de 2014. De outro lado, foram encontradas evidências de que as dinâmicas relacionadas às eleições para o Executivo estadual estão associadas à decisão do voto para escolha de representantes na Câmara dos Deputados.

Um último ponto merece ser discutido para o esclarecimento do alcance e dos limites dos achados apresentados neste capítulo. De acordo com Mondak e McCurley (1994), sugere-se que os indivíduos menos informados tendem a utilizar a eleição presidencial como atalho cognitivo que facilita a escolha de um candidato ao Legislativo a ele associado.

Com o objetivo de verificar se existem algumas diferenças no que diz respeito ao nível de informação política dos entrevistados que responderam e não responderam em quem votaram para deputado federal nas eleições de 2010 e 2014, comparamos os percentuais dessas amostras em relação a duas variáveis. O acesso ao ensino superior e a renda familiar superior a 5 salários mínimos foram escolhidas como *proxy* para identificar um potencial grupo de indivíduos mais expostos a discussões sobre assuntos políticos. As tabelas abaixo sintetizam os resultados.

Tabela 11: Comparação entre os que declararam e os que não declararam o voto em deputado federal segundo escolaridade e renda (2010)

	Responderam (n=786)	Não responderam (n=1214)	Diferença
Acesso ao ensino superior	17,81%	9,39%	8,42%***
Renda familiar mensal superior a 5 salários mínimos	19,84%	15,15%	4,69%**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Destaca-se, de acordo com as expectativas de Mondak e McCurley (1994), que os eleitores com menor nível de informação sobre política recorreriam mais ao *coattails* como mecanismo para otimizar seu processo de escolha de um parlamentar. As tabelas 11 e 12 indicam que os modelos inferenciais apresentados neste trabalho, em geral, utilizaram-se de uma amostra composta por indivíduos com mais acesso ao ensino

superior e maior renda mensal familiar. Assim sendo, este grupo de eleitores tenderia a utilizar menos o *coattails* como atalho cognitivo.

Tabela 12: Comparação entre os que declararam e os que não declararam o voto em deputado federal segundo escolaridade e renda (2014)

	Responderam (n=892)	Não responderam (n=2244)	Diferença
Acesso ao ensino superior	20,29%	16,66%	3,63%**
Renda familiar mensal superior a 5 salários mínimos	16,47%	11,45%	5,02%***

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB.

Podemos argumentar, nessa ordem de ideias, que é possível que os coeficientes das variáveis que nos interessam estejam, em alguma medida, subdimensionados, o que não se configura em um risco à confiabilidade das conclusões apresentadas. Se, de um lado, pode ser que o *coattails* presidencial esteja mais presente do que o captado neste exame – o que não se considera razoável supor, especialmente em virtude dos achados dos outros capítulos da tese – de outro, é provável que a influência das eleições de governador¹⁶ seja ainda mais robusta, o que fortalece os achados e as inferências trazidas neste trabalho.

¹⁶ É importante destacar que, neste capítulo, não avaliamos, a rigor, o efeito *coattails* de governador, uma vez que as variáveis ligadas às disputas pelo Executivo estadual somente indicam a presença ou ausência de candidato a governador pelo PT ou PSDB na unidade da federação em que votou o entrevistado. Neste momento, então, examinamos uma espécie de efeito de coordenação entre os pleitos de governador e deputado federal. Em suma, argumenta-se que, em estados onde o PT ou PSDB lançam postulantes ao Executivo estadual, é provável que haja um maior número de candidatos à Câmara dos Deputados por estas legendas, em virtude da expectativa de se beneficiarem da popularidade do candidato a governador. Esta dinâmica, por sua vez, tende a aumentar a probabilidade de voto para deputados federais do mesmo partido, o que se justifica a partir dos resultados discutidos nesta seção. Salienta-se que, neste capítulo, não testamos o efeito do voto para governador sobre o voto para deputado federal, sobretudo para não trazer aos modelos questões relacionadas à endogeneidade, que comprometeriam uma avaliação mais precisa da associação entre os preditores e o resultado. Ao utilizarmos a variável *dummy* que capta apenas a presença de candidatos a governador pelo PT ou PSDB, são minimizados os riscos e as implicações que poderiam decorrer da inclusão do voto para governador e presidente como preditores simultâneos ao modelo inferencial. Isso porque a decisão de lançar ou não candidato governador é uma prerrogativa dos partidos, que antecede a decisão do eleitor acerca do voto para presidente e governador. Em outras palavras, não é razoável supor que o voto destinado por um eleitor a um presidenciável guarde qualquer relação de dependência com a decisão, tomada pelos partidos, sobre o lançamento da candidatura a governador. Ressalta-se que, no capítulo seguinte, por meio de uma abordagem experimental, testamos diretamente o efeito do *endorsement* de um candidato a governador sobre o voto para deputado federal.

3.4. Considerações finais

Ao longo deste capítulo, buscou-se examinar o efeito *coattails* sob a perspectiva do eleitor, dimensão que tem sido negligenciada pela literatura. Entende-se que a análise da forma como os eleitores associam as disputas para o Executivo e Legislativo pode fornecer interessantes inferências, contribuindo para a interpretação das dinâmicas de competição política e do sistema partidário.

Muito embora possamos reconhecer as limitações inerentes à utilização de dados observacionais para a realização de inferências sobre a formação de preferências dos eleitores, acredita-se que alguns dos principais achados deste trabalho podem auxiliar a esclarecer como a disputa presidencial e as eleições de governador condicionam o voto nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Com efeito, os resultados apresentados acima sugerem que devemos ter cautela ao avaliarmos o argumento de que as eleições presidenciais auxiliam a estruturar a competição política no Brasil. Isto porque as evidências indicam que os eleitores não tomaram, no período observado, a eleição presidencial como um guia para as decisões relacionadas à disputa por assentos na Câmara Baixa.

Por outro lado, a presença de um candidato a governador de um dos partidos em destaque sugere que os eleitores consideram a eleição para a chefia do Executivo estadual no momento de decidir em qual deputado federal votar.

Ressalta-se, assim, que não se pode extrair da análise dos dados provenientes do ESEB inferências seguras de que a disputa presidencial tem desempenhado um papel crucial no pleito de deputado federal no Brasil. Alternativamente, argumenta-se que as dinâmicas de competição política subnacional, em especial as eleições para a chefia do Executivo estadual, merecem ser examinadas com mais atenção.

Por fim, salienta-se que, no capítulo seguinte, serão apresentados os resultados de um experimento conduzido com o objetivo de avaliar como os pleitos para presidente/governador influenciam o processo de formação de preferências dos eleitores. Argumenta-se que a utilização desta estratégia metodológica viabiliza inferências mais seguras sobre os mecanismos psicológicos e causais que podem promover a associação, por parte dos eleitores, entre as disputas por cargos no Executivo e Legislativo.

4. EXAMINANDO O EFEITO *COATTAILS* NA FORMAÇÃO DE PREFERÊNCIAS DOS ELEITORES BRASILEIROS: UMA ABORDAGEM EXPERIMENTAL

Após a análise do impacto das eleições para presidente e governador sobre o desempenho dos partidos nas eleições para a Câmara dos Deputados e do exame do influxo das disputas pelo Executivo sobre o voto para deputado federal no Brasil, será apresentada, neste capítulo, uma nova abordagem metodológica com o objetivo de avançar na compreensão do efeito *coattails* no plano individual.

De maneira específica, o presente estudo enfrenta as seguintes questões: O apoio de um candidato a governador ou presidente cria vantagens competitivas em favor de candidatos a deputado federal? Como os eleitores avaliam a associação entre candidatos a deputado federal e candidatos ao Executivo nacional ou estadual? É possível afirmar que uma destas disputas pela chefia do Executivo exerce maior influência sobre o processo de formação de preferências que conduz à escolha de um candidato à Câmara dos Deputados?

A utilização de um *survey experiment*, desse modo, permitiu um exame mais preciso acerca da influência que as competições pelo Executivo nacional e estadual exercem sobre as eleições para a Câmara dos Deputados. A abordagem experimental contribuiu especialmente para uma melhor compreensão do processo de formação de preferências do eleitor, momento que precede a decisão do voto para deputado federal.

Argumenta-se que, por meio da manipulação das variáveis de interesse (*endorsement*¹⁷ de um candidato presidencial e *endorsement* de um candidato a governador), avançou-se na compreensão da direção de causalidade entre as eleições executivas e legislativas.

Vale destacar, mais uma vez, que os trabalhos até aqui desenvolvidos sustentam-se em dados observacionais (AMES; BAKER; RENNO, 2009; HUANG; WANG, 2014; MONDAK; MCCURLEY, 1994; SOARES, 2013). Sendo assim, a perspectiva adotada neste estudo já pode ser apontada como uma contribuição para a literatura que trata do tema, por permitir uma análise mais criteriosa acerca da relação de causalidade.

¹⁷ Entende-se que o *endorsement*, de fato, não esgota toda a amplitude de manifestação do efeito *coattails*. Todavia, é importante destacar que a análise do fenômeno no nível dos indivíduos, perspectiva ainda não enfrentada devidamente pela literatura, não pode ignorar como o apoio de candidatos ao Executivo influencia os processos psicológicos e os mecanismos decisórios que antecedem a escolha de um candidato a deputado federal.

Além disso, por meio da condução de um experimento *within-subjects*, que permite a ordenação de preferências de cada entrevistado, analisamos como cada indivíduo avalia o apoio oferecido por um candidato a presidente/governador no momento de escolher entre as opções de candidatos a deputado federal apresentados no estudo¹⁸.

Ao longo do experimento, os entrevistados puderam escolher entre pares de candidatos cujas características foram aleatorizadas¹⁹ com o intuito de verificar como cada um dos respondentes reage ao *endorsement* oferecido por um candidato a presidente ou candidato a governador. Desta maneira, a abordagem experimental viabilizou a ordenação de preferências dos eleitores em função das características dos candidatos por eles escolhidos no momento da aplicação do *survey*.

O desenho de pesquisa permitiu, portanto, o exame da magnitude do efeito *coattails* de presidente e governador de uma maneira inovadora. Desta forma, buscou-se contribuir para o esclarecimento do mecanismo por meio do qual as eleições para o Executivo nacional e estadual atuam no processo de formação de preferências dos eleitores.

Argumenta-se que os resultados apresentados a seguir contribuem para novas interpretações sobre: a organização da competição política e do sistema partidário em países que adotam o sistema federativo; a representação política; assim como o surgimento e sobrevivência de partidos pouco nacionalizados.

Neste trabalho, apresentamos também dados descritivos que permitem a identificação de tendências ou elementos que condicionaram a manifestação de efeitos positivos decorrentes do *endorsement* executivo a candidaturas legislativas, algo que pode agregar uma nova perspectiva de análise do tema.

O *survey* foi aplicado semanas após as eleições de outubro de 2018, instante considerado adequado para captar os sentimentos dos entrevistados em relação aos

¹⁸ Os resultados deste experimento serviram para avaliar de maneira mais segura o efeito dos tratamentos sobre o resultado, uma vez que uma abordagem experimental tradicional ou *between-group* tende a subestimar os efeitos de cada um dos tratamentos, que tendem a zero, no limite. Diferentemente da lógica inferencial frequentista, em que a média dos resultados obtidos a partir de infinitas simulações e amostras se aproximaria do valor real da população, em um estudo experimental estaríamos diante de uma média zero após uma série de simulações, uma vez que o efeito dos tratamentos seria anulado ou enfraquecido por sucessivas designações aleatórias de grupos de tratamento e controle. Por esta razão, os resultados obtidos por um experimento *within-subjects* servem apropriadamente aos propósitos deste trabalho: avaliar como o efeito *coattails* interfere no processo de formação de preferências entre candidatos a deputado federal.

¹⁹ Os atributos e os seus respectivos conteúdos, por meio dos quais foram construídos, aleatoriamente, os candidatos fictícios se organizam em três eixos (materialista, programática e *endorsement*). Maiores detalhes podem ser consultados na seção reservada à metodologia e nos anexos da tese.

principais candidatos a presidente, figuras políticas e agremiações partidárias influentes naquele pleito, algo que se mostrou bastante útil na análise descritiva dos dados.

Entre os principais resultados, destaca-se que o apoio de um candidato a governador se mostrou mais influente no sentido de beneficiar a campanha de um postulante à Câmara dos Deputados do que o apoio de um candidato a presidente. Salienta-se, também, que a manifestação positiva de *coattails* presidencial parece condicionada à combinação de determinados elementos que, em grande medida, são capazes de delimitar grupos restritos de eleitores que se distinguem das características gerais do eleitorado nacional, o que pode contribuir para a explicação dos resultados decorrentes do *endorsement* presidencial.

Além disso, acrescentamos uma análise dos efeitos dos tratamentos sobre indivíduos considerados mais ou menos informados, com objetivo de dialogar com a teoria de Mondak e McCurley (1994), discutida na seção seguinte. Em suma, as evidências apontam que não é possível afirmar que eleitores menos informados tendem a utilizar com mais frequência o efeito *coattails* como heurística no processo de formação de preferências.

Portanto, tem-se que a adoção de uma abordagem experimental contribui para o exame das relações de causalidade de maneira mais robusta, além de colaborar para o esclarecimento da direção da causalidade, da ordenação de preferências e da compreensão da forma como atua o efeito *coattails* entre grupos distintos de eleitores.

4.1. O efeito *coattails* no plano individual: achados e limitações da literatura sobre o tema

Muito embora se reconheça a importância da compreensão das dinâmicas relacionadas às eleições executivas e legislativas para a organização de um sistema político, nota-se que foram poucos os trabalhos que buscaram explorar o tema sob a perspectiva do eleitor.

Com efeito, são escassas, na literatura especializada, as pesquisas que examinaram o efeito *coattails* no nível individual, seja no Brasil ou em outros países (AMES; BAKER; RENNÓ, 2009; HUANG; WANG, 2014; MONDAK, 1990; MONDAK; MCCURLEY, 1994). Além disso, destaca-se que todas elas se utilizaram de dados observacionais, considerados os menos apropriados para uma análise dos processos psicológicos que orientam a formação de preferências entre os indivíduos.

Nessa ordem de ideias, argumenta-se que o estudo da interface entre os poderes Executivo e Legislativo na arena eleitoral sob o ponto de vista do eleitor, apesar da indiscutível importância desta agenda de pesquisa, não tem sido propriamente enfrentado pelos pesquisadores que se dedicam ao tema.

Em trabalho seminal para a discussão do fenômeno, Mondak e McCurley (1994) identificaram que o efeito *coattails* servia, aos eleitores americanos, como uma espécie de ferramenta capaz de orientar a escolha de seus representantes no Congresso. Especificamente, afirmam que a avaliação feita pelos eleitores sobre os candidatos que concorrem à presidência pode influenciar na decisão sobre qual dos postulantes a uma cadeira na Câmara Baixa receberá seu voto.

Os autores sugerem que o *coattails* presidencial pode otimizar o processo de escolha de um parlamentar entre os indivíduos (MONDAK; MCCURLEY, 1994). A eficiência deste processo cognitivo seria motivada pelo apreço demonstrado pelo eleitor em relação a um candidato que concorre à chefia do Executivo nacional. O apoio demonstrado por este em relação a um candidato ao Legislativo acabaria, então, criando uma vantagem competitiva em seu favor.

Mondak e McCurley (1994) entendem que atributos de natureza individual e elementos associados ao contexto eleitoral condicionariam a manifestação do efeito *coattails*. Sobre o tema, salientam que os eleitores menos informados seriam aqueles que recorreriam ao *coattails*, em maior proporção, no processo de escolha de seu representante no Legislativo.

Vale destacar, no entanto, que a natureza dos dados utilizados por Mondak e McCurley (1994) inviabilizam conclusões seguras a respeito dos processos psicológicos que orientam o voto em candidatos ao parlamento. Admite-se que dados observacionais coletados no nível individual, de fato, podem contribuir para o esclarecimento de associações entre variáveis ligadas ao voto declarado por entrevistados. Todavia, é difícil ou mesmo impossível ter clareza acerca da direção das relações de causalidade apontadas pelos autores bem como das conclusões apresentadas a respeito das variáveis de natureza informacional.

Mais precisamente, isto ocorre porque os resultados do trabalho em discussão sustentam-se no exame de dados provenientes do *National Election Studies* (NES), *survey* aplicado a uma amostra do eleitorado americano. A respeito das limitações inerentes ao uso de dados observacionais, admitem os próprios autores:

“The NES data to be examined here were not collected in a manner that enables precise testing of psychological theories. Most importantly, the absence of an experimental design precludes the level of control over relevant variables characteristic of laboratory tests of heuristic processing.” (MONDAK; MCCURLEY, 1994, p. 158)

Seguindo a abordagem teórico-metodológica proposta por Mondak (1990), Huang e Wang (2014) verificaram a presença do efeito *coattails* presidencial em Taiwan. Em síntese, os autores concluíram que as eleições presidenciais no país têm influenciado a decisão do voto destinado por taiwaneses a representantes no Legislativo. Advertem, porém, que o efeito incumbente não pode ser levantado como um importante preditor para o voto em candidatos a uma vaga no Parlamento taiwanês, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos (HUANG; WANG, 2014). Por sua vez, Ames, Baker e Rennó (2009) sugerem que o *coattails* presidencial tende a não ser expressivo no Brasil, utilizando-se de dados provenientes de eleitores de duas cidades brasileiras para investigar mecanismos que interferem na ausência de coesão entre o voto nas eleições executivas e legislativas.

Ressalta-se, novamente, que estes e outros trabalhos que analisam dados observacionais agregados no nível dos partidos (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SOARES, 2013), muito embora possam contribuir para o entendimento do fenômeno, não permitem enfrentar de maneira segura uma série de questões relevantes ao estudo do efeito *coattails*. Isto porque sustentam seus achados em dados de natureza observacional.

Questões, por exemplo, como a direção da causalidade e a ordenação do influxo exercido pelas eleições para o Executivo nacional e estadual sobre os pleitos de deputado federal somente podem ser avaliadas de forma mais precisa por meio de um estudo experimental.

Neste momento, vale lembrar que as heurísticas de apreço e disponibilidade (BRADY; SNIDERMAN, 1991), bem como a partidária, não têm servido adequadamente como preditores do voto para deputado federal no Brasil. Com efeito, o cenário político brasileiro, marcado por uma baixa identificação entre partidos e eleitores, além de uma considerável ausência de interesse por assuntos políticos (DESPOSATO, 2009; PAIVA; TAROUCO, 2011) faz com que consideremos a limitação destes *shortcuts* como mecanismos orientadores da formação de preferências dos indivíduos.

Merece destaque também o fato de que o arranjo institucional brasileiro favorece a centralidade do poder Executivo na condução de relevantes processos políticos (ALVES, 2015; AMORIM NETO, 2000; BORGES; PAULA; SILVA, 2016;

FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999a; MELO; PEREIRA, 2013; PESSANHA, 2002). Certamente, o protagonismo dos chefes do Executivo no processo orçamentário, legislativo e na condução de políticas públicas, delineado pela Constituição de 1988, contribui para entendermos a influência das disputas pelo Executivo na arena eleitoral.

Ressalta-se, ainda, que o sistema federativo, que mune as unidades subnacionais de considerável autonomia, e a própria legislação eleitoral favorecem o influxo de lideranças estaduais sobre os pleitos destinados à escolha de representantes na Câmara dos Deputados.

A presença de *coattails* de governador já tem sido sugerida pela literatura brasileira e brasilianista (BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013), que encontrou evidências de que as eleições para o Executivo estadual impactam sobre a disputa por assentos no Legislativo.

Destaca-se que Borges e Turgeon (2017), em estudo comparado entre Brasil e Chile, encontraram resultados robustos em favor do reconhecimento do efeito *coattails* decorrente das eleições de governador, que tendem a ser ainda mais expressivos do que o *coattails* presidencial em razão de características da organização política brasileira.

Sobre o tema, vale salientar, mais uma vez, que o influxo das lideranças estaduais parece encontrar respaldo no desenho institucional do país. Com efeito, alguns traços históricos do arranjo político nacional sugerem que o *coattails* de governador seja bastante significativo no Brasil, tais como: a proibição de coligações incongruentes nas eleições para governador e deputado federal²⁰; a correspondência entre os estados e os distritos delimitados para a competição por vagas no Legislativo federal; e a centralidade da arena política estadual nas decisões sobre formação de listas partidárias e coligações em disputa por assentos na Câmara.

Portanto, tem-se que os estados ocupam um *locus* de significativa importância para a organização do sistema político brasileiro. Seja em relação ao papel de governadores em decisões de caráter político-administrativo, seja no que diz respeito a disposições de natureza partidária e eleitoral que privilegiam os estados como espaços de

²⁰ Vale destacar que, entre 1986 e 1998, os partidos eram legalmente impedidos de estabelecer coligações incongruentes para as eleições de deputado federal e governador. Para os pleitos de 2002 e 2006, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instituiu a regra da verticalização, impondo uma equivalência entre as coligações presidenciais e aquelas firmadas para a disputa por outros cargos. Já na eleição seguinte, em 2006, a situação foi contornada, em virtude da insatisfação dos congressistas (MIRANDA, 2013), o que evidencia o peso das competições pelo Executivo estadual nas estratégias dos partidos que disputam assentos no Legislativo.

poder, a esta altura, já se torna razoável investigar a influência das dinâmicas subnacionais sobre a competição política no Brasil.

Para os objetivos deste trabalho, argumenta-se que somente uma abordagem experimental, detalhada na seção seguinte, viabiliza um exame confiável do nível de influxo das eleições de presidente e governador sobre os pleitos para deputado federal, sobretudo no que diz respeito à importância dessas disputas no processo de formação de preferências destinado à escolha de um representante na Câmara dos Deputados.

4.2. Metodologia

Nesta seção, serão apresentadas as razões que justificam a adoção do método experimental para responder às questões que motivaram este trabalho. A seguir, serão discutidas as vantagens da abordagem experimental para o enfrentamento dos problemas de pesquisa relacionados ao estudo do efeito *coattails*, bem como detalhados os procedimentos para a condução do experimento e análise dos resultados.

4.2.1. Uma abordagem experimental *within-subjects* para avaliar o efeito *coattails* no processo de formação de preferências dos eleitores

A principal característica de um desenho de pesquisa experimental consiste na possibilidade de manipulação da variável explicativa por parte do pesquisador. Sem dúvidas, este elemento que o distingue dos demais métodos de pesquisa viabiliza inferências e a interpretação dos resultados da pesquisa de uma maneira mais segura. Isto porque a manipulação exógena da variável explicativa permite a observação de uma provável relação de causalidade de maneira bastante distinta daquela possível com a utilização de dados observacionais.

Neste sentido, o método experimental permite, por meio dessa característica a ele inerente, conclusões mais precisas a respeito da direção da relação de causalidade entre duas variáveis inter-relacionadas. Argumenta-se que, frequentemente, a utilização de dados observacionais impõe enormes obstáculos para a compreensão de nuances de um fenômeno investigado, especialmente em virtude da forma como são coletados.

Especificamente sobre uma abordagem experimental *within-subjects*, tem-se que este desenho de pesquisa permite que o mesmo indivíduo seja submetido a diferentes estímulos ou tratamentos durante a condução do experimento. Destaca-se que este ponto é de notável interesse aos propósitos deste capítulo.

De acordo com Gerber e Green (2012, p. 273), “*within subjects experimentation refers to studies where a single person or entity is tracked over time and random assignment determines when a treatment is administered*”. Neste trabalho, por exemplo, foram apresentados a cada entrevistado, durante a aplicação do questionário, pares de candidatos fictícios aleatoriamente designados com o intuito de verificar como o *endorsement* de um candidato a governador ou presidente poderiam influenciar o processo de escolha de um deputado federal.

Sobre as vantagens inerentes à utilização deste desenho de pesquisa, destaca-se que

“The allure of within-subjects designs is their capacity to generate precise treatment estimates with a single subject. Precision derives in part from the fact that individuals or entities are compared to themselves, which means that background attributes hold constant. Another feature of most within-subjects experiments is that over-time comparisons are made under controlled conditions, so that the principal source of over-time variation is the treatment” (GERBER; GREEN, 2012, p. 273).

Muito embora este método não seja usualmente utilizado por cientistas políticos ou mesmo em outras áreas da Ciências Sociais, é possível, a esta altura, perceber que ele pode trazer uma série de vantagens analíticas a este e a outros diversos estudos. Aos propósitos deste trabalho, de modo específico, ele serve adequadamente para viabilizar uma comparação dos efeitos dos diferentes tratamentos sobre o resultado.

Destaca-se, novamente, que, salvo raras exceções (HUANG; WANG, 2014; MONDAK; MCCURLEY, 1994), a literatura sobre efeito *coattails* tem negligenciado a perspectiva do eleitor. No Brasil, esta perspectiva não tem sido explorada nem mesmo a partir de dados observacionais. Este capítulo, desse modo, visa contribuir na medida em que oferece um instrumental metodológico adequado e eficiente para suprir esta lacuna verificada na produção acadêmica que se interessa pela influência das eleições do Executivo sobre o Legislativo.

Vale ressaltar que a adoção de uma abordagem experimental *within-subjects*, como a utilizada neste estudo, oferece respostas seguras sobre o processo de formação de preferências que antecede a decisão de um eleitor a respeito de um candidato à Câmara dos Deputados. A adequação e confiabilidade do método empregado evidencia-se notadamente pela possibilidade de manipulação da variável de interesse e medição dos efeitos dos tratamentos sobre o mesmo entrevistado, em diferentes níveis e etapas.

Assim, para além de uma contribuição metodológica, este capítulo também oferece uma nova perspectiva sobre o nível de influência exercida pelas eleições de

presidente e governador sobre as eleições legislativas, pois permite uma ordenação das preferências manifestadas pelo mesmo indivíduo.

Neste sentido, argumenta-se que o exame empírico realizada neste trabalho permite um diálogo com a literatura sobre efeito coattails, acrescentando uma importante dimensão de análise ao fenômeno: a influência das eleições para o Executivo nacional e estadual sobre a formação de preferências dos eleitores.

O desenho de pesquisa em destaque oferece, portanto, respostas às seguintes perguntas: De que forma o apoio de um candidato a presidente influencia na atratividade de um candidato a deputado federal? O *endorsement* de um candidato a governador também é capaz de interferir no processo de formação de preferências que antecede a decisão em favor de um candidato ao Legislativo? Qual dessas disputas pelo Executivo é mais influente sobre o eleitor?

Mais uma vez, é importante dizer que, em virtude do curto período desta agenda de pesquisa ou até mesmo da natureza dos dados examinados nos trabalhos desenvolvidos até aqui, algumas dúvidas permanecem sobre qual a extensão da influência das eleições de governador e presidente sobre as eleições legislativas (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; GOLDBERGER, 2006; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Vale lembrar que o arranjo institucional brasileiro confere aos estados uma considerável autonomia, fornecendo indícios em favor do potencial influxo das instituições subnacionais sobre o sistema político nacional. Além disso, frisa-se que a legislação eleitoral e a organização da burocracia partidária reforçam a ideia de que a arena política estadual merece ser considerada com maior atenção.

Destaca-se, por exemplo: a impossibilidade de coligações partidárias diferentes nas disputas para os cargos de governador e deputado federal; a correspondência geográfica entre os estados e os distritos delineados para competição pelo Legislativo federal; e o protagonismo dos diretórios estaduais sobre as decisões de formação de listas partidárias e coligações nas disputas à Câmara.

Ainda sobre as vantagens do método experimental *within-subjects*, salienta-se que ele enfrenta de maneira eficaz os danos que poderiam decorrer do *spillover effect*, uma questão extremamente delicada e que pode comprometer a integridade dos resultados de um experimento tradicional ou *between-group*.

É importante destacar que, ao adotar-se uma abordagem experimental *within-subjects*, estamos consideravelmente resguardados com relação à ameaça de contaminação dos achados, que seria provocada por uma possível comunicação entre os

grupos de tratamento e controle, algo que é motivo de grande preocupação, principalmente em experimentos de campo (GERBER; GREEN, 2012).

Desse modo, ao permitir diferentes medições sobre o mesmo entrevistado, o desenho de pesquisa utilizado neste capítulo minimiza sensivelmente os riscos decorrentes do *spillover effect*, ainda mais tendo em vista o modo como foram aplicados os questionários, que será detalhado na próxima seção.

Outra considerável vantagem a favor de uma abordagem *within-subjects* é que este desenho de pesquisa requer um número menor de participantes para se obter conclusões precisas sobre o efeito dos tratamentos, o que acaba tornando sua execução menos onerosa quando comparada a um experimento tradicional.

Isto ocorre especialmente porque este método permite que cada participante ofereça diferentes medições sobre a variável dependente. O número de observações relativas ao resultado ou fenômeno em exame corresponde ao número de tratamentos aos quais foi submetido cada respondente (no caso de um experimento em *survey*, como neste estudo).

Talvez a maior vantagem do desenho de pesquisa em destaque seja, no entanto, a sua capacidade de minimizar os ruídos provenientes de um modelo inferencial baseado em dados observacionais ou mesmo de em um experimento tradicional. De fato, uma das grandes preocupações ao se propor uma explicação para um fenômeno surge da possível influência de componentes sistemáticos e não-sistemáticos sobre o resultado, dificilmente isolados através de outros desenhos de pesquisa.

A coexistência destes componentes acaba acrescentando doses de incerteza sobre a relação de causalidade ou, em um cenário mais extremo, inviabilizando as conclusões de um estudo. Ao se utilizar de uma abordagem *within-subjects*, todavia, estamos razoavelmente protegidos dos riscos decorrentes da omissão de variáveis ou mesmo dos ruídos causados pelo erro inerente a qualquer modelo explicativo.

Os indivíduos que participam de um experimento trazem consigo suas características pessoais, sua história e, inclusive, seu grau de disposição para colaborar com o estudo. Em um experimento *between-group*, o pesquisador deve se certificar que nenhum destes elementos esteja imprimindo traços peculiares a cada um dos grupos. Em boa medida, a validade dos achados, em uma abordagem experimental tradicional, encontra-se condicionada ao equilíbrio entre os grupos aleatoriamente designados a respeito de fatores que poderiam interferir no resultado.

Diferentemente, por meio de uma abordagem *within-subjects*, podemos garantir que todos os indivíduos, por mais diversos que possam ser, serão submetidos a todos os tratamentos, o que garante maior segurança aos achados. Por exemplo, se um respondente estiver cansado para participar do estudo, isto não comprometerá os resultados obtidos, tendo em vista que ele enfrentará todas as etapas da pesquisa (tratamentos) na mesma condição. Da mesma maneira ocorre se o entrevistado, em um *survey experiment*, estiver motivado ou em qualquer outro estado ou condição que pudesse influenciar os resultados.

Em outras palavras, isto significa dizer que cada pessoa funciona como uma espécie de controle para ela mesma. Todos os demais elementos que a caracterizam permanecem constantes durante a realização do experimento. Por meio de medições sucessivas, relacionadas à exposição do participante a cada um dos tratamentos, pode-se concluir que a manipulação exógena da variável independente foi responsável pelas diferenças captadas nos resultados.

Um interessante *trade-off* merece ser discutido sobre a abordagem analítica utilizada neste estudo. De fato, um experimento *within-subjects* apresenta, em geral, menor variância quando comparado a um experimento entre grupos. É em razão desta menor diversidade entre os “grupos”, inclusive, que se aumenta a possibilidade de identificar diferenças significativas com os testes de hipótese conduzidos. A reduzida variância seria decorrente não só do fato de que os participantes atuam como controles de si mesmo, mas também da consideração de que este método requer menos participantes para que se analisem os efeitos de um tratamento sobre o resultado.

Cabe, neste ponto, destacar duas questões que auxiliam a justificar a adequação desta abordagem metodológica aos propósitos deste trabalho. Inicialmente, argumenta-se que somente por meio de um experimento desta natureza é que se poderia identificar e ordenar as preferências do eleitorado de uma maneira confiável, enfrentando uma importante lacuna na literatura. São as eleições de governador ou de presidente as que influenciam mais os eleitores quando escolhem seu deputado federal? Se fosse adotada uma perspectiva tradicional sobre experimentos, estaríamos sempre preocupados com a possibilidade de que os efeitos dos tratamentos fossem subestimados ou direcionados por características inerentes aos grupos.

A outra questão de grande importância para a interpretação dos resultados obtidos neste trabalho é o fato de que estamos lidando com uma amostra representativa do eleitorado brasileiro. Sendo assim, o problema da variância que poderia ter sido perdida com a adoção deste desenho de pesquisa foi, em boa medida, contornado pelo

recrutamento de entrevistados e entrevistadas de todas as faixas etárias, classes sociais e regiões do Brasil.

Para a análise dos resultados, em virtude da expectativa de que cada um dos tratamentos influencia, de alguma maneira, o processo de formação de preferências dos eleitores, foram utilizados testes de natureza bicaudal. Argumenta-se que:

“A null “hypothesis that specifies that the treatment effect is zero can be rejected by test statistics that are either very large or very small. This is called a two-tailed test. For example, an intervention that is believed to *change* outcomes (either positively or negatively) would be evaluated using a two-tailed test” (GERBER; GREEN, 2012, p. 64).

Desse modo, tem-se que a hipótese de que as diferenças de médias observadas são significativas e o próprio desenho de pesquisa *within-subjects* justificam a adoção de testes t bicaudal e não pareados. Salienta-se que estas diferenças de médias foram verificadas a partir das subseqüentes medições a que foram submetidos os entrevistados.

Desse modo, por meio das sucessivas medições, referentes ao número de tratamentos utilizados na pesquisa, são obtidas as médias de resposta aos estímulos (níveis de manipulação da variável independente) e, em seguida, calculadas as diferenças entre os resultados de um mesmo participante. O teste acima mencionado servirá como instrumento para rejeição, ou não, das hipóteses deste trabalho.

4.2.2. Procedimentos metodológicos: coleta dos dados e descrição do experimento

O experimento foi conduzido após a contratação da empresa *Netquest*, que aplicou o questionário, entre os dias 10 e 18 de dezembro de 2018, de forma *online*, a uma amostra representativa do eleitorado brasileiro composta de 1501 entrevistados.

Para a obtenção da amostra, foram utilizados os critérios especificados pelo mais recente Estudo Eleitoral Brasileiro, atentando-se para o preenchimento de cotas que garantissem a representação de setores do eleitorado distribuídos nas seguintes categorias: idade, sexo, classe social e região geográfica²¹.

O experimento tem como objetivo analisar como o *endorsement* de um candidato a governador ou de um candidato a presidente pode influenciar na formação de preferências do eleitor no momento em que este decide seu voto para deputado federal. Os protocolos de análise e o desenho de pesquisa foram previamente registrados junto ao

²¹ Maiores detalhes sobre a distribuição da amostra podem ser consultados no Anexo 3.

projeto *Evidence in Governance and Politics* (EGAP), que reúne em seu sistema eletrônico documentos utilizados para conferir maior transparência e confiabilidade a pesquisas experimentais (*pre-analysis plan*).

Conforme detalhado na seção anterior, a opção por um experimento *within-subjects* justifica-se pelo interesse em se examinar e compreender o panorama multidimensional de formação de preferências em que o mesmo entrevistado indicará sua resposta ao item (candidato fictício a deputado federal) que mais lhe agrada em cinco cenários distintos.

Em todos os cenários, serão apresentados dois candidatos, sendo sempre um conservador e o outro progressista a cada comparação. Para a construção do perfil dos candidatos fictícios, foram aleatorizados os atributos correspondentes a dois eixos (materialista e programático), que indicam propostas factíveis e observadas em campanhas de deputados federais mais conservadores ou progressistas²².

Em seguida, ainda de forma randômica, acrescentou-se a alguns personagens o apoio de um candidato a governador ou presidente. Em uma das rodadas, porém, nenhum dos candidatos (conservador ou progressista) recebeu a variável exogenamente manipulada, garantindo, assim, a existência de um controle, em relação ao qual foram interpretados os efeitos dos tratamentos.

Por fim, destaca-se que a ordem de apresentação deste bloco de cinco questões ocorreu de maneira aleatória, não sendo possível identificar qualquer padrão na apresentação dos pares de comparação. A ordem de cada personagem dentro das questões, do mesmo modo, foi designada aleatoriamente. A figura abaixo exemplifica uma dentre as sequências possíveis na apresentação das questões.

²² O questionário e maiores detalhes sobre a construção do perfil dos candidatos podem ser consultados nos Anexos 1 e 2 desta tese.

Figura 1: Descrição do experimento

RODADA 1	Conservador <i>versus</i> Progressista
RODADA 2	Conservador <i>versus</i> Progressista com endorsement de candidato a presidente
RODADA 3	Conservador <i>versus</i> Progressista com endorsement de candidato a governador
RODADA 4	Conservador com endorsement de candidato a presidente <i>versus</i> Progressista
RODADA 5	Conservador com endorsement de candidato a governador <i>versus</i> Progressista

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 ilustra as etapas que permitiram o exame dos dados experimentais. O exercício desenvolvido neste estudo pode ser descrito, basicamente, da seguinte maneira. O entrevistado compara dois candidatos que se diferenciam em relação a alguns atributos capazes de imprimirem a eles um perfil conservador ou progressista. Em seguida, indica em qual deles, dentre os dois candidatos analisados, preferiria votar.

Adiante, compara novamente os outros pares de candidatos, com características que permitem a avaliação do efeito da variável de interesse em cada etapa (o apoio de um candidato presidencial e o apoio de um candidato a governador sobre candidaturas com perfil progressista ou conservador).

Muito embora existam relevantes achados que apontam para uma considerável interação entre os resultados das eleições executivas e legislativas, a literatura brasileira que trata do tema ainda não examinou como o chamado efeito *coattails* opera no plano individual. Neste sentido, a pesquisa orienta-se a preencher esta lacuna, propondo, a partir desta abordagem metodológica, enfrentar duas questões relevantes: a direção da causalidade e a ordenação de preferências num cenário em que tanto lideranças nacionais quanto estaduais podem ser influentes.

Em relação ao primeiro ponto, destaca-se que a manipulação exógena da variável de interesse, que é possível apenas por meio de um estudo experimental, contribuiria para o esclarecimento da direção da relação de causalidade entre as eleições para o Executivo e o voto nas eleições legislativas.

O apoio de um candidato que concorre à presidência ou ao Executivo estadual é apresentado como variável explicativa, a partir de um desenho de pesquisa que viabiliza captar como cada uma delas interfere no resultado (a preferência por um dos candidatos fictícios a deputado federal listados no questionário).

Os entrevistados foram perguntados, em cinco rodadas, sobre qual dos candidatos fictícios a deputado federal receberia seu voto. Conforme exemplo apresentado na figura acima, na primeira rodada, nenhum dos candidatos receberia qualquer espécie de apoio de candidatos ao Executivo. Na rodada seguinte, um deles seria bastante semelhante a um dos candidatos inicialmente apresentados, porém sua candidatura seria endossada por um candidato presidencial.

Na terceira etapa, um candidato com características muito similares seria apoiado por um candidato que concorre ao governo estadual. Nas etapas subsequentes, procederíamos de forma análoga. Deste modo, viabiliza-se uma ordenação de preferências.

Assim, a adoção deste método experimental oferece um exame do modo como opera o efeito *coattails* no plano individual, de uma maneira ainda inédita na literatura. Os resultados foram obtidos a partir da interpretação das diferenças de médias entre as cinco medições de cada entrevistado (uma para controle e quatro para os efeitos dos tratamentos), o que permite uma fácil interpretação dos achados.

Os dados obtidos com as respostas dos eleitores, desse modo, possibilitam responder à seguinte questão: em média, qual o efeito do atributo “*endorsement* de um candidato ao Executivo” sobre a escolha de um candidato a deputado federal?

Entre os resultados esperados, tem-se, por hipótese, que o apoio de um candidato a presidente ou governador tornaria o candidato a deputado federal mais atraente ao eleitor, conforme os achados obtidos a partir de dados observacionais discutidos na seção anterior (HUANG; WANG, 2014; MONDAK; MCCURLEY, 1994; SOARES, 2013).

De acordo com a recente literatura (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SOARES, 2013), espera-se, ainda, que o *endorsement* de um candidato a governador seja mais influente do que o de um presidencial. Além disso, admite-se que, entre alguns grupos de eleitores, o efeito dos tratamentos (*endorsement* do candidato a

governador/presidente) possa se manifestar de maneira distinta, o que poderá ser verificado a partir de uma análise descritiva dos dados.

Para tanto, na sequência, utilizando as demais perguntas do estudo, elaboradas no formato semelhante ao de *feeling thermometers* (em que os entrevistados avaliam os mais relevantes candidatos a presidente e também partidos que concorreram nas eleições anteriores), podemos observar se, e em que medida, alguns grupos reagem de maneira diferente aos tratamentos²³.

Após o experimento, então, lançamos mão de dados descritivos para explorar como o efeito dos tratamentos pode variar entre grupos distintos de eleitores, identificáveis a partir de algumas questões. Aqueles que se simpatizam com algum partido específico preferem o *endorsement* proveniente do candidato a governador ou presidente? Eleitores que avaliam positivamente ou rejeitam determinado candidato demonstram preferências distintas?

Por fim, acrescentamos um exame para verificar se os efeitos dos tratamentos podem ser atribuídos a questões de natureza informacional, relacionadas ao nível de conhecimento político dos entrevistados. Esta análise tem como objetivo testar a hipótese de que os eleitores menos informados seriam mais inclinados a usar o efeito *coattails* como atalho cognitivo (MONDAK; MCCURLEY, 1994)

Substancialmente, o trabalho pretende contribuir para o esclarecimento da magnitude da influência que as eleições para o Executivo federal e estadual exercem sobre o pleito destinado à escolha dos membros da Câmara dos Deputados. Os resultados podem contribuir para o entendimento ou chamar atenção para a importância de dinâmicas subnacionais que permitem o surgimento e manutenção de partidos pouco expressivos nacionalmente.

Além disso, os achados trazem reflexões sobre a fragmentação e regionalização do sistema de partidos brasileiro, haja vista que o *endorsement* de um candidato ao Executivo estadual pode ser enxergado como um considerável *shortcut*, que influencia na formação de preferências do eleitor.

²³ Estas questões auxiliam, ainda, a reunir indícios sobre em quem os entrevistados pensam quando apresentamos candidatos a deputado federal, governador e presidente fictícios. Esta consideração tem o intuito de avançar sobre o cenário artificial de formação de preferências estimulados pelo *survey experiment*. Vale ressaltar, no entanto, que o objetivo principal deste trabalho é o de avaliar o impacto das eleições executivas sobre as eleições legislativas, e não o impacto que o apoio de uma liderança específica exerce sobre aquele pleito.

4.3. Resultados e discussão

Antes da discussão dos resultados do experimento, entende-se como importante identificar quais foram as características ou atributos apontados pelos eleitores como os mais influentes sobre o seu processo de escolha de um deputado federal. Argumenta-se que a ordem dos critérios identificados como os mais relevantes pelos entrevistados nos permite colocar em perspectiva a dimensão do efeito *coattails* sobre o processo de formação de preferências.

A figura abaixo indica os três primeiros critérios considerados como mais importantes pelos respondentes. Na primeira coluna, estão expressos os resultados obtidos para a amostra em sua integralidade. A segunda e terceira colunas indicam, respectivamente, os critérios apontados como mais influentes por eleitores de perfil conservador ou progressista. Os eleitores foram assim classificados para esta análise em função da escolha de um deputado federal na pergunta que serve como controle, aquela em que nenhum dos candidatos fictícios recebeu *endorsement*.

Figura 2: Critérios apontados pelos entrevistados como relevantes para a escolha de um deputado federal

	Geral (n=1501)	Conservador (n=856)	Progressista (n=645)
1º critério	Envolvimento em escândalos de corrupção	Envolvimento em escândalos de corrupção	Propostas do candidato
2º critério	Propostas do candidato	Propostas do candidato	Envolvimento em escândalos de corrupção
3º critério	Trajetória profissional	Trajetória profissional	Trajetória profissional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados inéditos coletados para o experimento.

É fácil observar, a partir da Figura 2, que o eleitorado brasileiro é composto majoritariamente por pessoas com perfil mais conservador. Isto se verifica não apenas pelo número de respondentes que optaram pelo respectivo candidato na pergunta controle

(n=856) mas também pela ordem dos critérios relevantes, idêntica na amostra apenas formada por conservadores e na amostra representativa do eleitorado nacional.

Com efeito, o envolvimento em escândalos de corrupção, as propostas apresentadas pelo candidato e sua trajetória profissional foram apontados, nesta ordem, como os critérios mais importantes para a avaliação de um candidato a deputado federal pelos conservadores e pelo eleitorado em geral.

Por outro lado, entre os eleitores classificados como progressistas, houve uma inversão na posição dos dois primeiros itens considerados como mais relevantes. A maior parte destes eleitores disse preferir avaliar as propostas do candidato a deputado federal antes de se questionar sobre o seu envolvimento ou não com escândalos de corrupção. Talvez este resultado tenha sido sensível ao contexto político experimentado pelo Brasil atualmente, em que é razoável se questionar acerca da seletividade das instituições de fiscalização e controle, para dizer o mínimo. Pode ser também que os eleitores progressistas sejam mais sensíveis a questões programáticas, o que justificaria o primeiro critério apontado como relevante.

Outro ponto a ser considerado diz respeito a um possível viés de desejabilidade social, que pode ter superdimensionado a importância da avaliação das propostas dos candidatos. De fato, muito embora a entrevista tenha sido conduzida *online*, é possível que os respondentes tenham se sentido estimulados a informar que examinam seriamente as propostas dos postulantes ao Legislativo.

De qualquer forma, especialmente em virtude da representatividade da amostra, é possível argumentar que um grupo de entrevistados parece priorizar certas características em detrimento de outras. Mais importante ainda aos propósitos deste estudo está o fato de que o critério referente às propostas do candidato ocupa posições distintas entre entrevistados classificados como conservadores e progressistas.

Esta consideração pode nos fornecer pistas para a interpretação do mecanismo psicológico por trás dos resultados a seguir discutidos. Considerando que conservadores não estabelecem a preferência por *policy* como o mais relevante critério, fica aberta, ao menos teoricamente, a possibilidade de outros elementos - como o *endorsement* de um candidato ao Executivo - ocuparem um papel mais privilegiado no processo de formação de preferências.

Conforme detalhado nas seções anteriores, para examinar se as diferenças nos percentuais verificados nas escolhas entre os candidatos fictícios são estatisticamente significativas, foram realizados testes t para amostras independentes (não pareados),

tendo em vista a natureza dos dados experimentais coletados por meio de uma abordagem *within-subjects*.

Tabela 13: Resultados do experimento

	Controle	<i>Endorsement</i> Presidente	<i>Endorsement</i> Governador
Candidato Progressista	42,97%	33,98%***	55,23%***
Candidato Conservador	57,03%	42,57%***	41,51%***

Fonte: Elaboração própria a partir de dados inéditos coletados para o experimento.

A tabela acima sintetiza os principais resultados do experimento conduzido. Por meio dela é possível perceber que apenas o candidato com perfil progressista foi favorecido pelo *endorsement* de um candidato a governador. Em todos os demais cenários, nota-se que o *endorsement* de um candidato a governador ou presidente apresentou efeito negativo sobre a escolha de um deputado federal entre os entrevistados.

Em um primeiro momento, o resultado do estudo sugere, em conformidade com o que havia sido discutido nos capítulos anteriores, que as eleições de governador são mais influentes que as eleições presidenciais na organização da competição política no Brasil.

Esta afirmativa encontra-se em grande medida corroborada quando se nota que o apoio de um candidato ao Executivo federal reduziu a atratividade em torno de um candidato a deputado federal em todos os cenários nos quais foi apresentado (presidenciável apoiando candidato de perfil progressista ou conservador). Ressalta-se, novamente, que estes resultados dizem respeito aos efeitos dos tratamentos sobre as diferentes medições obtidas para uma amostra representativa do eleitorado nacional.

Vale também salientar que o experimento foi realizado logo após as eleições nacionais de 2018, momento caracterizado, em geral, pelo desprestígio dos mandatários em exercício. Em meio a esse contexto - diante da ausência de um presidenciável competitivo, apoiado pelo então chefe do Executivo, e da má avaliação de muitos governadores²⁴ -, é razoável argumentar que um efeito conjuntural poderia ter condicionado os resultados obtidos.

²⁴ Destaca-se que Henrique Meirelles, o candidato ao Executivo federal pelo mesmo partido do então presidente Michel Temer (MDB), obteve apenas 1,2% do total de votos válidos. Sobre a má avaliação dos chefes do Executivo estadual, é importante lembrar que, dos 20 governadores que buscaram a reeleição em

No entanto, ressalta-se que, mesmo nessa conjuntura desfavorável à observação de efeitos positivos decorrentes do *endorsement* de um candidato ao Executivo, observou-se uma reação positiva dos eleitores a um dos tratamentos relacionados ao *coattails* de governador.

Destaca-se que os achados, que à primeira vista contrariam as previsões da literatura inicial sobre o tema, podem ser melhor compreendidos à luz da análise empírica realizada nos capítulos anteriores e dos apontamentos de natureza metodológica trazidos neste trabalho.

Com efeito, nas primeiras etapas deste estudo, observou-se que as eleições presidenciais falharam, em geral, na missão de conferir racionalidade à competição política e ao sistema partidário brasileiro. De fato, o voto nos dois principais presidenciais, nas últimas eleições, não se mostrou associado ao voto para deputado federal quando examinamos o tema sob a perspectiva do eleitor, com os dados do ESEB de 2010 e 2014.

Além disso, encontramos evidências robustas de que, no nível dos partidos, a simples decisão de competir pela chefia do Executivo nacional também não confere inteligibilidade ao desempenho das legendas nas eleições de deputado federal. Salienta-se, mais uma vez, que a coordenação partidária em torno da corrida presidencial está ligada a diferentes resultados nas eleições para a Câmara Baixa e, mais importante ainda, que o índice que capta a maior competitividade de um partido nas eleições de governador é positiva e estatisticamente associado ao número de deputados federais eleitos pela legenda de 1994 a 2018.

Evidencia-se também que, já no capítulo anterior, era possível sugerir que as eleições de governador estiveram, em boa medida, associadas à decisão do voto para parlamentares nas eleições de 2010 e 2014. Vale lembrar que a presença de um candidato à chefia do Executivo estadual pelo PT ou PSDB proporcionou a observação de vantagens competitivas a deputados federais das respectivas legendas.

Certamente, é preciso considerar que a popularidade do postulante ao Executivo que endossa uma candidatura ao Legislativo é capaz de criar benefícios ou mesmo desvantagens para quem a recebe. Sem dúvidas, admite-se que este elemento pode exercer bastante influência sobre a extensão do efeito do *endorsement* em campanhas eleitorais.

2018, apenas metade deles conquistou um novo mandato, a menor proporção entre os últimos pleitos. Maiores detalhes sobre o desempenho dos candidatos podem ser consultados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral.

Uma liderança bem avaliada, por exemplo, tenderia a emprestar seu prestígio a favor de outro candidato, situação diversa da que ocorreria com uma figura pouco apreciada pelos eleitores.

Ressalta-se, no entanto, que este trabalho tem como objetivo avaliar o impacto institucional, e não circunstancial, das eleições para o Executivo sobre o Legislativo. Isto significa dizer que a opção por candidatos fictícios neutraliza a possível influência de predisposições favoráveis ou rejeições prévias sobre um determinado candidato que oferece o apoio, algo que certamente poderia contaminar o exame dos resultados e os propósitos deste estudo.

De fato, o apoio de Lula ou Bolsonaro, figuras influentes no cenário político brasileiro, ofereceria incentivos diversos a eleitores que nutrem afeição ou rejeição por cada um deles. Neste sentido, a abordagem metodológica utilizada neste trabalho buscou isolar sentimentos previamente existentes em relação aos agentes de *endorsement*, empregando candidatos fictícios em cada uma das rodadas para aferir apenas o influxo causado pelo apoio de um candidato ao Executivo.

Em outras palavras, o experimento conduzido viabiliza a medição dos efeitos que a interação entre campanhas para o Executivo e Legislativo exerce sobre as preferências dos eleitores em relação a candidatos a deputado federal.

É importante considerar que esta perspectiva não havia sido explorada pela literatura até o presente momento. Os trabalhos publicados sobre o tema foram, em geral, desenvolvidos a partir de dados observacionais e agregados no nível dos partidos. Desse modo, os achados deste estudo reforçam a necessidade de incorporação da perspectiva do eleitor para a melhor compreensão do fenômeno.

De certo modo, os resultados expressos na tabela acima dialogam com aqueles sustentados por parte da literatura, que argumenta a favor da existência de um efeito *coattails* de governador mais robusto do que aquele observado nas eleições presidenciais (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

O presente estudo, todavia, avança sobre o tema, contribuindo a partir da adoção de uma nova abordagem metodológica que permite o exame do efeito *coattails* como elemento capaz de conferir racionalidade ao processo de formação de preferências no eleitorado brasileiro.

De maneira específica, a Tabela 13 indica que, na pergunta controle, em que nenhum dos candidatos recebe *endorsement*, 57, 03% dos entrevistados optaram por um candidato de perfil conservador. Quando um candidato com características semelhantes

foi apoiado por um presidenciável, a proporção foi reduzida para 42,57%. Na sequência, o candidato conservador obteve números ligeiramente menores no momento em que recebeu o apoio de um candidato a governador (41,51%).

Salienta-se que o experimento permitiu a observação da atratividade (ou rejeição, como no caso do candidato com perfil conservador) incrementada à candidatura de um parlamentar quando este recebe o *endorsement* de um candidato ao Executivo nacional ou estadual. Na situação em debate, o perfil de um deputado federal conservador sem o apoio de um candidato a governador ou presidente se mostrou mais atraente aos entrevistados.

As diferenças verificadas quando a candidatura de um conservador recebe o *endorsement* de um presidenciável ou candidato a governador são estatisticamente significativas, o que implica dizer que o apoio de um postulante ao Executivo, em geral, influenciou negativamente a formação de preferências em favor de um candidato a deputado federal de perfil conservador.

De outro lado, tem-se que 42,97% dos entrevistados escolheram o candidato de perfil progressista sem *endorsement*. No momento em que o candidato progressista recebeu o apoio de um presidenciável, apenas 33,98% decidiram pelo voto em sua candidatura, que competia com um candidato conservador sem *endorsement*. É interessante destacar que, nestes cenários, nota-se uma espécie de *coattails* negativo, uma vez que estes tratamentos não produziram efeitos favoráveis aos candidatos legislativos, como esperado pela literatura inicial.

Finalmente, quando o postulante a deputado federal de perfil progressista foi endossado por um candidato a governador, 55,23% dos entrevistados decidiram nele votar. Esse acréscimo de atratividade decorrente do *endorsement* de uma liderança que concorria à chefia do Executivo estadual revelou-se estatisticamente significativa. Em outros termos, é possível afirmar que o apoio de um candidato a governador é capaz de influenciar positivamente o processo de formação de preferências em favor de um candidato a deputado federal de perfil progressista.

Por se tratar do único resultado no qual o *endorsement* de um candidato ao Executivo exerceu influência positiva sobre o processo de formação de preferências do eleitorado nacional, argumenta-se que as eleições de governador são as que demonstram maior potencial de influxo favorável a candidaturas de deputados federais. De fato, quando olhamos para a amostra correspondente ao eleitorado brasileiro, observamos que

nenhuma das diversas medições oferecem evidências de que as eleições presidenciais favoreceram candidaturas à Câmara dos Deputados.

A manipulação exógena da variável explicativa, realizada em diversas etapas deste estudo²⁵, bem como a comparação com a medição inicial (relacionada ao controle) viabilizam um exame seguro da relação de causalidade. Desse modo, pode-se afirmar que os diferentes resultados obtidos nas cinco etapas do experimento são atribuídos ao efeito do *endorsement* de candidatos a presidente e governador.

O desenho de pesquisa utilizado neste capítulo permite, portanto, a conclusão de que as eleições de governador são as mais influentes no processo de formação de preferências dos eleitores no momento que antecede a escolha de um candidato a deputado federal.

Vale destacar, ainda sobre os resultados que dizem respeito ao eleitorado brasileiro, que o *endorsement* de governador se revelou mais influente que o *endorsement* de presidente para candidatos com perfil progressista. Um teste t pareado, que teve como amostras os entrevistados que reagiram positivamente a ambos os tratamentos, indicou que a diferença de média em favor do efeito causado pelo apoio de um candidato a governador é estatisticamente significativa.²⁶

Por outro lado, as diferenças de média entre os entrevistados que reagiram positivamente ao *endorsement* de presidente e governador sobre candidatos conservadores não são estatisticamente significativas. Em outras palavras, diferentemente do que ocorreu para candidatos com perfil progressista, o *endorsement* de candidato a governador não produziu melhores resultados que o apoio de presidente.

Para o teste da hipótese segundo a qual o efeito *coattails* seria mais utilizado por eleitores com menores níveis de informação política (MONDAK; MCCURLEY, 1994), dividimos a base representativa do eleitorado nacional em dois grupos: de um lado, os eleitores mais informados; de outro, os menos informados.

Ao longo do questionário, os entrevistados responderam a uma bateria de perguntas para aferir seus conhecimentos sobre política. Foram apresentadas, ao todo, cinco questões nessa etapa. Desse modo, os respondentes foram perguntados sobre: quem era o atual presidente da república; qual a duração do mandato de senador; quem foi a

²⁵ As diferentes medições referem-se aos resultados produzidos pelo *endorsement* de um candidato a presidente e governador sobre candidaturas de deputados federais com perfil progressista ou conservador. Para mais detalhes sobre as etapas do experimento, ver Figura 1.

²⁶ Os resultados de todos os testes, realizados utilizando a função “t.test” no *software* R, podem ser consultados no Anexo 4 desta tese.

primeira mulher eleita presidente do Brasil; quais países integram o Mercosul; quantos ministros fazem parte do Supremo Tribunal Federal.

Aqueles entrevistados que responderam acertadamente a pelo menos quatro destas perguntas²⁷ foram incluídos ao grupo dos “mais informados”. Em contrapartida, os que escolheram três alternativas corretas (ou número inferior a este) foram considerados “menos informados”.

Os resultados reportados na Tabela 14, apresentada abaixo, indicam o percentual de entrevistados que reagiu positivamente a cada um dos tratamentos dentro dos grupos de eleitores considerados mais ou menos informados. É possível identificar que, em geral, as expectativas de Mondak e McCurley (1994) não se sustentam para o eleitorado brasileiro.

De acordo com os autores, deveríamos observar um maior uso do *coattails* como atalho cognitivo entre os eleitores menos informados. Esta expectativa residiria na consideração de que os indivíduos com menor disposição, tempo ou recursos de outra natureza buscariam atalhos cognitivos para dar maior eficiência ao processo de escolha de um congressista (MONDAK; MCCURLEY, 1994).

Neste sentido, o grupo de entrevistados menos informados deveria ter reagido em maiores proporções aos tratamentos utilizados, conforme o marco teórico em discussão. No entanto, em apenas um dos cenários apresentados durante o experimento (Tratamento 2) é que foi possível observar um percentual mais expressivo de indivíduos com menores níveis de informação política fazendo uso do *coattails*.

Ressalta-se, ainda, que o tratamento que resultou em efeitos positivos e estatisticamente significativos²⁸ diz respeito ao *coattails* de governador, e não de presidente (especificamente, o *endorsement* de candidato a governador sobre um candidato a deputado federal progressista). Neste caso, 58,84% dos entrevistados menos informados optaram pelo candidato progressista apoiado pelo postulante ao Executivo estadual, ao passo que apenas 51,81% dos mais informados fizeram a mesma escolha.

²⁷ As questões podem ser consultadas no Anexo 1 desta tese.

²⁸ Nessa tabela, utilizamos a mesma notação adotada para as análises de regressão (p-values inferiores a 0.01 são expressos com três asteriscos, enquanto p-values inferiores a 0.1 são indicados com apenas um). Para avaliação das hipóteses, foram utilizados testes t.

Tabela 14: Percentual de respostas aos tratamentos conforme nível de informação política

	Mais informados (n=772)	Menos informados (n=729)	Diferença
Tratamento 1 Endorsement de presidenciável a candidato a deputado federal progressista	34,71%	33,19%	1,52%
Tratamento 2 Endorsement e candidato a governador a candidato a deputado federal progressista	51,81%	58,84%	7,03%***
Tratamento 3 Endorsement de presidenciável a candidato a deputado federal conservador	44,04%	41,01%	3,03%
Tratamento 4 Endorsement de candidato a governador a candidato a deputado federal conservador	43,65%	39,23%	4,42%*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados inéditos coletados para o experimento.

Em relação ao último cenário da tabela acima, vale destacar que a proporção de respondentes menos informados que reagiram positivamente ao quarto tratamento (39,23%) foi menor do que aquela verificada para os mais informados (43,65%). Em outras palavras, isto significa que, contrariamente à expectativa teórica, os eleitores com menores níveis de conhecimento político utilizaram-se menos do *coattails* como atalho cognitivo para decidir seu voto para deputado federal.

É importante salientar que este último resultado pode ser considerado estatisticamente significativo apenas a um nível menos rigoroso de inferência, em geral não adotado em pesquisas sobre comportamento político. No entanto, ao interpretarmos estes achados em conjunto com os cenários 1 e 3 (utilizados para medição dos efeitos do *coattails* presidencial), é possível afirmar que não há evidências robustas de que a hipótese de Mondak e McCurley (1994) é congruente com o caso brasileiro. Isto porque, nesses cenários, não se verificam diferenças estatisticamente significativas de qualquer ordem entre os grupos de eleitores mais ou menos informados, em evidente contradição com as expectativas sugeridas pela literatura inicial.

4.3.1. O efeito *coattails* e seus desdobramentos na política brasileira: um diálogo com as eleições de 2018

Buscando minimizar a artificialidade inerente a qualquer estudo experimental desta natureza, os entrevistados foram questionados acerca de seus sentimentos sobre alguns partidos e lideranças políticas influentes no atual cenário nacional. Esta abordagem permitiu, por meio da interpretação de dados descritivos, identificar tendências presentes na amostra representativa do eleitorado nacional.

No questionário utilizado para a condução do experimento, foram inseridas perguntas que funcionam como termômetros de afinidade, por meio dos quais os respondentes revelaram seu apreço ou rejeição por figuras ou agremiações políticas que se destacaram nas eleições nacionais de 2018.

Muito embora existam limitações decorrentes da utilização desta abordagem, argumenta-se que ela permitiu a identificação de elementos que podem condicionar a manifestação de efeitos positivos decorrentes do *endorsement* de candidatos a governador e presidente. Mais do que isso, tem-se que alguns dos achados trazidos na sequência viabilizam interpretações sobre dinâmicas observadas nas eleições de 2018 no Brasil.

Os resultados são apresentados na

Tabela 15, que revela diferenças entre os grupos que reagiram positivamente ao apoio de candidatos ao Executivo sobre postulantes a um assento na Câmara dos Deputados. Com efeito, as variáveis indicadas nas linhas desta tabela servem como parâmetros para a identificação de características peculiares às parcelas do eleitorado que foram sensíveis ao apoio de um candidato a presidente ou governador.

Desse modo, permite-se discorrer sobre traços potencialmente relevantes para a observação de uma reação positiva ao *endorsement* de candidatos ao Executivo sobre candidaturas ao Legislativo, na linha proposta pela literatura inicial sobre o tema.

É importante destacar que a análise apresentada nesta seção tem como intuito apresentar uma descrição mais detalhada dos grupos que escolheram, ao longo do experimento, votar em deputados federais fictícios que receberam *endorsement* de candidatos ao Executivo. Não se pretende afirmar que estes elementos são vetores explicativos que determinam a produção de efeitos positivos decorrentes do *coattails*. Busca-se, neste sentido, apenas estabelecer um diálogo entre os principais achados do experimento e o resultado das eleições para a Câmara dos Deputados, em 2018, no Brasil, contribuindo especialmente para o entendimento do crescimento da bancada do PSL.

Salienta-se que, em nenhum dos segmentos do eleitorado, delimitados em função da preferência ou rejeição pelos partidos e figuras políticas presentes na Tabela 15, foi possível observar a manifestação de efeitos positivos decorrentes do *coattails* presidencial.

As tabelas, no entanto, sinalizam que os grupos são bastante diversos entre si, especialmente quando comparamos aqueles que optaram por candidatos conservadores ou progressistas. De fato, o apoio de um candidato a presidente não parece ser suficiente para influenciar a decisão do voto em um parlamentar a ele associado. Estes resultados encontram-se em consonância com os efeitos negativos do *coattails* presidencial, obtidos para a amostra representativa do eleitorado nacional²⁹.

Além disso, devemos esclarecer dois pontos sobre o assunto. Inicialmente, relembra-se que o *endorsement* de um candidato a presidente ou governador não se caracteriza como um dos principais critérios adotados pelos eleitores brasileiros para escolher um representante na Câmara dos Deputados. Em alguma medida, isto também revela que boa parte do eleitor identificado com o presidente eleito escolheu seus representantes a partir das pautas conservadoras patrocinadas pelos candidatos do PSL. De fato, muitos dos eleitos pelo PSL utilizaram-se da imagem de Bolsonaro, mas, para além disso, comunicaram-se com os eleitores a partir de frases, gestos e ideias compartilhadas com o então presidencializável.

A seguir, serão apresentadas as características dos grupos de eleitores sobre os quais o apoio de um candidato a governador ou presidente incidiu de maneira positiva sobre a escolha de deputados federais ao longo do experimento³⁰.

²⁹ Para ilustrar a situação, entre os entrevistados identificados com Bolsonaro, uma considerável parcela (76,56%) escolheu votar em um candidato conservador na pergunta controle (aquela em que o candidato não recebia qualquer espécie de *endorsement*). Destaca-se que, mesmo dentro desse grupo, o apoio de um candidato a presidente não gerou atratividade entre os respondentes, em geral, quando avaliavam candidatos conservadores com apoio de presidencializáveis e candidatos a governador.

³⁰ Para a identificação dos grupos apresentados na Tabela 15, foram considerados todos os respondentes que escolheram candidatos que receberam o *endorsement* de um candidato ao Executivo em cada pergunta, ou seja, todos aqueles que reagiram positivamente a cada um dos quatro tratamentos (respectivamente indicados nas quatro colunas da tabela). Por exemplo, para a definição do grupo apresentado na primeira coluna, consideramos não apenas os entrevistados que optaram por um candidato a conservador na pergunta controle, mas também aqueles que optaram pelo progressista naquela oportunidade. Esta abordagem viabiliza uma descrição mais precisa do grupo delimitado com o intuito de identificar possíveis características que permitam sua diferenciação em relação aos demais.

Tabela 15: Características dos subgrupos que reagiram positivamente ao *endorsement*

	Entrevistados que reagiram positivamente a um candidato conservador com <i>endorsement</i> de presidente (n=639)	Entrevistados que reagiram positivamente a um candidato conservador com <i>endorsement</i> de governador (n=623)	Entrevistados que reagiram positivamente a um candidato progressista com <i>endorsement</i> de presidente (n=510)	Entrevistados que reagiram positivamente a um candidato progressista com <i>endorsement</i> de governador (n=829)
Identificação com Lula	18,30%	18,78%	45,29%	42,34%
Identificação com PT	10,95%	12,84%	34,11%	28,82%
Identificação com Bolsonaro	65,57%	65,16%	30,39%	31,24%
Identificação com PSL	34,74%	34,18%	13,92%	13,87%
Principal critério para escolha de deputado federal	Envolvimento em escândalos de corrupção	Envolvimento em escândalos de corrupção	Propostas do candidato	Propostas do candidato

Fonte: Elaboração própria a partir de dados inéditos coletados para o experimento.

Inicialmente, observa-se que, entre os entrevistados que reagiram positivamente ao *endorsement* de um presidenciável ao candidato a deputado federal conservador, existe, de um lado, ampla identificação com Jair Bolsonaro e, de outro, uma baixa afeição pelo ex-presidente Lula. Argumenta-se que o quadro nos auxilia a estabelecer um diálogo com o resultado das últimas eleições para a Câmara dos Deputados, especialmente no que diz respeito ao crescimento da bancada do PSL, partido de Bolsonaro. Isto porque uma ampla maioria entre os entrevistados que reagiram positivamente ao *coattails* sobre um candidato conservador disse gostar ou gostar muito de Jair Bolsonaro (aproximadamente 65%), o que certamente pode ter ajudado na amplificação dos votos em deputados federais do PSL. Vale mencionar que o partido em questão, que havia eleito apenas um deputado federal³¹ em 2014, ampliou seu número de cadeiras exponencialmente, passando a ter 52 assentos no início da atual legislatura. De fato, observou-se, durante a

³¹ Após as eleições de 2014, o PSL passou a ter 8 deputados federais, que migraram para a legenda.

campanha eleitoral, que os candidatos a deputado federal pelo PSL buscaram se associar à figura de Jair Bolsonaro, seja pela utilização de sua imagem, de frases, símbolos ou gestos atribuídos a ele. Estes elementos poderiam oferecer ao eleitor a ideia de que existia um elo entre o candidato eleito ao Executivo e o candidato a deputado federal que se utilizava desta estratégia.

É importante destacar que o *endorsement* de um candidato a presidente repercutiu em favor de um deputado federal com perfil conservador somente neste espaço amostral mais restrito (n=639), correspondente a menos da metade dos entrevistados que compõem a amostra representativa do eleitorado nacional (42,57%).

Neste grupo restrito, verificou-se uma combinação entre rejeição ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-presidente Lula, assim como uma robusta identificação com Jair Bolsonaro e seu partido, algo que certamente favorece a interpretação do desempenho do PSL nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Ressalta-se, mais uma vez, que o efeito *coattails* presidencial, em geral, não favorece nem candidatos a deputado federal com perfil conservador, nem aqueles com viés progressista. Os resultados obtidos para a amostra representativa do eleitorado brasileiro, apresentados na seção anterior, corroboram esta afirmativa.

No entanto, é preciso esclarecer que os efeitos positivos decorrentes do *endorsement* de candidatos ao Executivo podem ser, em alguma medida, condicionados a fortes preferências e/ou rejeições demonstradas por parcelas do eleitorado em relação a determinados candidatos e partidos políticos³².

De fato, a atratividade que um presidenciável exerce sobre o eleitor quando este escolhe votar em um deputado federal de perfil conservador ou progressista parece revelar a existência de grupos sensivelmente distintos no eleitorado brasileiro, identificados na tabela acima.

Conforme os dados descritivos nela apresentados, o efeito positivo dos tratamentos (*endorsement* um candidato a presidente ou governador) sobre candidatos de perfil conservador circunscreveu-se a uma fatia do eleitorado que demonstra pouco apreço por Lula e pelo PT, identificando-se com Bolsonaro e o PSL em proporções muito mais expressivas. Por outro lado, a atratividade criada pelo apoio presidencial a um candidato progressista evidencia uma parcela bastante diferente entre os entrevistados.

³² A escala dos termômetros de afinidade tem como extremos os pontos “gosto muito” e “não gosto de jeito nenhum”. Nesta análise, foram agrupados, de um lado, os que diziam gostar ou gostar muito de um partido/figura política e, de outro, os que disseram não gostar ou não gostar de jeito nenhum dos avaliados.

A identificação com Lula e o PT são encontradas, respectivamente, em níveis bem mais altos (45,29% e 34,11%) do que os verificados entre os entrevistados que reagiram positivamente ao *endorsement* sobre candidatos conservadores. Também de maneira contrastante em relação aos grupos que responderam favoravelmente aos tratamentos sobre deputados federais conservadores, o apreço pelo presidente eleito (30,39%) e seu partido (13,92%) atingem cifras bem menores³³. É possível sugerir, portanto, que em grupos mais restritos, que combinam características distintas do eleitorado em geral, há espaço para manifestação positiva do *coattails* presidencial.

Duas últimas questões merecem ser apresentadas sobre a análise dos dados descritivos presentes na tabela acima. Em relação ao grupo de entrevistados que reagiu positivamente ao *endorsement* de um candidato a governador, identificou-se uma notável semelhança com o grupo de eleitores que também foi sensível ao *coattails* presidencial sobre candidatos do mesmo perfil.

Nestes grupos, mais de 80% dos entrevistados não demonstram qualquer afeição pelo ex-presidente Lula e pelo Partido dos Trabalhadores, enquanto revelam forte identificação com Bolsonaro e o Partido Social Liberal. Ambos os grupos também indicam como principal critério para a escolha de um deputado federal o envolvimento em escândalos de corrupção.

É interessante destacar, neste momento, que existe uma parcela do eleitorado brasileiro, identificada entre os entrevistados, que apresenta níveis intermediários em relação às preferências discutidas nas linhas anteriores. De acordo com a Tabela 16, trazida abaixo, apresentamos as características deste grupo, que pode ser apontado como parcialmente responsável pela presença do forte efeito *coattails* de governador sobre candidatos a deputado federal de perfil progressista, objeto da análise da seção anterior.

³³ Os grupos de entrevistados que reagiram de forma positiva ao tratamento sobre candidatos de perfil conservador estão identificados nas duas primeiras colunas da tabela. Os respondentes que fazem parte desta parcela do eleitorado brasileiro se identificam com Bolsonaro e com o PSL em proporções próximas de 65% e 34%, respectivamente. Destaca-se que estes percentuais são bastantes distintos para as demais parcelas do eleitorado.

Tabela 16: Eleitores conservadores com características moderadas

	Eleitores conservadores que reagiram positivamente a um candidato progressista com <i>endorsement</i> de governador (n=352)
Identificação com Lula	28,40%
Identificação com PT	19,03%
Identificação com Bolsonaro	48,01%
Identificação com PSL	17,89%
Preferências por deputados governistas/políticas localistas	87,22%
Principal critério para escolha de deputado federal	Envolvimento em escândalos de corrupção

Fonte: Elaboração própria a partir de dados inéditos coletados para o experimento.

Identifica-se, neste sentido, que, muito embora tenham optado por um candidato de perfil conservador na pergunta controle, os entrevistados que fazem parte deste grupo situam-se em patamares intermediários de identificação com Lula, PT, Bolsonaro e o PSL, especialmente quando comparados às demais parcelas do eleitorado delimitadas na Tabela 15.

Certamente, esses entrevistados guardam características que os aproximam dos outros eleitores conservadores, como a mesma indicação do principal critério para escolha de um representante na Câmara Baixa, por exemplo. No entanto, o grupo de eleitores em destaque não aderiu à campanha de Jair Bolsonaro, haja vista a menor proporção de identificados com o presidente eleito. Nota-se um percentual bem menos expressivo (48,01%) em relação àquele observado junto aos demais entrevistados conservadores (superior a 65%), conforme indicado na Tabela 15.

Não se pretende afirmar que estes eleitores sejam alheios a preferências ideológicas ou mesmo que possam ser considerados isentos ou pragmáticos. Argumenta-se, todavia, que os níveis de rejeição e identificação em relação aos partidos e figuras políticas discutidos nesta seção se apresentam de forma mais branda entre os respondentes, o que lhes permite, inclusive, optar por um candidato de perfil diverso ao escolhido na pergunta controle. Portanto, tendo em vista que estes eleitores são movidos por predisposições ideológicas menos rígidas, é possível que outros elementos sejam considerados como valiosos em seu processo de formação de preferências.

A título de exemplo, observamos que 87,22% deles consideram que um deputado federal aliado ao governador ou presidente poderia ajudar a trazer mais recursos para o

seu município, o que pode ter favorecido a manifestação do *coattails* de governador identificado neste trabalho.

Argumenta-se que as considerações e reflexões viabilizadas pelo exame descritivo dos diferentes grupos de eleitores ajudam a explicar os diversos efeitos do *endorsement* de candidatos ao Executivo verificados neste estudo.

Salienta-se, sobretudo, que a manifestação de resultados positivos em relação a candidatos que recebem o *endorsement* presidencial não dispensa a presença de alguns elementos que acabam por afastar um grupo restrito das características gerais do eleitorado brasileiro. Neste sentido, a observação de diferentes níveis de predisposições favoráveis a candidatos e legendas permitiu a identificação de parcelas distintas do eleitorado, que reagiram de maneira favorável a deputados federais apoiados por presidenciáveis e candidatos a governador.

Apesar das limitações já discutidas sobre a análise empírica desenvolvida neste capítulo, é importante reconhecer que a literatura sobre o efeito *coattails* precisa ser revisitada, uma vez que encontramos fortes evidências de que as eleições de governador exercem considerável influência sobre o processo de formação de preferências e, sobretudo, que o *coattails* presidencial é sensível a questões contextuais não consideradas inicialmente pela literatura.

4.4. Considerações finais

Neste capítulo, discutimos as vantagens decorrentes da adoção de uma abordagem experimental para o exame do efeito *coattails* no plano individual. Argumenta-se que esta perspectiva, ainda não explorada pela literatura que trata do tema, agrega uma dimensão importante de análise ao fenômeno da influência das eleições do Executivo sobre o Legislativo.

Após um debate com a literatura sobre os elementos que serviriam como atalhos cognitivos ao voto para deputado federal no Brasil, foram especificados os procedimentos metodológicos utilizados na condução do experimento, bem como discutidos seus limites e seu alcance.

Especificamente, foram apresentadas as razões que justificaram a abordagem experimental *within-subjects*. Destacou-se que este método permite uma análise mais precisa das relações de causalidade, pois viabiliza o esclarecimento da direção da causalidade entre duas variáveis, além da ordenação de preferências, favorecendo, assim,

a compreensão da forma como opera o efeito *coattails* entre eleitores com características distintas.

Entre os principais resultados, destaca-se que as eleições de governador exercem um efeito importante na manifestação de preferências entre o eleitorado brasileiro. Isto porque as sucessivas medições às quais foram submetidos os entrevistados sugerem que o apoio de um candidato a governador é mais influente no sentido de beneficiar a campanha de um postulante à Câmara dos Deputados.

Por outro lado, considerando-se a amostra representativa do eleitorado nacional, identificou-se que o *endorsement* de um presidenciável nem sempre proporciona atratividade aos candidatos a deputado federal. Estes resultados sugerem que as eleições presidenciais possuem um reduzido potencial para coordenar a competição político-partidária no país, ao contrário do que afirma parte da literatura.

Ressalta-se, mais uma vez, que os efeitos positivos decorrentes do *coattails* presidencial parecem ser sensíveis à combinação de determinadas características entre os eleitores que, em síntese, destoam do perfil geral do eleitorado nacional.

Além disso, destaca-se que não encontramos evidências de que os eleitores menos informados tendem a utilizar as eleições presidenciais como um atalho cognitivo para a escolha de candidatos ao Legislativo, conforme proposto por Mondak e McCurley (1994).

Muito embora se reconheçam limitações inerentes à análise empírica desenvolvida neste estudo, é possível concluir que as eleições de governador e as dinâmicas subnacionais merecem ser consideradas no debate sobre o funcionamento da competição política e organização do sistema partidário brasileiro.

Os achados do experimento dialogam com os resultados trazidos nos capítulos anteriores e com a literatura que identificou a importância de questões subnacionais para o entendimento da organização político-partidária no Brasil (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012; BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SAMUELS, 2000; SOARES, 2013).

Além disso, o presente estudo acrescenta à literatura uma nova dimensão de análise, ao investigar o modo como opera o efeito *coattails* no processo de formação de preferências dos eleitores. Com isto, chamamos atenção para a importância de se examinar, por meio de métodos experimentais, como os eleitores são influenciados pela interface entre as eleições executivas e legislativas.

Acredita-se que, em boa medida, a abordagem metodológica utilizada neste capítulo e os resultados apresentados anteriormente enriquecem o debate sobre o efeito

coattails, agregando novas e confiáveis interpretações sobre a ordenação das preferências dos eleitores e as relações de causalidade que interessam ao estudo do tema.

Por fim, argumenta-se que o método experimental empregado pode contribuir para um melhor entendimento da organização da competição política em torno das disputas pelo Executivo. Esta abordagem certamente contribuiria também para identificar diferenças e semelhanças no comportamento de eleitores em diversos países, que adotam sistemas federativos com entidades subnacionais dotadas de maior ou menor grau de autonomia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese orientou-se em torno da discussão acerca da capacidade da organização da competição política e do sistema partidário brasileiro em torno da corrida presidencial. Considerando que importantes desdobramentos previstos pela literatura inicial sobre o efeito *coattails* – como a redução da fragmentação partidária – não são observados no caso brasileiro, buscou-se investigar o impacto das dinâmicas subnacionais sobre o fenômeno.

Seguindo a linha explicativa de recentes estudos (BORGES, 2015; BORGES; TURGEON, 2017; SOARES, 2013), considerou-se relevante o exame da possível influência que as eleições de governador exercem sobre a competição por assentos na Câmara dos Deputados e, por via reflexa, sobre a organização do sistema partidário brasileiro.

Ao longo deste trabalho, foram utilizados diferentes e complementares métodos de pesquisa, com o objetivo de proporcionar uma análise do efeito *coattails* sob diversas perspectivas. No primeiro capítulo empírico, enfrentamos a questão no nível dos partidos, chamando atenção especial para a associação positiva entre o índice que capta a presença das legendas nas eleições de governador e o seu correspondente desempenho nos pleitos de deputado federal. Evidenciamos também a importância de se examinar as estratégias de coordenação partidária adotadas em torno da competição presidencial.

Entre os principais resultados, observou-se que a decisão de lançar candidatos ao Executivo estadual impactou sobre o número de deputados federais eleitos pelos partidos entre 1994 e 2018. Nota-se também que a candidatura presidencial não produziu, automaticamente, benefícios em favor dos partidos que se lançaram na corrida pelo Executivo nacional. Além disso, ressaltou-se que as diferentes formas de alianças pré-eleitorais estabelecidas pelas legendas em torno da competição presidencial estão associadas a distintos resultados por elas obtidos nas eleições de deputado federal.

Em seguida, acrescentamos à análise o estudo do efeito *coattails* sob a perspectiva do eleitor, argumentando que esta abordagem pode fornecer valiosas pistas sobre a forma de organização da competição político-partidária no país, o que não havia sido explorado pela literatura brasileira anteriormente. Os resultados apontaram para a fragilidade do *coattails* presidencial e revelaram fortes indícios da influência das eleições de governador sobre a decisão do voto para deputado federal.

Adiante, ainda sob a perspectiva do eleitor, investigou-se como os pleitos para o Executivo nacional e estadual atuam sobre o processo de formação de preferências. A

inédita proposta de uma abordagem experimental contribuiu, neste sentido, para oferecer respostas seguras a questões que não poderiam ser enfrentadas, apropriadamente, por meio de dados agregados ou observacionais.

Como exemplo, destaca-se que o experimento viabilizou o esclarecimento da relação e direção da causalidade entre variáveis relevantes ao estudo do efeito *coattails*. De maneira específica, concluiu-se que o *endorsement* de um candidato a governador atuou positivamente no processo de formação de preferências em favor de um candidato a deputado federal com viés progressista. Em outros casos, no entanto, a reação positiva aos tratamentos parece condicionada a características de um grupo de indivíduos que não representa, particularmente, o eleitorado nacional.

Argumenta-se, ainda, que o *coattails* presidencial não é regra no caso brasileiro, especialmente quando consideramos a perspectiva do eleitor para a análise do fenômeno. Isto porque a produção de efeitos positivos parece condicionada à combinação de outros fatores, para além do sugerido inicialmente pela literatura – simultaneidade entre as eleições para o Executivo e Legislativo e número reduzido de concorrentes à presidência. Ressalta-se também que não encontramos evidências de que os eleitores menos informados utilizaram mais o efeito *coattails* como atalho cognitivo, conforme proposto por Mondak e McCurley (1994).

No caso brasileiro, observou-se que apenas grupos sensivelmente distintos das características gerais do eleitorado nacional tendem a orientar seu voto para deputado federal em função do *endorsement* de um candidato a presidente. As evidências apresentadas, em conformidade com a teoria inicial, corroboram a hipótese de que fortes predisposições ou rejeições a determinadas figuras políticas e agremiações condicionam a verificação de vantagens competitivas decorrentes do *coattails* presidencial.

Chama-se a atenção para a necessidade de incluirmos a perspectiva do eleitor como dimensão analítica relevante para o entendimento do fenômeno. Igualmente, destaca-se a importância de recorrermos a diferentes abordagens metodológicas para uma melhor compreensão das relações de causalidade que permeiam o estudo do tema.

Salienta-se, ainda, a relevância dos possíveis desdobramentos desta agenda de pesquisa. Isto porque os níveis de conexão ou mesmo de descompasso entre as eleições executivas e legislativas podem impactar sobre relevantes processos políticos, como, por exemplo, a formação de um bloco majoritário de apoio no Legislativo, a estabilidade de coalizões, a formulação de políticas públicas e até mesmo sobre o grau de organização de um sistema partidário. Argumenta-se que os resultados e discussões apresentados nesta

tese incrementam o exame da influência das eleições executivas sobre as legislativas e permitem interpretações mais precisas sobre a organização da competição político-partidária no Brasil e em outros países que adotam arranjos institucionais semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, V. **A atividade legislativa do presidente da República na política democrática brasileira**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2015.
- ALVES, V.; PAIVA, D. Presidencialismo de coalizão no Brasil: mapeamento do debate e apontamentos para uma nova agenda de pesquisa. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 4, n. 6, 2017.
- AMES, B.; BAKER, A.; RENNO, L. Split-ticket voting as the rule: Voters and permanent divided government in Brazil. **Electoral Studies**, v. 28, p. 8–20, 2009.
- AMES, B.; PEREIRA, C.; RENNO, L. Famintos por pork. Uma análise da demanda e da oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: POWER, T.; ZUCCO JR, C. (Eds.). **O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- AMORIM NETO, O. Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 2, p. 479–519, 2000.
- AMORIM NETO, O.; COX, G. Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties. **American Journal of Political Science**, v. 41, n. 1, p. 149–174, 1997.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. The Executive Connection: Presidentially-Defined Factions and Party Discipline in Brazil. **Party Politics**, v. 7, n. 2, p. 213–234, 2001.
- ANASTASIA, F.; NUNES, F.; MEIRA, J. F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad, 2010.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, n. 55, p. 987–1013, 2012.
- BOHN, S.; PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 187–208, 2009.
- BORGES, A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 58, p. 239–275, 2015.
- BORGES, A.; LLOYD, R. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: Comparative lessons from Brazil. **Electoral Studies**, n. 43, p. 104–114, 2016.
- BORGES, A.; PAULA, C. DE; SILVA, A. DA N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 31–58, 2016.
- BORGES, A.; TURGEON, M. Presidential Coattails in Coalitional Presidentialism. **Party Politics**, p. 1–32, 2017.

BRADY, H.; SNIDERMAN, P. The likeability heuristic. In: SNIDERMAN, P.; BRODY, R.; TETLOCK, P. (Eds.). . **Reasoning and choice: explorations in political psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

BRAGA, M. D. S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4, n. Xxi, p. 43–73, 2010.

CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. New York: Wiley Publishing, 1960.

CARREIRÃO, Y. DE S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 255–295, 2014.

CARREIRÃO, Y. DE S.; NASCIMENTO, F. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4, p. 75–104, 2010.

CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. Party Aggregation and the Number of Parties in India and the United States. **The American Political Science Review**, v. 92, n. 2, p. 329–342, 1998.

COX, G. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. New York: Cambridge University Press, 1997.

COX, G. Electoral rules and electoral coordination. **Annual Review of Political Science**, v. 2, p. 145–161, 1999.

CRIBARI-NETO, F.; SOUZA, T.; VASCONCELOS, K. Inference Under Heteroskedasticity and Leveraged Data. **Communications in Statistics—Theory and Methods**, v. 36, p. 1877–1888, 2007.

DESPOSATO, S. The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. XXIX, n. 2, p. 259–285, 2004.

DESPOSATO, S. Estratégia Eleitoral com Representação Proporcional de Lista Aberta e Distritos Uninominais: subeleitorados e comunicação política. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Eds.). . **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 269–291.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1957.

FEREJOHN, J.; CALVERT, R. Presidential Coat-Tails in Historical Perspective. **American Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, 1984.

FERREIRA, D.; ALVES, V.; BENEDITO, S. As Coligações Proporcionais e os Pequenos Partidos nas Eleições para a Câmara de Deputados 1998-2014. In: **Coligações partidárias na democracia brasileira: aportes teórico-metodológicos, tendências e**

estudos de caso. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. p. 75–97.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** São Paulo: Editora FGV, 1999a.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. (Eds.). . **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999b.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Institutional design and policy outcomes: the role of Congress in budget policy making in Brazil.** ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...**Caxambu: Anais eletrônicos, 2001

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo de coalizão. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. (Eds.). . **Reforma Política: Lições da história recente.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLYVBJERG, B. Case study. In: **The Sage Handbook of Qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.

GERBER, A.; GREEN, D. **Field experiments: design, analysis and interpretation.** New York: W. W. Norton & Company, 2012.

GOLDER, M. Presidential Coattails and Legislative Fragmentation. **American Journal of Political Science**, v. 50, p. 34–48, 2006.

HARBERS, I. Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies: Evidence From Latin America. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 5, p. 606–627, 2010.

HICKEN, A.; STOLL, H. Presidents and Parties : How Presidential Elections Shape Coordination in Legislative Elections. **Comparative Political Studies**, v. 44, n. 7, p. 854–883, 2011.

HUANG, C.; WANG, T. Y. Presidential coattails in Taiwan: An analysis of voter-and candidate-specific data. **Electoral Studies**, n. 33, p. 175–185, 2014.

JONES, M. P. Federalism and the Number of Parties in Argentine Congressional Elections. **The Journal of Politics**, v. 59, n. 2, p. 538–549, 1997.

KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. D. S. **Eleitores e Representação Partidária no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2007.

KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. **Coligações e disputas eleitorais na Nova República: Aportes teórico-metodológicos e estudos de caso.** Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora UNESP, 2017.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. Advantages and Disadvantages of Cognitive Heuristics

in Political Decision Making. **American Journal of Political Science**, v. 45, n. 4, p. 951–971, 2001.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos Cebrap**, n. 88, p. 21–37, 2010.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Entries and Withdrawals: Electoral Coordination across Different Offices and the Brazilian Party Systems. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 3, 2018.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e Lógicas de Nomeação para o Alto Escalão da Burocracia Federal Brasileira. In: LOPEZ, F. (Ed.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015. p. 107–138.

LUPIA, A. Shortcuts Versus Encyclopedias : Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 63–76, 1994.

LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. **The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil**. Palo Alto: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. **MAINWARING, S. e SCULLY, T. Building Democratic Institutions: party systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAIR, P. Party Systems and Structures of Competition. In: **Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective**. London: Sage Publications, 1996.

MAIR, P. **Party system: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MARSTEINTREDET, L. Explaining variation of executive instability in presidential regimes: Presidential interruptions in Latin America. **International Political Science Review**, v. 35, n. 2, p. 173–194, 2014.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, C. R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 13–41, 2010.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v. 55, p. 71–117, 2012.

MELO, M. A.; PEREIRA, C. **Making Brazil Work: checking the president in multiparty system**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

MIRANDA, G. Coligações eleitorais: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, 2013.

MONDAK, J. Determinants of coattail voting. **Political Behavior**, v. 12, n. 3, p. 265–288, 1990.

MONDAK, J.; MCCURLEY, C. Cognitive efficiency and the congressional vote: The psychology of coattail voting. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 151–175, 1994.

MOTTA, R. P. S. A reforma partidária de 1979-1980 e o quadro atual. In: **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 104–115.

NICOLAU, J. **Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PAIVA, D.; ALVES, V.; BENEDITO, S. As coligações proporcionais e os pequenos partidos nas eleições para a Câmara de Deputados 1998-2014. In: **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República: Aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro; São Paulo: UNESP, Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed., 2016. p. 321–339.

PAIVA, D.; BATISTA, C.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 432–453, 2008.

PAIVA, D.; TAROUÇO, G. Voto e identificação partidária : os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 426–451, 2011.

PEIXOTO, V. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

PESSANHA, C. O Poder Executivo e o processo legislativo nas Constituições Brasileiras. Teoria e prática. In: VIANNA, L. W. (Ed.). **A democracia e os três poderes no Brasil**.

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

POPKIN, S. **The reasoning voter**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POWER, T. O presidencialismo de coalizão na visão dos parlamentares brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO JR, C. (Eds.). . **O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 131–163.

RENNÓ, L. Atalhos cognitivos em contextos eleitorais complexos: as eleições legislativas de 2002 no Brasil. In: INÁCIO, M.; RENNO, L. (Eds.). . **Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 237–268.

RIBEIRO, P. F. **Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais**. 29º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**Caxambu: 2005

RIBEIRO, P. F. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do ‘GT79’ (1996-2008). In: **Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2010.

RODRÍGUEZ, L. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SAMUELS, D. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 62, n. 1, p. 240–253, 2000.

SAMUELS, D. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, A. M. DOS. Regras eleitorais importam? Modelos de listas eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 721–749, 2006.

SANTOS, W. G. DOS. **Anatomia da Crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SHUGART, M.; VALDINI, M.; SUOMINEN, K. Looking for locals: voter information demands and personal vote-earning attributes of legislators under proportional representation. **American Journal of Political Science**2, v. 49, n. 2, 2005.

SINGH, S. How Compelling is Compulsory Voting? A Multilevel Analysis of Turnout. **Political Behavior**, v. 33, n. 1, p. 95–111, 2011.

SOARES, M. M. Influência majoritária em eleições proporcionais: os efeitos presidenciais e governatoriais sobre as eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1994-2010). **Dados**, v. 56, n. 2, p. 413–437, 2013.

- SOUZA, M. DO C. C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-164)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982- 2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169–186, 2010.
- ZEILEIS, A. Econometric Computing with HC and HAC Covariance Matrix Estimators. **Journal of Statistical Software**, v. 11, n. 10, p. 1–17, 2004.
- ZUCCO JR, C. Esquerda, direita e governo. In: **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ANEXO 1: Questionário³⁴

Você é...? (RU)

1. Homem

2. Mulher

Qual a sua idade? (aberta numérica)

4. Qual é a sua religião?

Católica

Evangélica

Espírita

Candomblé

Umbanda

Judaísmo

Hinduísmo

Islamismo

Outra

Não tenho

Prefiro não responder

5. Marque a opção que melhor descreve sua renda familiar mensal? (RU)

Menos de 1 salário mínimo

Mais de 1 até 2 salários mínimos

Mais de 2 até 5 salários mínimos

Mais de 5 até 10 salários mínimos

Mais de 10 até 15 salários mínimos

Mais de 15 até 20 salários mínimos

Mais de 20 salários mínimos

Não sei/prefiro não responder

6. Em relação à cor ou raça, como você se identifica? (RU)

1. Branco

2. Pardo

3. Negro

4. Indígena

5. Outro

6. Não sei/prefiro não responder

7. Você é filiado a algum partido político? (RU)

1. Sim. Qual? _____ ABERTA MIN 2
CARACTERES

2. Não

8. Se sim, qual?

9. Você votou nas eleições de 2014 para presidente, governador e deputado federal? (RU)

Sim

Não

Não sei/ não lembro

³⁴ As informações sobre a unidade da federação em que votam foram fornecidas pela empresa

Netquest a partir do banco cadastral dos respondentes.

10. E nas eleições deste ano, você votou para presidente, governador e deputado federal? (RU)

Sim

Não

11. Com que frequência você acompanha entrevistas ou debates com os candidatos a presidente na televisão? (RU)

Sempre acompanho

Acompanho quase sempre

Acompanho às vezes

Quase nunca acompanho

Nunca acompanho

12. E em relação a entrevistas ou debates com candidatos a governador na televisão, com que frequência você acompanha? (RU)

Sempre acompanho

Acompanho quase sempre

Acompanho às vezes

Quase nunca acompanho

Nunca acompanho

13. Qual é a sua principal fonte de informação sobre assuntos políticos? (RU)

1. TV

2. Rádio

3. Sites de notícias

4. Jornal impresso

5. Facebook e/ou Twitter

6. WhatsApp

A seguir, você verá algumas questões para que você avalie os candidatos fictícios apresentados, indicando em qual deles você preferiria votar. (RU)

Por favor, leia com atenção a descrição de cada candidato:

14. Em qual dos candidatos a deputado federal abaixo apresentados você preferiria votar?

Por favor, compare os dois candidatos fictícios e informe qual deles receberia seu voto.

Antônio, é a favor de um projeto de lei que destina recursos para aquisição de equipamentos e materiais para as forças policiais. Além disso, pretende ser a voz de grupos contra o aborto na Câmara dos Deputados.

Pedro, que tem como principais projetos: a ampliação do valor pago a famílias que necessitam de assistência social e a descriminalização do uso de drogas.

15. Por favor, compare os dois candidatos a deputado federal fictícios apresentados abaixo e informe em qual deles você preferiria votar: (RU)

João, que tem como meta obter recursos para a construção de hospitais e postos de saúde. É defensor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade.

Miguel, que propõe, se eleito, trabalhar para criar um sistema que ofereça condições especiais para aquisição de casa própria, favorecendo trabalhadores urbanos, rurais e aposentados. Pretende também buscar recursos para incentivo à cultura. É apoiado pelo candidato a presidente da República do seu partido.

16. Ainda pensando no voto para deputado federal, por favor indique em qual dos candidatos abaixo apresentados você preferiria votar. Compare os dois candidatos fictícios e informe qual deles receberia seu voto: (RU)

Gabriel, que tem como meta a diminuição da burocracia e estímulo à criação de micro e pequenas empresas. É contrário a cotas raciais para ingresso em universidades públicas.

Júlio, que defende mais investimentos na escola pública, com a criação de creches e aumento do salário de professores do ensino fundamental. Promete ser um representante a favor de políticas para proteção da comunidade LGBT. É apoiado pelo candidato a governador do seu partido.

17. E em relação aos candidatos abaixo? Qual deles receberia seu voto para deputado federal? (RU)

Francisco, que pretende atuar na defesa dos interesses de produtores rurais e associações religiosas. Propõe a inclusão da disciplina “educação moral e cívica” ao currículo do ensino médio e fundamental, com o objetivo de inspirar valores nacionais a todos jovens. É apoiado pelo candidato a presidente da República do seu partido.

Alberto, que promete implementar uma bolsa para incentivar desempenho de alunos do ensino médio em escolas públicas, com o objetivo de estimular o aumento do número de jovens menos favorecidos economicamente no ensino superior. Tem como proposta ainda a criação de programas para redução da desigualdade de gênero.

18. Por fim, qual desses candidatos receberia seu voto? (RU)

Davi, que propõe trabalhar para que o governo federal aumente os investimentos em infraestrutura, em obras de pavimento e iluminação pública na sua cidade. Além disso, apoia a aprovação do Projeto Escola Sem Partido, que combate a “doutrinação ideológica” nas escolas. É apoiado pelo candidato a governador do seu partido.

Roberto, que pretende investir em programas para oferecer recursos financeiros e capacitar tecnicamente pequenos agricultores, estimulando a agricultura familiar. Propõe também estabelecer políticas voltadas aos afrodescendentes, a jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais.

19. Quem é o atual presidente da República? (RU)

1. Lula
2. Michel Temer
3. Fernando Henrique Cardoso
4. José Sarney
5. Dilma Rousseff

20. Quantos anos dura o mandato de senador? (RU)

1. 4 anos
2. 5 anos
3. 6 anos
4. 7 anos
5. 8 anos

21. Qual o nome da primeira mulher eleita presidente da República no Brasil? (RU)

1. Dilma Rousseff
2. Marta Suplicy
3. Luiza Erundina
4. Marina Silva
5. Heloísa Helena

22. Qual destes países não faz parte do Mercosul? (RU)

1. Brasil
2. Uruguai
3. México
4. Argentina
5. Paraguai

23. Quantos ministros fazem parte do STF (Supremo Tribunal Federal) no Brasil? (RU)

1. 7 ministros
2. 8 ministros
3. 9 ministros
4. 10 ministros

5. 11 ministros

24. A seguir, estão alguns temas que tem sido muito discutido no Brasil recentemente. Por favor, indique a alternativa que melhor descreve sua opinião sobre estes temas: (RU POR LINHA)

COLUNA

Discordo totalmente
Tendo a discordar
Indiferente
Tendo a concordar
Concordo totalmente

LINHA

Redução da maioria penal para 16 anos
Autorização do porte de armas para todos os adultos
Descriminalização do aborto
Legalização da maconha
Financiamento público de campanhas eleitorais
Privatização de empresas públicas
Pena de morte
Prisão perpétua
Criação de impostos sobre grandes fortunas
Reforma agrária

25. Por favor, indique, a seguir, qual alternativa melhor descreve sua opinião sobre os seguintes políticos: (RU POR LINHA)

COLUNA

Gosto muito
Gosto
Indiferente
Não gosto
Não gosto de jeito nenhum
Não conheço

LINHA

Ciro Gomes
Geraldo Alckmin
Jair Bolsonaro
Lula
Marina Silva

26. E em relação aos partidos políticos? Qual a sua opinião sobre as seguintes legendas? (RU POR LINHA)

COLUNA

Gosto muito
Gosto
Indiferente

Não gosto
Não gosto de jeito nenhum
Não conheço

LINHA

MDB
PSDB
PT
PSB
PSOL
DEM
REDE
PDT
PSL

27. Por favor indique qual a sua opinião sobre as seguintes frases: (RU POR LINHA)

COLUNA

Concordo totalmente
Tendo a concordar
Indiferente
Tendo a discordar
Discordo totalmente

LINHA

Faz pouca ou nenhuma diferença na minha vida quem governa o país
A democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo

A corrupção é um grande problema no Brasil, mas sempre existiu e é impossível deixar de existir

A desigualdade impede o Brasil de crescer

É possível ter democracia mesmo sem partidos políticos

O país precisa de bons resultados na economia para melhorar a vida das pessoas

Um político que já foi secretário de governo municipal/estadual ou ministro está mais capacitado para ser deputado federal

28. Por favor, leia com atenção as opções abaixo sobre as características que você considera importantes para avaliar um candidato a deputado federal. Em seguida, marque aquela que você considera a mais importante: (RU – RODIZIAR COD 1-10)

Quais são os valores religiosos do candidato

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a presidente

O partido político do candidato

A sua experiência na política

Quantas vezes o candidato mudou de partido em sua carreira

Sua trajetória profissional

Quais são as propostas do candidato

Capacidade de conseguir recursos para a minha cidade

Se está envolvido em escândalos de corrupção

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a governador

29. E qual você considera a segunda característica mais importante antes de decidir seu voto para deputado federal?
(RU – RODIZIAR COD 1-10)

Quais são os valores religiosos do candidato

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a presidente

O partido político do candidato

A sua experiência na política

Quantas vezes o candidato mudou de partido em sua carreira

Sua trajetória profissional

Quais são as propostas do candidato

Capacidade de conseguir recursos para a minha cidade

Se está envolvido em escândalos de corrupção

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a governador

30. E qual você considera a terceira característica mais importante antes de

decidir seu voto para deputado federal?
(RU – RODIZIAR COD 1-10)

Quais são os valores religiosos do candidato

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a presidente

O partido político do candidato

A sua experiência na política

Quantas vezes o candidato mudou de partido em sua carreira

Sua trajetória profissional

Quais são as propostas do candidato

Capacidade de conseguir recursos para a minha cidade

Se está envolvido em escândalos de corrupção

Se o candidato é apoiado pelo meu candidato a governador

1	Atributo	Atributo	1	1ª escolha
	Atributo	Atributo	2	2ª escolha
	Atributo	Atributo	3	3ª escolha
	Atributo	Atributo		
	Atributo	Atributo		
	Atributo	Atributo		

31. Na sua opinião, você considera que um deputado federal aliado ao governador ou presidente pode ajudar a trazer mais recursos para o seu município? (RU)

Com certeza ajudaria

Provavelmente ajudaria

Não tenho certeza

Provavelmente não ajudaria

Não ajudaria

32. Em quem você votou para presidente no primeiro turno das eleições de 2018?

(RU)

1. Álvaro Dias
2. Cabo Daciolo
3. Ciro Gomes
4. Eymael
5. Fernando Haddad
6. Geraldo Alckmin
7. Guilherme Boulos
8. Henrique Meirelles
9. Jair Bolsonaro
10. João Amoêdo

11. João Goulart Filho

12. Marina Silva

13. Vera Lúcia

14. Branco/Nulo/Não votei

15. Prefiro não responder

33. Em quem você votou para presidente no segundo turno das eleições de 2018?

(RU)

1. Fernando Haddad
2. Jair Bolsonaro
3. Branco/Nulo/Não votei
4. Prefiro não responder

34. Por último, em quem você votou para deputado federal nas eleições de 2018

ANEXO 2: Notas gerais sobre a construção dos perfis dos candidatos fictícios

O processo de construção dos personagens fictícios utilizou nomes masculinos aleatórios e combinou de forma randômica os atributos descritos abaixo.

Para candidatos conservadores o eixo materialista contém as seguintes opções: 1) é a favor de um projeto de lei que destina recursos para aquisição de equipamentos e materiais para as forças policiais; 2) que tem como meta obter recursos para a construção de hospitais e postos de saúde; 3) que tem como meta a diminuição da burocracia e estímulo à criação de micro e pequenas empresas; 4) que pretende atuar na defesa dos interesses de produtores rurais e associações religiosas; 5) que propõe trabalhar para que o governo federal aumente os investimentos em infraestrutura, em obras de pavimento e iluminação pública na sua cidade.

Para candidatos progressistas o eixo materialista contém as seguintes opções: 1) que tem como principais projetos: a ampliação do valor pago a famílias que necessitam de assistência social; 2) que propõe, se eleito, trabalhar para criar um sistema que ofereça condições especiais para aquisição de casa própria, favorecendo trabalhadores urbanos, rurais e aposentados; 3) que defende mais investimentos na escola pública, com a criação de creches e aumento do salário de professores do ensino fundamental; 4) que promete implementar uma bolsa para incentivar desempenho de alunos do ensino médio em escolas públicas, com o objetivo de estimular o aumento do número de jovens menos favorecidos economicamente no ensino superior; 5) que pretende investir em programas para oferecer recursos financeiros e capacitar tecnicamente pequenos agricultores, estimulando a agricultura familiar.

Para candidatos conservadores o eixo programático contém as seguintes opções: 1) Além disso, pretende ser a voz de grupos contra o aborto na Câmara dos Deputados; 2) É defensor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade; 3) É contrário a cotas raciais para ingresso em universidades públicas; 4) Propõe a inclusão da disciplina “educação moral e cívica” ao currículo do ensino médio e fundamental, com o objetivo de inspirar valores nacionais a todos jovens; 5) Além disso, apoia a aprovação do Projeto Escola Sem Partido, que combate a “doutrinação ideológica” nas escolas

Para candidatos progressistas o eixo programático contém as seguintes opções: 1) a descriminalização do uso de drogas; 2) Pretende também buscar recursos para incentivo à cultura; 3) Promete ser um representante a favor de políticas para proteção da

comunidade LGBT; 4) Tem como proposta ainda a criação de programas para redução da desigualdade de gênero; 5) Propõe também estabelecer políticas voltadas aos afrodescendentes, a jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em relação ao eixo do tratamento, são apenas 3 opções: sem tratamento, apoio do candidato a presidente e apoio do candidato a governador. As opções do eixo tratamento são as seguintes: 1) sem nenhum texto; 2) É apoiado pelo candidato a presidente da República do seu partido; 3) É apoiado pelo candidato a governador do seu partido.

ANEXO 3: Descrição da amostra do experimento

Gênero

Homens: 712

Mulheres: 788

Idade:

18 a 24 anos: 390

25 a 34 anos: 360

35 a 44 anos: 300

45 a 54 anos: 195

55 a 69 anos: 255

Classe social

A: 45

B: 330

C: 705

D/E: 420

Regiões

Norte: 120

Nordeste: 405

Sudeste: 648

Sul: 210

Centro-Oeste: 117

ANEXO 4: Resultados dos testes t

I) teste de significância estatística para endorsement de presidente sobre candidato progressista

```
t = 5.9361, df = 1500, p-value = 3.619e-09
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 0.06022007 0.11966001
sample estimates:
mean of the differences
      0.08994004
```

II) teste de significância estatística para endorsement de governador sobre candidato progressista

```
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
-0.15174141 -0.09342847
sample estimates:
mean of the differences
      0.1225849
```

III) teste de significância das diferenças entre endorsement de presidente e endorsement de governador sobre candidatos progressistas

```
t = 13.708, df = 1500, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 0.1821131 0.2429369
sample estimates:
mean of the differences
      0.212525
```

IV) teste de significância estatística para endorsement de presidente sobre candidato conservador

```
t = 9.1699, df = 1500, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 0.1136451 0.1754955
sample estimates:
mean of the differences
      0.1445703
```

V) teste de significância estatística para endorsement de governador sobre candidato conservador

```
t = 9.715, df = 1500, p-value < 2.2e-16
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 0.1238874 0.1865723
sample estimates:
mean of the differences
      0.1552298
```

VI) teste de significância das diferenças entre endorsement de presidente e endorsement de governador sobre candidatos conservadores

```
t = 0.66424, df = 1500, p-value = 0.5066
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
-0.02081885  0.04213797
sample estimates:
mean of the differences
0.01065956
```